

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

MARIA EDUARDA ALVES DE ANDRADE

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A ATUAÇÃO SOCIAL DO
PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE/PE: PODER, TECNOLOGIA E
INCLUSÃO SOCIAL**

RECIFE
2022

MARIA EDUARDA ALVES DE ANDRADE

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A ATUAÇÃO SOCIAL DO
PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE/PE: PODER, TECNOLOGIA E
INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à banca do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito para a qualificação científica.

Linha do programa: Processos de organização linguística e identidade social.

Orientador(a): Moab Duarte Acioli

RECIFE
2022

MARIA EDUARDA ALVES DE ANDRADE

A553a Andrade, Maria Eduarda Alves de
 Uma análise crítica do discurso sobre a atuação social
do Porto Digital no Bairro do Recife/PE : poder, tecnologia
e inclusão social / Maria Eduarda Alves de Andrade, 2022
 158f.: il.

 Orientador: Moab Duarte Acioli
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação e Inovação em
Ciências da Linguagem. Mestrado em Ciências da
Linguagem, 2022.

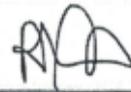
 1. Análise crítica do discurso. 2. Realismo crítico.
3. Cidades inteligentes. 4. Tecnologia – Aspectos sociais.
I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB4/1338

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO SOBRE A ATUAÇÃO SOCIAL DO
PORTO DIGITAL NO BAIRRO DO RECIFE/PE: PODER, TECNOLOGIA E
INCLUSÃO SOCIAL**

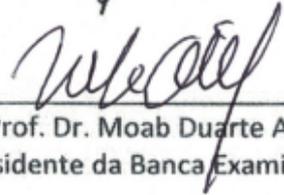
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Henrique Coutelo de Moraes



Prof. Dr. Cesar Colorado Ruiz



Prof. Dr. Moab Duarte Acioli
Presidente da Banca Examinadora

AGRADECIMENTO

“A ciência deve servir para revelar algo que sirva para transformar a realidade social”,
Solange Barros.

Esse trabalho é fruto de uma linda jornada de amor e encontros dentro da academia. O Porto Digital vem sendo meu objeto de estudo desde o primeiro ano da graduação, foram três projetos de iniciação científica, artigos publicados e um TCC que ainda não me faziam ter a sensação de missão cumprida, mas agora sim ela chegou.

Investigar os processos de exclusão e segregação social para com a Comunidade do Pilar foi um grande desafio que eu obviamente não teria a capacidade de encarar sozinha. A primeira pessoa na qual gostaria de agradecer é a minha melhor amiga e irmã, Mariana Moraes, por ter sido um grande exemplo de mulher e jornalista. Todos os dias em que eu sentava para escrever pensava: “é com a sensibilidade de Mari que preciso tocar esse trabalho” e assim foi.

Adiante, agradeço ao professor Lula Pinto. Suas aulas naquela sala 306 do bloco A, falando sobre política e cidadania em tempos tão sombrios, me mostraram que era daquela forma que eu queria levar minha vida. Usar a educação como ferramenta para transformação social, esse foi meu maior aprendizado contigo. Muito obrigada! Sigamos aprendendo e ensinando, juntos.

Na sequência, o meu parceirinho de jornada, João. A gente sabe que chegar até aqui não foi fácil e ninguém mais nesse mundo me fez crer tanto no meu potencial quanto você. Obrigada por todo o seu companheirismo, por sempre segurar minha mão e acreditar quando eu não conseguia enxergar nada na minha frente. Por sua causa, hoje eu vejo e planejo um futuro lindo, cheio de instigação e crença na educação. Futuro esse que sem você não faz o menor sentido.

Ao meu irmão caçula, Flavinho, espero ser sempre um motivo de inspiração ao longo de sua vida. Seguiremos juntos, cuidando um do outro e transformando nossas histórias de luta e resistência com muito amor, carinho e parceria. És minha pessoa nesse mundo, sempre!

Cris, minha companheira diária, quantas lágrimas derrubadas em um curto espaço de tempo né? Que bom que a gente se achou e eu te apresentei o Pilar. Você me escutou todas as manhãs insanamente, com muito Emicida, O Rappa e Red Hot. Todo o tempo falando, sem parar, em transformação social, crença na sociedade e mudança política. Te amo, é tudo nosso e nada deles!

Meu agradecimento também mais que especial ao professor Moab Acioli, por ter me apresentado a Análise Crítica do Discurso e me orientar ao longo de todo esse percurso. Nossas reuniões me ensinaram muito mais do que linguística, o senhor me reconectou com valores e princípios sociais que jamais esquecerei.

Jaime Alheiros, meu eterno chefe e amigo, preciso te agradecer por me abrir as portas dessa caixa de pandora que é a inovação pernambucana. Obrigada por me incentivar e comprar a ideia dessa pesquisa desde a graduação. Foram muitas conversas, trocas e um apoio imensurável. Estamos juntos!

Obrigada a todos os mestres que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho. Nadia Azevedo e Isabela Rego, meu carinho por vocês é imenso. Nunca esquecerei nossa conversa na sala de reunião. Me senti extremamente acolhida dentro do programa. Vocês são mulheres incríveis, professoras excepcionais, espero poder aprender muito ainda com ambas.

Professora Glória Maria, obrigada por me recepcionar e pela sua sensibilidade e seriedade ao entender que os meus caminhos estavam conectados a ACD. De fato, essa abordagem vem me reconstruindo como pessoa e pesquisadora. Nunca esquecerei suas palavras atenciosas e cheias de carinho.

Aos queridos Antônio e César Rojo, obrigada pela disponibilidade para a avaliação do trabalho, pelas contribuições preciosas na pré-banca. Juliano Domingues e Dario Brito, meus eternos orientadores, a construção do meu eu pesquisadora teve início em vocês e me sinto extremamente orgulhosa por isso. Professora Carol Monteiro, ser sua estagiária docente foi um presente e tanto. Como aprendi durante nossas aulas, que felicidade viver à sala de aula sob sua orientação.

Por fim e o mais importante, obrigada aos meus entrevistados, que me receberam com atenção e me permitiram compartilhar suas histórias. Em especial, agradeço aos moradores da Comunidade do Pilar e ao Frei Rinaldo, esse trabalho foi feito por e para vocês. Espero que essa pesquisa se transforme em ação e juntos a gente construa novas realidades.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”, Paulo Freire.

RESUMO

O presente trabalho apresenta como temática geral o funcionamento do parque urbano tecnológico Porto Digital, localizado no Bairro do Recife (PE). Trata-se de um empreendimento, voltado para o setor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), cujo faturamento econômico anual é de aproximadamente R\$ 2,86 bilhões. Em vista disso, a pesquisa teve como objetivo analisar criticamente os discursos sobre a atuação empresarial e social do Porto Digital. Para a construção de seu aporte teórico metodológico, recorreu aos estudos de Fairclough (2001) sobre a Análise Crítica do Discurso, Thompson (1995) para debater o conceito de ideologia e Gramsci (1971) que contribui com a ideia de hegemonia. No que diz respeito a sua metodologia, adotou um modelo qualitativo analítico, sendo feitas entrevistas com comerciantes do Bairro do Recife e moradores da Comunidade do Pilar. Além disso, também se dedicou a uma análise da documentação do Porto Digital, sendo possível entender como se constituem discursivamente as relações de poder, de modo que criem novas práticas sociais na região em observação. Como resultado, pode-se identificar a presença de uma ideologia neoliberal, cuja ordem discursiva tem como finalidade garantir a manutenção e permanência do domínio do empresariado que, por sua vez, está se institucionalizando como agente de transformação na cidade do Recife mediante a sanção do poder público.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Realismo Crítico; Smart Cities; Porto Digital; Comunidade do Pilar.

ABSTRACT

This work presents as a general theme the operation of the technological park “Porto Digital,” located in Recife (PE). This project is an enterprise, focused on the Information and Communication Technology (ICT) sector, whose annual economic turnover is approximately R\$ 2.86 billion. In view of this, this research aimed to critically analyze the discursive processes about the business and social performance of Porto Digital. For the construction of its theoretical-methodological contribution, it resorted to the studies of Fairclough (2001) on Critical Discourse Analysis, Thompson (1995) to discuss the concept of ideology, and Gramsci (1971) to discuss the idea of hegemony. Regarding its methodology, it adopted a qualitative analytical model, being conducted interviews with shopkeepers from the Recife District and residents of the Pilar Community. Furthermore, it was analyzed the Porto Digital documentation to understand how power relations are discursively constituted, so that they can create new social practices in the region under observation. As a result, it was possible to identify the presence of a neoliberal ideology, whose discursive order aims to ensure the maintenance and permanence of the dominance of the business community, which, in turn, is institutionalizing as an agent of transformation in the city of Recife with the sanction of public power.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Critical Realism; Smart Cities; Porto Digital; Comunidade do Pilar.

SUMÁRIO

1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DO MODELO TRIDIMENSIONAL AO REALISMO CRÍTICO	20
1.1 Estudo do Discurso: surgimento da Análise do Discurso (AD) a partir de Pêcheux	20
1.2 Da Linguística Crítica à Análise Crítica do Discurso	23
1.3 Análise Crítica do Discurso: do Modelo Tridimensional à apreciação crítica explanatória: diálogo entre Fairclough e Bhaskar	26
1.4 Realismo Crítico: uma abordagem alicerçada no social	34
1.5 Modernidade Tardia e tecnologização do discurso	39
2 NEOLIBERALISMO E PORTO DIGITAL	43
2.1 Liberalismo e Neoliberalismo: uma nova percepção de mundo na sociedade moderna contemporânea	44
2.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: o fomento à economia do conhecimento a partir do surgimento das <i>Smart Cities</i>	52
2.3 Parque urbano tecnológico do Porto Digital: o Recife a partir do olhar da inovação e da criatividade	58
2.4 Revitalização urbana e gentrificação: o processo de expansão territorial do Porto Digital e seus impactos na comunidade local	65
3 MÉTODOS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	71
3.1 Tipo de Pesquisa	71
3.2 Estratégia de Pesquisa	72
3.3 Campo	73
3.4 Sujeitos	73
3.5 Instrumento de pesquisa	75
3.5.1 Roteiro de entrevista semiestruturada com os moradores da Comunidade do Pilar	75
3.5.2 Roteiro de entrevista semiestruturada com comerciante	77
3.6 Corpus	79
3.7 Análise dos Dados	80
3.8 Aspectos Éticos	82
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	84
4.1 Manual de responsabilidade social empresarial do porto digital	84
4.1.1 <i>Estrutura do Manual de Responsabilidade Social Empresarial</i>	92
4.1.1.1 <i>O que é responsabilidade social empresarial</i>	92
4.1.1.2 <i>Porque implantar um projeto de responsabilidade social nas empresas?</i>	93

4.1.1.3 <i>Como ampliar a prática de RSE?</i>	93
4.1.1.4 <i>Entidades parceiras</i>	93
4.1.1.5 <i>Glossário</i>	94
4.2 <i>Análise dos discursos dos moradores da comunidade do pilar</i>	94
4.2.1 <i>Sentimento de pertença à comunidade do pilar</i>	94
4.2.2 <i>Experiência de associativismo</i>	96
4.2.3 <i>Relação dos moradores do Pilar com o Bairro do Recife</i>	100
4.2.4 <i>Projeto de revitalização do Recife Antigo</i>	102
4.2.5 <i>A percepção da invisibilidade social: o medo de ser expulso do bairro</i>	105
4.2.6 <i>Conhecimento sobre as políticas públicas do Porto Digital: a prática de assistência social</i>	109
4.3 <i>Análise dos discursos dos comerciantes do bairro do Recife</i>	114
4.3.1 <i>Vínculo territorial: como e por que os comerciantes chegam ao Bairro do Recife</i>	114
4.3.2 <i>Percepção dos comerciantes sobre a atuação do Porto Digital no Bairro do Recife</i>	116
4.3.3 <i>Diálogo do Porto Digital com os comerciantes do Bairro do Recife</i>	123
4.3.4 <i>Inclusão digital: como os comerciantes se adaptam às transformações tecnológicas:</i>	127
4.3.5 <i>O projeto de reconfiguração do Bairro do Recife:</i>	132
4.3.6 <i>Comunidade do Pilar: a integração dos comunitários no dia a dia do Bairro do Recife</i>	136
5 CONCLUSÕES	140
5.1 <i>Considerações parciais</i>	140
5.2 <i>Considerações finais</i>	145
5.3 <i>Limitações da pesquisa</i>	147
5.4 <i>Desdobramentos da pesquisa</i>	147
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

Atualmente, estamos vivendo uma grande transformação nas cidades. Debates sobre a construção de cidades inteligentes e o seu papel na economia global vêm se intensificando cada vez mais, levantando questionamentos a respeito da intensa concentração de pessoas em uma determinada região (SASSEN, 1998).

Kanter e Litow (2009) conceituam as *smart cities*, ou cidades inteligentes, como lugares capazes de conectar, de forma inovadora, cada subsistema urbano - como transporte, energia, educação, saúde, infraestrutura física, alimentos, água, segurança pública, etc, - com a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), convergindo os aspectos organizacionais, normativos, sociais e tecnológicos, a fim de melhorar as condições de sustentabilidade e de qualidade de vida da população. Trata-se de espaços da urbe que utilizam a inteligência para gerar e infundir dados capazes de aperfeiçoarem seus aspectos estruturais nos mais variados níveis. Desse modo, cria-se um ambiente onde as pessoas passam a transformar aparelhos e redes em comunidades humanas.

Cruz (2003, p. 26), explica a Tecnologia da Informação como “todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar e ou processar dados e ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada no produto, quer esteja aplicada no processo”. Já as TIC apresentam o papel de mediação nas transformações dos instrumentos, métodos e técnicas científicas, sendo formas de transmissão de informações que correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os respectivos processos informacionais e comunicativos dos seres (DE OLIVEIRA, 2015, p.78).

Essa nova visão de cidade, gerenciada por meio inteligência humana e do desenvolvimento das TIC, traz consigo também outros modelos de negócios por meio da criação dos intitulados bairros criativos. Eles apresentam como principal pilar de funcionamento a Economia Criativa, a qual diz respeito a toda e qualquer atividade, tendo como base o conhecimento e desenvolvimento intelectual (BENDASSOLLI *et al.*, 2009a).

Segundo Florida (2000), os bairros criativos são valorizados pelo seu elevado capital simbólico, pelo forte componente cultural, e ainda pelas vertentes do turismo e da boemia. O autor destaca três grandes vertentes distintas na exploração desta relação entre

criatividade e promoção do desenvolvimento urbano: (i) a ideia da necessidade de criação nos instrumentos para o desenvolvimento urbano; (ii) o foco nas atividades/indústrias/setores criativos como sendo uma base estrutural do desenvolvimento urbano; e finalmente, (iii) a defesa da necessidade de atrair as competências criativas.

Ao longo dos últimos anos, a economia criativa vem sendo responsável por uma parcela significativa da movimentação econômica mundial. Em uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019) há indicadores de que, no Brasil, em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) Criativo representou 2,61% de toda a riqueza gerada em território nacional, totalizando cerca de R\$ 171,5 bilhões. Em Pernambuco, ainda segundo dados da mesma Firjan (2019), o setor responde por 1,9% do PIB, maior percentual da região Nordeste. Supõe-se que o acúmulo gradual de importância desses segmentos na economia local está associado ao Parque Tecnológico Urbano Porto Digital.

Criado como uma proposta para fomentar políticas públicas estaduais para as áreas de TIC, ele foi inaugurado na capital pernambucana no ano 2000, sob o tripé Academia, Mercado e Governo, contando com um investimento de aproximadamente R\$ 44 milhões (MARQUES; LEITE, 2008). A articulação de seu desenvolvimento teve início em 1990, a partir de ações públicas que tiveram como finalidade promover o desenvolvimento econômico do Estado através de atividades ligadas às áreas da tecnologia e inovação, transformando então o espaço ao seu entorno em um bairro criativo.

O parque tecnológico apresenta-se como um empreendimento que pode ser considerado congruente com uma política neoliberal. Esta, segundo Silveira (2009, p. 66), caracteriza-se por:

1º Aplicar a disciplina fiscal, cortando gastos e eliminando ou diminuindo a dívida do Estado, reduzindo custos e funcionários. 2º Estimular a Reforma Tributária através de uma reestruturação governamental do sistema de arrecadação de impostos para que as empresas pagassem menos encargos e houvesse aumento da base de contribuintes. 3º Privatizar as empresas estatais, tanto no setor comércio como na área de infraestrutura, para garantir a hegemonia da iniciativa privada nesses setores. 4º Desenvolver a abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e estimulando uma maior entrada do investimento estrangeiro. 5º Desregulamentar progressivamente o controle econômico do Estado e modificação das leis trabalhistas.

Para garantir seu sucesso operacional, em dezembro do ano 2000, criou-se uma Organização Social (OS) no Estado de Pernambuco, sem fins lucrativos e de

gerenciamento privado, de acordo com política federal¹. Trata-se do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), composto por representantes do poder público e privado que tem o propósito de estruturar e promover a gestão social do parque tecnológico. O grupo coloca o Porto como um ambiente de inovação e empreendedorismo das áreas de TIC e economia criativa em todo o país e deseja torná-lo provedor de condições de competitividade para criação, atração e fortalecimento de empreendimentos inovadores, de modo que seja considerado como um dos principais pilares da economia do futuro de Pernambuco e ser uma das âncoras do desenvolvimento sustentável do Estado (PORTO DIGITAL, 2019).

Uma vez que o Porto Digital tem como propósito firmar-se como um dos principais alicerces da economia pernambucana (PORTO DIGITAL, 2021), faz-se relevante uma maior observação e entendimento de suas políticas sociais e empresariais. Ao se intitular como uma política pública e atuar em parceria com os principais setores civis, investigar a articulação e os reflexos de seu discurso na sociedade local torna-se algo imprescindível dentro das perspectivas acadêmicas e mercadológicas.

Desse modo, esse estudo tem como objetivo geral analisar criticamente os discursos sobre a atuação empresarial e social do parque urbano tecnológico Porto Digital. Já quanto aos objetivos específicos, se dispôs a: investigar o discurso do Porto Digital sobre sua atuação no Bairro do Recife a partir de uma análise do seu Manual de Responsabilidade Social Empresarial; estudar o discurso de comerciantes que atuam no Bairro do Recife sobre a ocupação territorial do Porto Digital naquela região; e interpretar o discurso de comunitários de uma área contígua (Comunidade do Pilar) ao Porto Digital sobre as práticas político-sociais desenvolvidas para este grupo. Para isso, utilizamos como base teórica e metodológica a Análise Crítica do Discurso (ACD), a qual preocupa-se particularmente com as relações dialéticas entre as transformações discursivas e mudanças na vida social contemporânea.

Trata-se de uma abordagem que analisa o discurso através de suas relações de causalidade e determinação entre as: (a) práticas discursivas, na qual diz respeito aos eventos e produção; e as (b) estruturas sociais e culturais. Através da investigação entre ambas a ACD objetiva identificar como se manifestam discursivamente as lutas de poder

¹ O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (BRASIL, 1998).

e resistência, formadas através do consumo, produção e distribuição de textos, por sua vez desenvolvidos ideologicamente por meio de associações hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35).

Quanto ao discurso, Fairclough e Chouliaraki (1999, p.38) usam a expressão para se referir aos elementos semióticos de uma prática social, incluindo, assim, a linguagem (escrita e falada e em combinação com outra semiótica), comunicação não verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos etc) e imagens visuais (fotografias, filme etc). De acordo com ele, o discurso pode ser entendido como: “uma perspectiva particular sobre essas várias formas de semiose, ele as vê como momentos de práticas sociais em sua articulação com outros momentos não discursivos”. Quanto à definição de prática social, o autor a apresenta como:

Por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. (FAIRCLOUGH; DE MELO, 2012, p. 308).

É válido ressaltar que a consolidação de uma economia baseada no conhecimento é fruto de uma economia baseada no discurso. Segundo Fairclough e De Melo (2012), o compartilhamento constante de informações faz com que os indivíduos passem a introduzi-las, resultando em uma reconfiguração das formas de agir e de interagir, gerando novas formas de ser, novas identidades. O novo capitalismo pode ser visto como um reorganizador de práticas sociais por meio da elaboração de novas relações estruturais estabelecidas entre domínios da vida social e de suas redes práticas.

Diante de tais considerações, a presente investigação identificou algumas perguntas-chave que almeja responder. A primeira diz respeito ao público-alvo do Porto Digital, para quem o parque tecnológico fala e qual a finalidade de seu discurso? Além disso, questiona-se quais são os interesses do NGPD ao abraçar um papel de responsabilidade social empresarial?

Este trabalho destaca como conflito social o processo de ocupação do território do Bairro do Recife, fundamentado no pressuposto de práticas discursivas neoliberais, pautadas sob uma ideia de economia do conhecimento, conceito clássico criado por Drucker (1969) para se referir à aplicação do conhecimento de qualquer campo ou fonte, novo ou velho, como estímulo ao desenvolvimento econômico. Bell (1979, p. 169) esclarece que seu surgimento se dá mediante a mudança de uma economia de produção

para uma economia de serviços: "quando o conhecimento se torna envolvido de alguma forma sistemática na transformação aplicada dos recursos, então pode-se dizer que o conhecimento, não o trabalho, é a fonte de valor".

Tais respostas serão obtidas através do diálogo entre a Análise Crítica do Discurso e a teoria do Realismo Crítico, tendo em vista que ambas têm como base os fluxos entre as práticas teóricas e as práticas daqueles que as executam. Sua realização pode ser feita por meio da pesquisa-ação crítica, onde o pesquisador é um participante da prática pesquisada e a pesquisa surge e realimenta suas lutas emancipatórias (MORROW E BROWN, 1994).

Em primeiro lugar, a ACD é construída com base na crítica e no desvelamento de problemas oriundos das práticas sociais, e, a partir delas, busca soluções, inclusive semióticas, para a sua superação (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Nessa abordagem, ainda conforme apontam os autores, é preciso transcender a divisão improdutiva entre estrutura e a ação, desenvolvendo uma epistemologia denominada como "estruturalismo construtivista". A ACD se torna estruturalista à medida em que é orientada por sistemas correlacionais que constituem permanências relativas dentro das práticas. Ao mesmo tempo, igualmente se torna construtivista em sua busca pela explicação como esses sistemas são produzidos e transformados em ação social.

Em segundo lugar, o Realismo Crítico busca compreender as conexões entre os processos estudados, defendendo a necessidade de interpretar significados, mesmo estes não sendo o único modo para a estruturação das explicações causais, tendo em vista que uma razão também pode ser uma causa (DE BARROS; VIEIRA; DE MELO RESENDE, 2016). Ainda segundo as autoras, na perspectiva realista, a vida deve ser entendida como um tipo de sistema aberto, coordenado por mecanismos oriundos das estruturas, resultantes dos eventos sociais. Isso implica dizer que, os eventos e as estruturas fazem parte da realidade social, estabelecendo assim uma relação transformacional, onde a sociedade deixa de ser uma criação dos seres humanos, passando a pré-existir a partir deles (RAMALHO, 2007).

No RC, a constituição do mundo se dá por três domínios ontológicos: o real, o atual e o empírico.

O real é o domínio dos poderes causais e o actual é o domínio dos eventos em que se acionam esses poderes, o empírico, por sua vez, é o que se percebe da ativação desses poderes no domínio dos eventos experienciados. Em outros termos, é o que se sabe do real e do actual, o

que não esgota a possibilidade do que tenha acontecido, ou poderia ter acontecido. (RAMALHO, 2007, p.85).

Uma vez em que a ACD considera que questões sociais são, em parte, questões sobre discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), justifica-se sua preocupação em abordar a linguagem em termos crítico-realistas de causa e efeito no mundo.

A perspectiva social em que me baseio é realista, fundamentada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como menos abstratas ‘práticas sociais’, são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o Real e o Realizado – o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do ‘empírico’, o que sabemos sobre a realidade. (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 14).

No que diz respeito às motivações para a execução desse estudo, é válido ressaltar que ele vem sendo elaborado desde atividades na graduação. Foi através da realização de pesquisas de iniciação científica que os apontamentos apresentados passaram a ser identificados mediante a observação desse cenário. Tendo em vista que o objeto a ser investigado vem se consolidando como pilar econômico do estado e estreitando laços acadêmicos e profissionais com as instituições locais, faz-se oportuna uma observação crítica sobre o seu funcionamento. Além disso, se trata de um empreendimento com um aporte financeiro de R\$ 1 bilhão ao ano (PORTO DIGITAL, 2021), sendo parte desses recursos custeados pelo poder público. Por fim, desde a sua implementação, o parque tecnológico conta com o apoio das gestões municipais e estaduais, sendo cada vez mais visto como um agente de transformação na cidade.

Em se tratando da justificativa, a concretização dessa pesquisa poderá resultar em uma nova percepção analítica não só quanto à dinâmica do Porto Digital, no Recife, mas sobre como são criados e compartilhados os discursos empreendedores e inovadores, cada vez mais presentes no cotidiano, capazes de excluir e categorizar grupos sociais específicos. Através da investigação aqui proposta, pretende-se mostrar como as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder, sendo ele sinalizado não somente pela gramática de um texto, mas também pelo controle que determinados atores exercem discursivamente sobre uma ocasião social.

Por fim, quanto a sua relevância, é necessário pontuar que a temática do trabalho tem se mostrado cada vez mais presente na cidade do Recife. Ao longo desses 21 anos, o Porto Digital realizou uma série de articulações políticas, interferindo na vivência em

torno da região do Bairro do Recife, área de preservação histórica, considerada o principal cartão postal da cidade. É importante ressaltar, ainda, que o parque tecnológico tem um rendimento anual de mais de R\$ 2,86 bilhões, ampliando seu papel enquanto empresa público/privada. Desse modo, a análise de sua atuação, por meio dos processos discursivos, tornando-se algo imprescindível não só do ponto de vista do registro histórico desse cotidiano, como também se transforma em uma ferramenta concreta a partir da qual é possível traçar reflexões a respeito dos impactos ocasionados (ou não) pelo Porto Digital na sociedade como um todo.

Quanto à estrutura deste trabalho, é válido expor uma breve apresentação de seus capítulos. No capítulo 1, a pesquisa dedicou-se aos estudos relacionados à Análise Crítica do Discurso. Para isso, teve como referência central algumas das obras desenvolvidas pelo linguista inglês Norman Fairclough (1999; 2001; 2012), contando ainda com a contribuição de demais pesquisadores, como Viviane Resende, Emília Ribeiro e Ruth Wodak. Ao longo do capítulo, foram explicitados os principais conceitos-chaves utilizados pela ACD, sendo eles: prática social, em que a hegemonia é trabalhada através de Gramsci (1971) e ideologia por Thompson (1995); prática discursiva e sua intertextualidade constitutiva e manifesta; e texto, por meio do significado das palavras e gramática.

Na sequência, há um debate sobre a ACD (FAIRLOUGH, 1999) e o realismo crítico (RC) de Bhaskar (1986), uma vez em que ambos os autores defendem que as respectivas pesquisas devem ser voltadas para a resolução de problemas práticos da vida social, realizando uma espécie de ‘crítica explanatória’ (BHASKAR, 1986; 1998; 2002b), construída com base na crítica e no desvelamento de problemas sociais, oriundos das práticas sociais, e, a partir delas, buscar soluções para a sua superação (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999).

O capítulo 2 diz respeito ao entendimento acerca do neoliberalismo, apresentando um debate de modo que possa explicitar a transição do liberalismo para o atual modelo de globalização com foco na economia do conhecimento. Para isso, foram utilizados os textos de Harvey (2008), Rosa (2019), Fernandez (2006) e Silveira (2009). Ainda no mesmo capítulo, apresenta-se o Porto Digital por meio da avaliação de seu modelo de negócio e quais as suas características comuns com os conceitos mencionados acima. Por fim, há uma discussão sobre o capital humano, desenvolvida por meio dos escritos de Shuchltz (1973); Nakabashi e Figueiredo (2005) e Drucker (2001).

Na sequência, o capítulo 3 aborda as questões metodológicas deste estudo, trazendo como referência Gil (2008), Deslauriers (1991) e Minayo (2001). Na dissertação, houve um enfoque no paradigma interpretativista, utilizando uma abordagem qualitativa, a qual estuda a experiência vivenciada pelos indivíduos em seus ambientes sociais a partir da perspectiva desses próprios atores sociais (GIL, 2008). Já em relação aos objetivos da pesquisa, tem um viés exploratório analítico, uma vez que se trata da investigação de uma temática ainda em desenvolvimento.

Por fim, o capítulo 4 está destinado à análise, inicialmente voltada para o Manual de Responsabilidade Social Empresarial, na sequência passa a ser composta pelas entrevistas realizadas com os moradores da Comunidade do Pilar e comerciantes do Bairro do Recife. As categorias analíticas foram pré-determinadas, sendo explicitadas detalhadamente na seção metodológica.

1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DO MODELO TRIDIMENSIONAL AO REALISMO CRÍTICO

Este capítulo propõe uma contextualização dos estudos em torno da análise do discurso. Para isso, apresenta algumas das contribuições de Pêcheux (1983) como o fundador de uma abordagem cujo objeto central de investigação é o discurso. Posteriormente passa a debater o surgimento da linguística crítica e sua atenção na identificação de problemas sociais, culminando então no desenvolvimento da ACD, por meio do modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001). Será trabalhado o conceito Modernidade Tardia, objetivando explicitar como a globalização vem modificando as práticas discursivas e consequentemente as práticas sociais para reforçar um processo hegemônico de obtenção e manutenção do controle. Por fim, retornará a base epistemológica da ACD através do Realismo Crítico de Bhaskar (1986), tendo em vista sua defesa do mundo como um sistema aberto onde a ciência deve ser desenvolvida de forma transcendental e toda prática emerge de uma visão de mundo existente antes mesmo da investigação.

1.1 Estudo do Discurso: surgimento da Análise do Discurso (AD) a partir de Pêcheux

A Análise do Discurso (AD) surge em 1960 através de Michel Pêcheux (1938 - 1983). Trata-se de uma abordagem que estuda os processos discursivos a partir da "evolução problemática" das teorias linguísticas e das transformações no campo político-histórico (PÊCHEUX, 2009). Seu arcabouço teórico está interligado aos movimentos de ideias sobre o sujeito, ideologia e língua, marcando sua especificidade em pensar essas relações através de uma reflexão materialista histórica e dialética (ORLANDI, 2012).

No que diz respeito à posição epistemológica, a AD orienta o sujeito a pensar na existência da língua como um real específico que se forma em um espaço contraditório a partir do desdobramento das discursividades (PÊCHEUX, 2011). Isso implica dizer, que o sistema linguístico não deve ser visto apenas como um programa mental operacional, mas sim como um conjunto de contextos e materialidades constituídas com base nas vivências históricas dos seus enunciadores.

A Análise do Discurso fundamenta-se em uma reflexão crítica, vindo a investigação a ser pautada no sujeito mediante os contextos que o cercam, como sua posição social, local de fala, escuta e memórias (PÊCHEUX, 2009). Partindo dessa premissa, Foucault (1996) destaca que o estudo da Análise do Discurso exige mais do que um conhecimento sobre a base gramatical da escrita. É preciso ir em busca da exterioridade de um enunciado específico, através da estreiteza e singularidade de sua situação. Desse modo, o processo de compreensão de um discurso deve ser determinado por meio das condições de sua existência, fixando seus limites a fim de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado (FOUCAULT, 1996).

Courtine (1999) explica que o posicionamento do sujeito enquanto falante, se dá por meio da ordem do discurso, utilizada por Foucault (1996) para definir a maneira como diversos gêneros e discursos se inter-relacionam entre si, gerando uma estruturação e ordenação social particular das relações entre as formas de construir sentido. É escrito o seguinte:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.8)

Ainda de acordo com Courtine (1999), a construção do sujeito como falante ocorre em dois níveis. O primeiro o coloca enquanto enunciador, como o “eu” de suas séries discursivas; já o segundo, diz respeito ao enunciado concebido por meio de articulações linguísticas que se transformam e se opõem entre si. Reafirma assim a abordagem elaborada por Pêcheux (1997), na qual o discurso deve ser visto como o lugar de confronto entre língua e ideologia. Em sua concepção, não se pode ignorar as condições histórico-sociais, tendo em vista que elas se entrelaçam nas significações e são constitutivas dos sentidos.

Na AD, o sentido não pode ser visto como algo fixo e imutável, uma vez em que ele se move mediante as posições ocupadas pelos sujeitos. A construção do sentido de cada enunciado não existe ‘em si mesmo’, ou seja, em sua relação transparente com a literalidade do significante. Ela é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras e expressões são produzidas (PÊCHEUX, 1998). O autor ainda comenta:

Ora, se considerarmos, por exemplo, o domínio da política e da produção científica, constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam. [...] Com efeito, é um indício que mostra que as coisas não são assim tão simples quanto faria supor a ideia de uma diferenciação em subsistemas. Tudo se passa como se a correspondência entre teoria geral e estudo particular de uma dada língua desaparecesse no nível semântico. (PÊCHEUX, et al, 2008, p. 5).

Para que um discurso passe a ter sentido, o ouvinte exerce aquilo que Orlandi (2012) chama por mecanismo de antecipação, no qual diz respeito ao ato de se colocar no lugar onde o interlocutor ouve, a fim de antecipar o sentido que suas palavras produzem. Esse processo é formulado por meio de sua memória discursiva, na qual busca em seu repertório o significado para o que foi dito. Dentro dos estudos pecheutianos, o discurso diz respeito às formações imaginárias e ideológicas, consideradas essenciais na aplicação de uma Análise do Discurso.

As formações imaginárias são os mecanismos de funcionamento do discurso, projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 2012). Parte-se do princípio de que o local de onde o indivíduo fala é constitutivo do que ele diz, gerando assim um jogo de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já ditos com os possíveis de emergirem.

Sobre a compreensão desse imaginário, Pêcheux (2002) afirma que o funcionamento nos processos discursivos é um conjunto de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro. Trata-se da imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Isso implica dizer que as palavras falam por meio de outras palavras, sendo cada uma delas parte de um discurso influenciado por outras, referindo-se esses discursos aos dizeres atuais e àqueles armazenados na memória.

Já as formações ideológicas são ligadas ao entendimento do sujeito enquanto indivíduo social. Elas são elaboradas por meio de uma posição-sujeito em relação ao

cenário no qual está inserido. Ainda segundo Pêcheux (1997, p.161), “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (produtores de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Desse modo, compreende-se que o compositor fala através de uma descrição de suas próprias impressões, mediante um conjunto de princípios e crenças que expressam uma determinada visão de mundo. Em outras palavras, seu discurso carrega uma série de normas e posicionamentos socioculturais absorvidos por seu inconsciente ao longo de sua vida.

É por meio da compreensão das formações imaginárias e das formações ideológicas que o analista do discurso passa a investigar as formações discursivas (FD’s). Elas correspondem ao que pode e deve ser dito pelo sujeito a partir do lugar de fala, posição social, histórica e ideológica, estando ainda estreitamente interligadas com as condições de produção do texto. Nesse sentido, ainda segundo Pêcheux (1998, p. 263), “as palavras, expressões, recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem”.

Segundo Faria (2012) os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Em vista disso, as palavras não têm sentido nelas mesmas, mas variam de acordo com as formações discursivas em que se inscrevem, estas analisadas de acordo com as formações ideológicas. Isto é, o estudo do discurso é realizado por meio de uma relação recíproca entre linguagem e ideologia.

1.2 Da Linguística Crítica à Análise Crítica do Discurso

A partir dos desdobramentos dos estudos discursivos propostos por Pêcheux, passam a surgir outras abordagens e meios de visualização da linguagem. Em meados dos anos 70, grande parte dos departamentos de linguística se dedicavam aos estudos mais formais da linguagem, com foco na competência dos falantes. Labov e Hymes (1972) descreviam e explicavam as variações e mudanças linguísticas a partir de suas estruturas de interação comunicativa. Já Levinson (1983) observava a competência pragmática e

sociolinguística dos falantes, como suas sentenças e componentes eram vistos como unidades básicas. No entanto, até o momento, não havia questionamentos a respeito da hierarquia social e quais os impactos dos discursos nesse processo de estruturação da desigualdade.

Entre os anos de 1970 e 1980 surge a Linguística Crítica (LC), consolidada pelos pesquisadores Roger Fowler, Tony Trew e Gunther Kress, na University of East Anglia, Inglaterra. Trata-se de campo que tem como objetivo analisar as relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas do discurso (WODAK, 2010). Isso implica dizer que por meio de sua observação é possível identificar como a desigualdade social se manifesta e se legitima entre grupos de maior e menor poder social.

Na LC, os pesquisadores avaliam os discursos a partir da densidade de seus contextos. É preciso entender que cada texto é historicamente produzido e interpretado com base no tempo e no espaço em que se situa, ou seja, ele carrega uma complexa estrutura ideológica elaborada a partir de sua perspectiva sócio histórica. Não se trata de uma observação simplista entre aquilo que é dito e o social, mas sim, levando em consideração as premissas de dominação que o interpelam. Desse modo, sua análise se dá a partir das pressões verticalizadas e das possibilidades de resistência sinalizadas por meio das relações desiguais de poder. Isto posto, aqueles que adotam esse caminho de pesquisa tendem a concordar com Habermas, conforme citação abaixo sobre a respectiva implicitude:

[...] a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] (mesmo quando - observação da autora) não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica. (HABERMAS, 1977, p. 259).

Com características similares à LC, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo Van Leeuwen e Ruth Wodak desenvolvem a Análise Crítica do Discurso (ACD). Trata-se de uma abordagem que se caracteriza por sua preocupação com o poder como meio central da vida social, voltando-se não só para a noção das lutas pelo controle, mas também para a intertextualidade e a recontextualização de discursos que competem entre si (WODAK, 2010).

Sua consolidação ocorreu em meio ao Simpósio de Amsterdam, onde os pesquisadores se reuniram para propor uma série de discussões teóricas e metodológicas

de Análise do Discurso que tivessem como propósito investigar as manifestações de poder na linguagem. Posteriormente, em 1990, foi lançada a revista *Discourse and Society* e livros como *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989) e *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989), vistos até os dias de hoje como referência nas ciências da linguagem.

Apesar de serem criadas independentemente uma da outra, a LC e a ACD ocupam o mesmo espaço paradigmático, isto porque, em ambas as abordagens, o pesquisador recorre à teorização, descrição e análise dos processos de dominação e resistência, além das estruturas sociais que levam à produção de um texto. Ademais, se atém também à criação pelos indivíduos e grupos sociais dos significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993). Van Dijk (1993, p. 131) defende que a ACD e a LC “são, quando muito, uma perspectiva compartilhada sobre como fazer análise linguística, semiótica e do discurso”. Por sua vez, Wodak (2010), afirma que ambas as abordagens apresentam as seguintes concepções:

A linguagem é um fenômeno social; não apenas indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem; os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação; os leitores/ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos; há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições, e assim por diante. (WODAK, 2010, p. 229 - 230).

Isto posto, é possível afirmar que a ACD e a LC dialogam no mesmo campo, se diferenciando a partir da evolução e desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa para compor o processo analítico do texto em investigação. Há críticos que se baseiam na linguística sistêmica funcional (LSF) de Halliday (1985), onde o estudo do sistema linguístico está relacionado às necessidades de convivência em sociedade.

Segundo o autor, ao usar a linguagem o indivíduo faz uma série de escolhas, sendo assim necessário ter consciência sobre os significados que as palavras e suas combinações textuais geram a partir de seus determinados contextos. Webster (2009), explica que pela LSF o texto deve ser observado como uma entidade semântica, ou seja, um constructo de elaboração e troca de significados. É um evento intersubjetivo em que o falante e o ouvinte elaboram sentidos a partir da situação vivenciada.

Já Fairclough (2001, p. 50) salienta o uso de conceitos de outras teorias, como ‘ato de fala’ e ‘transformação’, ressaltando a referência à transitividade, definida por ele como “um aspecto da gramática da oração ou da frase que se relaciona ao significado

ideacional”, ou seja, o modo como entende a realidade. Há também outras percepções, como os processos de nominalização, em que são avaliadas as transformações das orações no tempo real e a modalidade, que se dedica ao estudo dos significados interpessoais, o modo como as relações sociais e identidades são marcadas no texto.

Em suma, todas as abordagens recorrentes da ACD e da LC se distanciam da linguística regular e da sociolinguística, tendo em vista a recusa pelo tratamento dos sistemas linguísticos de forma independente e a separação entre o significado, estilo ou expressão. Além do mais, elas sistematizam um método analítico de possível utilização por demais pesquisadores, como historiadores e sociólogos, que não são especialistas linguísticos, proporcionando uma maior segurança no processo de investigação e categorização dos dados.

Quanto a isso, Wodak (2010) ressalta que a noção de crítica adotada pela ACD, mediante a evolução da LC, tem como finalidade o distanciamento puramente dos dados, sendo necessário que o pesquisador passe a concentrar sua atenção no social. Isso implica dizer que ele adotará uma posição política explícita, carregada de uma auto-reflexão, sem se distanciar de suas convicções e pressupostos. Ou seja, seu estudo será desenvolvido a partir da percepção social que o mesmo tem sobre aquilo que está ao seu entorno.

1.3 Análise Crítica do Discurso: do Modelo Tridimensional à apreciação crítica explanatória: diálogo entre Fairclough e Bhaskar

Como visto nas seções anteriores, a ACD tem como sua principal característica a preocupação com as transformações na vida social contemporânea, se atentando ao “papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas” (FAIRCLOUGH; DE MELO, 2012. p. 309). No entanto, para compreender como esses discursos se manifestam entre si, gerando efeitos em determinados grupos, é necessário ter conhecimento daquilo que Fairclough

apresenta como prática discursiva e prática social, presentes em seu Modelo Tridimensional de Análise do Discurso.

A concepção de discurso apresentada por Fairclough (2001) se refere ao uso da linguagem de forma falada ou escrita. O autor sugere uma análise fundamentada a partir da relação dialética entre o discurso e a estrutura social, levando em consideração os contextos que cercam os sujeitos. Isso implica dizer que um determinado enunciado é moldado e restringido por uma série de questões coletivas, como as posições em classes, instituições, normas, convenções e demais aspectos que, por sua vez, influenciam a percepção que o indivíduo tem sobre ele e aquilo que está ao seu entorno. Desse modo, é possível afirmar que o discurso é um alicerce na sociedade, tendo em vista que:

contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas uma representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 95).

Há três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso que formulam as funções da linguagem. A primeira, nomeada de identitária, diz respeito às identidades sociais e posições dos sujeitos, avaliando o tipo de eu, presente nos enunciados. Nela, o analista deve identificar os modos como as identidades sociais são marcadas no discurso. A segunda, relacional, equivale às relações sociais entre as pessoas, ou seja, o processo de interação a partir de representações e negociações, observando como os indivíduos se comunicam entre si e qual a finalidade de seus enunciados. Por fim, a terceira, ideacional, é responsável pela formulação daquilo que temos como sistema de conhecimento, onde são depositadas as crenças e valores que geram os significados em torno do mundo (FAIRCLOUGH, 2001).

A partir dessas diferenciações, é possível entender o conceito de prática discursiva, no qual diz respeito a todo o processo de produção, distribuição e consumo textual (FAIRCLOUGH, 2001). Ao analisar um enunciado, o pesquisador precisa se ater às funções da linguagem de modo que amplie a interpretação que terá sobre aquilo que foi lido. Ou seja, uma vez em que está ciente das funções identitárias, relacionais e ideacionais, desenvolverá uma percepção ampla avaliando os contextos e significados em suas várias camadas estruturais.

Além dos processos de produção, distribuição e consumo, a análise de uma prática discursiva também parte da observação das categorias de força, coerência e

intertextualidade. Rezende e Ramalho (2004) explicam que a força dos enunciados significa os tipos de atos e falas; já a coerência está relacionada às conexões e inferências presentes em pressupostos ideológicos; e a intertextualidade diz respeito à análise textual com base nas relações dialógicas entre um texto e outros (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade).

Quanto à noção de intertextualidade, é válido ainda discutir a diferenciação proposta por Fairclough (2001) onde um texto contém fragmentos de outros textos, podendo esses serem apresentados explicitamente (intertextualidade manifesta) ou implicitamente (intertextualidade constitutiva). Isso significa dizer que um enunciado, quando posto, carrega demais discursos absorvidos pelo anunciante ao longo de sua existência, estando incluso em uma ordem do discurso que, por sua vez, traz uma série de outros discursos.

Assim sendo, a intertextualidade constitutiva se aplica aos discursos que implicitamente se formulam a partir de uma série de outros discursos, como por exemplo a cobertura da Revista Veja e do Jornal Nacional nas investigações da Lava Jato. Em ambos os casos, há uma ordem no discurso neoliberalista de modo que as notícias repassadas buscam atender aos interesses comerciais e políticos desses grupos de comunicação, favorecendo assim a oposição do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva e da ex-presidente Dilma Rousseff. Já a intertextualidade manifesta se mostra a partir dos textos das notícias, onde os jornalistas se posicionam contra a atuação do PT, construindo a narrativa de um governo corrupto que resultou nas mobilizações do Vem Pra Rua e, conseqüentemente, no impeachment de 2016.

Por fim, tendo em vista a necessidade de compreensão do local onde o discurso se situa, é válida ainda uma investigação em torno do contexto, apresentado como o "contexto de situação". Nele, o analista desenvolve uma interpretação total da prática social onde o discurso está posto, gerando então novas compreensões sobre os sentidos desses textos que envolvem e excluem demais significados possíveis.

Explicitadas as etapas de análise de uma prática discursiva, é válido salientar que esses processos de produção e interpretação são socialmente limitados, tendo em vista as barreiras estruturais indiretamente absorvidas pelos sujeitos por meio de normas, convenções e ordens de discurso e também pela natureza da prática social na qual faz parte. Conforme elucida Rezende e Ramalho (2004), a natureza de uma prática discursiva alterna entre os mais variados tipos de discursos e fatores, havendo assim uma mediação entre texto e prática social. Desse modo, Fairclough (2001, p. 35-36), pontua que em uma

análise tridimensional do discurso é preciso propor uma conexão entre a natureza dos processos discursivos em suas instâncias e a natureza das práticas sociais no qual estão inseridos:

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35-36).

Uma vez em que a análise de uma prática discursiva se dá a partir da percepção do contexto, levando em consideração as relações sociais vivenciadas pelos indivíduos, é preciso ter conhecimento sobre o conceito de prática social. Fairclough (2003, p. 25) as define como “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados a áreas particulares da vida social”. Com base nos estudos de Harvey (1996), ele explica que toda prática se dá a partir de uma relação de ação e interação, onde as pessoas carregam suas crenças, valores, atitudes, histórias, etc, influenciadas pelo mundo material e pelos discursos absorvidos ao longo de suas trajetórias.

Resende e Ramalho (2006) pontuam que nas práticas particulares esses elementos sustentam contínuas relações dialéticas de articulação e internalização, sem que se reduza apenas a um, o que significa dizer que em uma prática há diversos momentos. No entanto, ainda de acordo com as autoras, é possível que esse processo seja ampliado para práticas organizadas em redes. Desse modo, quando posta individualmente, uma prática social carrega relações dialéticas entre seus três momentos internos: gêneros, discursos, estilos. Já quando há mais de uma prática, elas se associam entre diferentes campos sociais, formando redes das quais as próprias passam a constituir momentos. Esse processo é explicitado da seguinte forma:

Uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana (FAIRCLOUGH; DE MELO, 2012, p. 308).

Isto posto, é válido evidenciar o papel da semiose dentro da ACD, considerando que nela as relações e identidades sociais não são analisadas de forma puramente teórica. Sua atuação ocorre de três formas: na primeira a semiose é parte da atividade social que

está inserida em uma prática, como um professor que se comunica de forma específica em sala de aula ou um presidente ao conceder um pronunciamento oficial; há ainda a atuação da semiose nas representações, onde os sujeitos reproduzem os significados das práticas nos quais estão inseridos e em outras, gerando assim novas práticas que remodelam os processos sociais; a terceira e última se manifesta no desempenho de determinadas posições particulares, como na diferenciação de classes, gêneros, raças, nacionalidades, etc, em que cada grupo vivencia práticas de acordo com aquele contexto situacional, mas os indivíduos tendem a construir novas práticas a partir de suas experiências particulares (FAIRCLOUGH; DE MELO, 2012).

Atento às relações de poder presentes nos processos discursivos a partir da observação de suas práticas sociais, um analista crítico do discurso precisa se aprofundar no polissêmico conceito de ideologia, comentado por John Thompson. Em sua obra, *Ideologia e Cultura Moderna* (1995), o autor apresenta a ideologia como um sistema de crenças ou formas e práticas simbólicas que se entrecruzam com as relações de poder. Trata-se de um campo cuja análise central observa a construção do sentido no mundo social, reforçando entre pessoas e grupos posições distintas de controle. Ou seja, o estudo da ideologia seria o estudo das maneiras como os sentidos estabelecem e sustentam as dominações, explicado por ele da seguinte forma:

Ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social. (THOMPSON, 1995, p. 58).

A percepção dos sentidos, por sua vez, se dá a partir da observação dos fenômenos ideológicos, sendo essas ações e eventos simbólicos significativos que servem, em determinado contexto sócio-histórico, para reforçar as posições de poder. Ao falar em sentido, o autor se interessa pelas formas simbólicas presentes nos contextos sociais que circulam em torno do mundo social, sendo elas um amplo espectro de falas e ações produzidas e reproduzidas entre os sujeitos de modo que passe a ter significado. Essa réplica, em grande parte, ocorre por meio da fala linguística e expressões, escritas ou faladas, analisadas a partir de quatro aspectos típicos (intencional, convencional, estrutural e referencial). Por fim, há ainda uma observação do aspecto contextual, onde as formas simbólicas são observadas a partir de seus contextos e processos socialmente estruturados (THOMPSON, 1995).

Quanto ao caráter negativista, apresentado ao longo da consolidação histórica daquilo que se entende por ideologia, Thompson (1995) explica que não se trata de uma característica obrigatória. Há formas simbólicas, ilusórias e erradas que operam a favor do ocultamento, porém estas não devem ser vistas como uma função central dessa ciência. Isso implica dizer que o estudo da ideologia, por vezes, pode resultar na percepção da manipulação e controle de cunho negativo que objetive favorecer a um grupo específico. Porém, ao mesmo tempo, também se aplica a relações de poder e desigualdade que não necessariamente tenham um erro a ser apontado. Enquanto para Karl Marx, a ideologia se consolidava a partir da luta de classes, Thompson aponta os conflitos de produção apenas como um dos processos de dominação e subordinação que estabelecem um único eixo da desigualdade. É escrito o seguinte:

Concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo, diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos. Concepções críticas de ideologia diferem com respeito aos fundamentos dos quais derivam um sentido negativo. Podemos descrever esses fundamentos diferentemente como critérios de negatividade, associados com concepções particulares de ideologia. (THOMPSON, 1995, p. 73)

Cientes de que a ACD está interessada em observar como as formas linguísticas são utilizadas em várias expressões e manipulações do poder, é preciso igualmente se debruçar nos estudos sobre hegemonia. Gramsci (1971) a apresenta como uma forma de funcionamento do estado ético, onde a construção de uma classe dirigente deve se manter por meio do consentimento das massas, o que justifica a importância de uma implementação na direção cultural e ideológica dos sujeitos. Trata-se de um meio pelo qual os indivíduos são organizados, determinando assim o funcionamento das estruturas sociais.

Ao retomar tal conceito, Fairclough (1992) caracteriza a hegemonia como um tipo de exercício do poder, onde um grupo obtém o domínio, em comparação com os demais, sem a necessidade de utilização da força. De acordo com ele, as estruturas sociais são constituídas e constituem novos discursos, esses, por sua vez, se propagam com base na ordem discursiva no qual estão inseridos. Isso implica dizer que há uma determinada estrutura social semiótica que se manifesta de forma hegemônica. Em outras palavras, dentro do processo discursivo os textos dialogam entre si, influenciados por aqueles com

um maior poder, de modo que se perpetuem com a finalidade de atender aos interesses de grupos específicos, tornando-se uma espécie de senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação.

Para definir a relação entre discurso e hegemonia, Fairclough (2001) apresenta duas concepções. Primeiro, a luta hegemônica é posta como uma prática discursiva em constante interação a partir da dialética entre discurso e sociedade, tendo em vista as transformações sofridas por ambos. Segundo o próprio discurso se manifesta como uma esfera da hegemonia, que se sustenta a partir das práticas e ordens discursivas. Isso significa dizer que os sujeitos, quando introduzidos em práticas discursivas e sociais, são os responsáveis pela manutenção e transformação das estruturas da sociedade. Em suas palavras:

O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento – em vários domínios da sociedade civil (como trabalho, educação, as atividades de lazer) – de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são, na sua maioria, práticas discursivas. A um conjunto específico de convenções discursivas [...] estão, implicitamente, associadas determinadas ideologias – crenças e conhecimentos específicos, posições específicas para cada tipo de sujeito social que participa nessa prática e relações específicas entre categorias de participante. (FAIRCLOUGH, 1997, p.80).

Assim sendo, a luta hegemônica pode ser vista como uma constante busca pela sustentação de um status universal, reforçando as representações particulares do mundo material, mental e social (FAIRCLOUGH, 2001). Dado que a conquista do domínio depende mais do consenso do que da força, a estruturação e manifestação da ideologia se faz obrigatória para garantir o poder. O autor sugere que “o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna [...]. Assim, analisar nas instituições e organizações em termos de poder significa entender e analisar suas práticas discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 76).

Por esses motivos, justifica-se a importância de compreender como são constituídas e legitimadas as relações de poder, a partir da ideologia e hegemonia presentes no discurso. Toda prática discursiva tem conexão com o domínio, tornando-se responsável por naturalizar e recriar práticas sociais, que por sua vez devem ser investigadas para a compreensão da vivência em sociedade. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Apresentadas as concepções de prática discursiva e prática social, adentramos agora no estudo sobre o texto. Chouliaraki e Fairclough (1999) pontuam que na ACD o texto tem papel fundamental, pois ele materializa as manifestações discursivas e todos os seus contextos, ideológicos, hegemônicos e históricos. Isso implica dizer que o texto é posto como o discurso transcrito, tornando-se assim possível de ser analisado. Seu processo de interpretação, por sua vez, ocorre de duas formas: a compreensão e a explanação, tendo em vista que a interpretação varia de acordo com diferentes combinações de suas próprias propriedades e também do posicionamento social daquele que o investiga. Conforme ressaltam os autores, a ACD:

não advoga uma compreensão particular do texto, mas uma explanação particular. Uma explanação re-descreve propriedades de um texto (incluindo o conjunto de compreensões), usando um arcabouço teórico particular para localizar o texto na prática social. [...] os conceitos do arcabouço são relacionados a material empírico, construindo o objeto de pesquisa (as relações relevantes para a análise), seu funcionamento (como essas relações são articuladas), bem como suas potencialidades (não apenas seus efeitos reais, mas também sua função potencial). (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.68).

Ainda com relação ao processo de formulação e interpretação de um texto, eles são carregados de práticas discursivas que se condensam em convenções cheias de significado potencial, este, por sua vez, tende a ser heterogêneo, fruto de uma série de outros significados, justificando assim às múltiplas interpretações possíveis em cada leitura (RAMALHO, 2007). Em outras palavras, a compreensão em torno de um escrito varia de acordo com o repertório (conhecimento, crenças, concepções etc) que seu leitor carrega sobre a temática falada, isso implica dizer que para o mesmo texto há mais de um sentido.

Fairclough (2001) explica que a análise textual pode ser organizada em quatro categorias: vocabulário, gramática, coesão e estrutura social. Na primeira delas, o pesquisador trata principalmente das palavras individuais; na segunda sua atenção se volta para a combinação de orações e frases; na terceira há a ligação entre essas orações e frases; e a quarta se atém para as propriedades organizacionais de larga escala dos textos. O autor evidencia a observação das orações, sob a justificativa de que toda ela é multifuncional, composta por uma combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais. De acordo com sua abordagem, os sujeitos escolhem os modelos e as estruturas de suas orações, determinando assim seu sentido. Ou seja, o ato de fala se dá mediante a percepção que o falante tem da interpretação de quem o ouvir. Em outras palavras, o

discurso é pré estruturado inerentemente na mente do sujeito para que a sua compreensão corresponda às expectativas postas por ele.

Por fim, é válido ressaltar que todo o processo de execução de um estudo fundamentado na ACD deve ser composto por uma reflexão crítica que se preocupe com a transformação social. Desse modo, o pesquisador tem que centrar sua observação em um contexto onde seja possível identificar os reais problemas que surgem nos desdobramentos de sua investigação, para assim propor novas formas de superação e consequentemente apontar outros obstáculos. Ou seja, trata-se de uma pesquisa em curso contínuo, estando sujeita a remodelação a partir da mudança de suas estruturas, mecanismos e eventos.

1.4 Realismo Crítico: uma abordagem alicerçada no social

A proposta da ACD de se ater aos problemas sociais da Modernidade Tardia dialoga com o Realismo Crítico, desenvolvido por Baskhar (1978, 1989, 1993). O autor propõe uma percepção de crítica onde o mundo real existe independentemente do conhecimento que temos sobre ele, apresentando uma abordagem híbrida entre “realismo transcendental” e “naturalismo crítico”:

Chamei minha filosofia geral da ciência de “realismo transcendental” e minha filosofia específica das ciências humanas de “naturalismo crítico”. Aos poucos, as pessoas começaram a misturar os dois e a referir-se ao híbrido como “realismo crítico”. Ocorreu-me que havia boas razões para não me objetar ao hibridismo. Para começar, Kant havia chamado seu idealismo transcendental de “filosofia crítica”. O realismo transcendental tinha o mesmo direito ao título de realismo crítico. (BHASKAR, 1989, p. 190).

O naturalismo crítico surge como uma filosofia antipositivista através da transposição das ciências naturais para as sociais. Ele defende a tese de que “existe (ou pode existir) uma unidade essencial de método entre as ciências naturais e sociais” (BHASKAR, 1998, p. 2), desde que recorra a uma abordagem que mantenha a ontologia e a estratificação da realidade. Isso significa dizer que não se deve reduzir o domínio do

empírico ao domínio do real, sendo este último revelado diretamente pelo primeiro (BARROS, 2015).

Já ao propor o realismo crítico, Bhaskar (1978) defende que as ciências naturais e sociais devem ter métodos distintos, justificando que o mundo natural e o social são diferentes, porém nesse segundo há a necessidade de uma intervenção humana (RAMALHO, 2007). Ou seja, ainda que busque métodos similares da ciência natural para apresentar uma explicação causal, o RC diverge no que diz respeito à visão interpretativa, reconhecendo a necessidade de elucidar os sentidos (BARROS, 2015).

Em vista disso, os realistas críticos reconhecem o mundo como um sistema aberto, elaborado por meio de uma ontologia estratificada que se constitui por diferentes domínios (real, atual e empírico) e diferentes estratos (físico, químico, biológico, econômico, semiótico etc.). Tratam-se de estruturas distintivas e mecanismos gerativos, responsáveis por gerar efeitos imprevisíveis no mundo (RAMALHO, 2007).

Perante essa abordagem, a ciência deve ser desenvolvida de forma transcendental, onde toda prática científica emerge de uma visão de mundo existente antes mesmo da investigação (BARROS, 2015). Isso implica dizer que a observação do pesquisador se dá também por meio da sua percepção social, levando em consideração o conhecimento prévio adquirido com base em suas vivências. A partir dessa premissa, Bhaskar ([1975] 1978, p. 36) elabora a seguinte pergunta: “Como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?”, sendo a resposta de sua questão filosófica nomeada por ele de ontologia. Ainda em suas palavras:

A ciência é uma atividade social em curso, em processo contínuo de transformação. Mas o objetivo da ciência é a produção do conhecimento, dos mecanismos da produção dos fenômenos na natureza que combinam para gerar o fluxo dos fenômenos do mundo (BHASKAR, 1978, p. 17).

Uma vez em que a construção do conhecimento é elaborada de forma transcendental, precedente a experiências anteriores e a atividade do ser humano, é preciso se ater às dimensões intransitivas e transitivas de sua estrutura. A primeira diz respeito à realidade independentemente da ação humana ou dos objetos (dimensão ontológica) e a segunda se refere ao conhecimento sobre essa realidade e esses objetos (dimensão epistemológica).

Desse modo, ao limitarmos o real (dimensão intransitiva e ontológica) ao conhecimento que temos sobre ele (dimensão transitiva e epistemológica) cometemos um

erro epistêmico (RAMALHO, 2007). Mediante a tal diferenciação, Bhaskar denomina esse processo como “o paradoxo da ciência”, onde o pesquisador é visto como o agente causal de uma sequência de eventos, mas não como a lei causal, uma vez em que sua produção se dá sob condições experimentais (BARROS, 2015).

Apresentadas tais concepções é possível concluir que existe uma realidade que independe do nosso conhecimento e a maneira como ela se comporta não é facilmente observada, o que torna inviável pensar em uma ciência sem os objetivos intransitivos e transitivos. Somente por meio deles o pesquisador pode diferenciar seu saber pessoal do saber ontológico, sendo impossível compreender inteiramente esse segundo sem que haja sua estratificação.

Ainda no que diz respeito a essa noção de realidade, Bhaskar (1978) a apresenta em três níveis. O primeiro é posto como o real, significando todos os mecanismos causais, estruturas, poderes e tendências, aquilo que deve ser descoberto pela ciência. Sayer (2000, p. 9) apresenta essa concepção como “o que quer que exista, seja natural ou social, independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza”. Isso significa dizer que no campo do real observa-se o domínio dos objetos e seus poderes causais, que por sua vez se manifestam em estratos físicos ou burocráticos, gerando efeitos imprevisíveis relativos aos eventos e experiências (RAMALHO, 2007).

O segundo nível é apresentado como o realizado, onde são identificados os acontecimentos, as sequências de eventos que geram efeitos de poder, sendo observáveis ou não, produzidos dentro ou fora dos laboratórios científicos (BARROS, 2015). Ele se refere ao que acontece quando os poderes do real são ativados, observando então seus efeitos e causas. Para exemplificar, Ramalho (2007) apresenta a distinção entre “força de trabalho” e “trabalho”, o primeiro é visto como a capacidade de desempenhar um ofício mediante as estruturas físicas e mentais (nível do real) e o segundo como o exercício dessa capacidade, ou seja, os efeitos gerados a partir dela (nível do realizado). Em razão disso, essa dimensão avalia o domínio dos eventos localizados entre a camada mais abstrata (estruturas e poderes) e a mais concreta (eventos experienciados).

O terceiro e último nível corresponde ao empírico, no qual os acontecimentos e fatos são obrigatoriamente observáveis e vistos como um domínio da experiência (BARROS, 2015). Ele resulta das práticas que os atores sociais desenvolvem a partir do real e do realizado, em outras palavras, é aquilo que se sabe dos níveis anteriores, sem esgotar as possibilidades do acontecido ou do que poderia acontecer. Acerca dessa

ontologia estratificada, Sayer (2000, p. 11) explana o seguinte: “o reconhecimento da possibilidade de que os poderes podem existir mesmo quando não exercidos, e, assim, que aquilo que aconteceu ou aquilo que se sabe ter acontecido, não exaure o que poderia ter acontecido ou tudo o que aconteceu”.

A partir da explicação desses domínios ontológicos, Bhaskar (1978, p. 36) afirma que eles podem ser reduzidos aos seguintes questionamentos “o que é” se encaminha para a ideia de “o que sabemos sobre” cientes de que nem sempre esse conhecimento elimina todas as possibilidades do que “realmente é”. Com isto, o autor quer dizer que uma vez em que nosso saber se constitui a partir de uma série de crenças, valores, atitudes, histórias, ideologias, concepções teóricas, etc, a visão que temos acerca do mundo é formulada por aquilo que sabemos sobre ele, justificando assim a existência da diferenciação entre a dimensão ontológica e epistemológica, como forma de evitar um erro epistêmico de redução total dessa realidade. Conforme pontua Sayer (2000) é essa postura que distancia o RC do realismo empírico, dado que não há concordância na percepção do real com empírico.

Explicitadas tais questões conceituais sobre o RC, é válido ainda uma apresentação sobre suas características metodológicas. Apesar de ser uma abordagem de possível aplicação em diversos campos científicos, sua investigação deve ser orientada pela análise dos mecanismos causais, observando como esses operam ao nível do real, de modo que identifique as causas e efeitos constituídos por uma relação de poder (BHASKAR, 1978). Quanto a isso, é necessário retomar o pensamento de que a pesquisa social funciona como um sistema aberto, o que significa dizer que o pesquisador não terá seu controle. Conforme pontua Barros (2015, p. 108), “se o mundo social é aberto, tudo pode acontecer”. Desse modo, um mesmo poder causal pode gerar mais de um resultado, tendo em vista que os eventos a serem analisados são fruto de componentes e forças múltiplas em constante transformação.

Danermark *et al.* (2002, p. 193) explica que o RC recorre a um “modelo básico, composto por seis passos, por meio do qual pesquisadores podem investigar estruturas e mecanismos, com objetivos emancipatórios”. No primeiro, é preciso realizar uma descrição do evento que é o objeto de investigação, detalhando a temática e contexto em que ele se situa. Na sequência, o cientista passa a propor uma divisão analítica desse evento em seus componentes, estruturando assim o que será observado a partir de seu recorte. Posteriormente, dá início a uma re-descrição desses componentes segundo teorias de estruturas e relações, propondo um diálogo entre conceitos e práticas. Na quarta etapa,

há uma busca pelos mecanismos que subjazem ao evento, ou seja, é preciso identificar aquilo que está implícito ao que vem sendo observado. Em segundo, realiza-se uma avaliação do poder explanatório desses mecanismos, identificando suas causas e feitos, para que por fim haja a verificação das maneiras como os mecanismos envolvidos produzem o evento.

Atento a essa ordenação, Sayer (2000) explica que os realistas críticos recusam a implementação de receitas metodológicas que resultem na execução de uma pesquisa sem que haja um conhecimento aprofundado sobre o objeto em questão. Ele pontua que diferentemente de outras abordagens, como no positivismo, a interpretação dos dados deve ser feita a partir da observação profunda de seus contextos, levando em consideração toda a estrutura do evento a ser investigado. Ademais, é preciso ainda diferenciar os componentes e influências da mente do pesquisador, através da abstração e conceituação dos fatos, permitindo posteriormente a compreensão do evento por completo.

Ainda conforme o Sayer (2000), no RC, o entendimento dos discursos e qualidades significativas das práticas sociais não se dá por meio de uma abstração seguida de uma síntese concreta. Ele defende que há uma interpretação dos significados subjetivos, relacionando os textos aos seus referentes e contextos, tendo ciência de que a realidade social é apenas uma parte desse texto. Isso significa dizer que há uma parcela do evento que não cabe na compreensão dos autores, porém estes permanecem acontecendo independentemente dos conhecimentos existentes sobre eles.

Em resumo, ao propor uma abordagem que analise a transformação social a partir de seus próprios contextos, Bhaskar (1978) afirma que a ciência deve ser instrumento de mudança da realidade em suas mais variadas dimensões, cientes de que nem todas estarão disponíveis para observação. Ou seja, há camadas mais profundas do estrato social que não se podem desvendar, o que significa dizer que os questionamentos científicos não podem ser respondidos por completo. No entanto, conforme enfatiza Barros (2015), ao se dispor em uma investigação que tenha como base o realismo crítico, o pesquisador deve se comprometer em fazer com que seu conhecimento tenha sentido para que só assim seja possível transformar a realidade a partir da observação das raízes dos problemas sociais identificados por sua pesquisa.

1.5 Modernidade Tardia e tecnologização do discurso

A considerar as transformações sociais com base no desenvolvimento dos discursos, a ACD propõe reflexões sobre a mudança social contemporânea, global de larga escala e a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Para isso, seus estudos apresentam uma reflexão em torno do contexto da Modernidade Tardia, enquadrando-se a partir de: (i) uma visão científica de crítica social; (ii) no campo da pesquisa social crítica sobre a Modernidade Tardia; e (iii) na teoria e na análise linguística e semiótica (DE MELO RESENDE, 2010).

Para compreender a concepção de Modernidade Tardia é preciso recorrer às obras de Anthony Giddens (1991). O autor a define como uma fase de desenvolvimento das instituições modernas, onde há uma grande ênfase na radicalização dos traços básicos da Modernidade, como a separação de tempo e espaço, mecanismo de desencaixe e reflexividade institucional (GIDDENS, 1991). Ou seja, trata-se de uma observação do modo como as instituições se reformulam a partir das mudanças sociais, onde os sujeitos, influenciados por aspectos globais, recriam seus hábitos e culturas, gerando assim uma descontinuidade em suas percepções de mundo:

A modernidade pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao “mundo industrializado” desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da forma material e do maquinário nos processos de produção. (GIDDENS, 2002, p. 21).

A construção da ideia da Modernidade Tardia paira sobre aquilo que Giddens (2002) intitula como reflexividade institucional, a qual se refere a uma espécie de revisão dos aspectos da atividade social que tem como base os conhecimentos criados a partir de sistemas especialistas. Ela implica na capacidade do sujeito, por meio de outros, de readaptar a sua vivência em sociedade, gerando mudanças em grande escala que têm como base a percepção de um grupo dotado do saber.

Ainda de acordo com o autor, a reflexividade é “a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais” (GIDDENS, 2002, p. 26), sendo essa divisão territorial e temporal responsável

pelo “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, 29). Isso significa dizer que as sociedades modernas dependem dos modos de interação entre as pessoas que têm liberdade para escolherem seus estilos de vida a partir do local e tempo em que se situam, diferentemente das sociedades tradicionais onde a vivência era predeterminada pela tradição.

Postas tais perspectivas teóricas, é válido propor uma reflexão acerca das condições de igualdade inexistentes nessa estrutura social. Apesar do indiscutível papel da reflexividade em certos domínios da experiência, os sujeitos não estão em posições sociais igualitárias nas sociedades, inclusive dentro dessa perspectiva de Modernidade. Isso significa dizer que a escolha por um estilo de vida se dá a partir das melhores condições econômicas, culturais, educacionais, entre outras, que favorecem, no caso específico, a liberdade do ato de decisão. Desse modo, é possível pressupor que, aqueles que estão às margens da sociedade, como os moradores de uma determinada região periférica, se pudessem, não optariam por esse cenário.

Na luz desse debate, Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam que a reflexividade como algo inerente à ação humana passou a ser manifesta e naturalizada na Modernidade Tardia. Isso significa dizer que a capacidade dos atores sociais de se reconhecerem é algo que vem de fora, como uma espécie de estímulo para o fomento dessas transformações. Trazendo essa análise para o campo discursivo, e recorrendo à ACD em sua atenção aos problemas sociais, é possível compreender o conceito de reflexividade como uma forma de construção das auto identidades dos sujeitos por meio de suas atividades na vida social (RAMALHO; REZENDE, 2010), sendo essas identidades constituídas e reproduzidas através dos discursos. Em razão disso, o discurso é uma ferramenta na reconstrução da sociedade moderna, que por sua vez também pode ser construída a partir da contestação de seus debates.

Ciente dos impactos do discurso nas sociedades contemporâneas, Fairclough (2001) passou a identificar algumas tendências abrangentes da mudança discursiva a partir da observação de seus padrões de formação e reprodução. O autor apresenta a democratização, comoditização e tecnologização do discurso como características comuns nos diálogos da então Modernidade Tardia. As duas primeiras se referem às transformações efetivas na prática do discurso, enquanto a terceira está relacionada à intervenção consciente nas práticas discursivas.

Por democratização do discurso, Fairclough (2001) pontua a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas. Para exemplificar tal questão, é possível observar como jornalistas de determinadas regiões, como no Nordeste, tendem a reproduzir padrões linguísticos sulistas ao mesmo tempo em que esse sotaque permanece sendo personalizado em novelas. Isso significa dizer que o processo de transmissão discursiva permite uma certa apropriação das línguas minoritárias no domínio público ainda que seja em áreas de menor prestígio (FAIRCLOUGH, 2001).

Já a comoditização é posta como o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais são organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (FAIRCLOUGH, 2001). Ela se refere ao modo como discursivamente os sujeitos são postos como produtos industriais, retomando os estudos de Karl Marx sobre a ideia de capital humano. A respectiva ordem do discurso deve ser entendida como a colonização de ordens de discursos institucionais e societária, estando associadas a contextos mercadológicos.

A tecnologização do discurso, por sua vez, está relacionada à forma como as sociedades modernas se caracterizam pela necessidade do controle. Elas são técnicas transcontextuais consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para seguir uma variedade ampla de estratégias em muitos diversos contextos (FAIRCLOUGH, 2001). Sua utilização vem sendo cada vez mais recorrente em ambientes institucionais onde há a presença de agentes sociais que ocupam o papel de tecnólogo do discurso, sendo esses especialistas em determinado assunto. É apresentada essa tendência da seguinte forma:

As tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder. Elas são planejadas e aperfeiçoadas com base nos efeitos antecipados mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas linguísticas no vocabulário, na gramática, na entonação [...] elas produzem mudança discursiva mediante um planejamento consciente. Isso implica acesso de parte dos tecnólogos ao conhecimento sobre a linguagem, o discurso e a semiose ainda ao conhecimento psicológico e sociológico. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 276).

A implementação da tecnologização do discurso tem como finalidade conseguir instaurar práticas discursivas de cunho mais conversacional para poder realizar mudanças organizacionais. Isso quer dizer que empresas tendem a elaborar seus textos com uma linguagem mais direta e informal, gerando um sentimento de aproximação entre aqueles

que irão reproduzi-los. Essa prática é definida por Pedro (1998) por conversacionalização, onde são expostos diálogos com um maior nível de intimidade, provocando uma interação entre os sujeitos, o que estimula a oposição ao papel de instituições de cunho tradicional para atender a determinados interesses.

Uma das principais características da conversacionalização é justamente a partilha do controle, dando uma falsa sensação de igualdade entre o produtor e o reprodutor do discurso. Fairclough (2001) explica que a tecnologização do discurso está associada à construção de novas práticas discursivas que estabeleçam mudanças sociais ligadas à democratização por meio de novas estratégias de domínio. Ou seja, trata-se de uma luta hegemônica onde o discurso é posto como uma ferramenta para a manipulação de massas objetivando atender fins específicos. Quanto à isso, Pedro (1998, p. 77) afirma o seguinte:

[...] hegemonia e luta hegemônica se formam, em grande medida, nas práticas discursivas das instituições e organizações. As convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas, que as transformam num mecanismo muitíssimo eficaz de preservação de hegemonias. O controle das práticas discursivas das instituições é uma das dimensões da hegemonia cultural.

A aplicação da tecnologização do discurso se dá a partir das seguintes características: i) investigação das práticas discursivas de organizações e instituições sociais; ii) reformulação dessas práticas de acordo com estratégias e objetivos específicos, designadamente as dos gestores e burocratas; iii) formação do pessoal das instituições nestas práticas reformuladas (PEDRO, 1998, p. 76). Desse modo, ao recorrer a ACD, o pesquisador pode ter uma percepção de como a tecnologização é aplicada e interiorizada nos processos discursivos, sendo possível avaliar a absorção desses discursos pelos sujeitos, a gerar alterações nas práticas sociais e como também eles resistem, criando uma espécie de combinações híbridas de práticas discursivas existentes.

2 NEOLIBERALISMO E PORTO DIGITAL

Para que se possa entender como funciona o neoliberalismo na realidade atual, é necessária uma compreensão sobre sua consolidação. Em se tratando de um movimento histórico em desenvolvimento desde o fim do século XVIII, este capítulo propõe apresentar uma breve linha do tempo para a contextualização dos grandes marcos históricos que transformaram o modo de produção, distribuição e consumo do mercado e a convivência em sociedade.

O presente texto exhibe a diferenciação entre o liberalismo e o neoliberalismo, que apesar de buscarem propósitos econômicos similares, apresentam características distintas em suas fases de implementação. Tal observação é válida uma vez em que o termo “neoliberalismo” vem sendo aplicado, cada vez mais, de forma errônea para justificar

ações e reações do mundo moderno. Etimologicamente, o neoliberalismo surge como o novo liberalismo, reforçando assim a razão pelo qual esse capítulo será iniciado com sua definição (NAY, 2007).

Explicitadas as transformações econômicas que passam a supervalorizar políticas sociais de educação como uma exigência para integração no mercado de trabalho, será apresentado um debate acerca do funcionamento da sociedade moderna mediante o desenvolvimento das cidades inteligentes e dos bairros criativos. Para isso, o conceito de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) e suas características serão detalhados de modo que seja possível compreender como a sociedade do conhecimento surge e quais seus efeitos no nível das práticas sociais.

Adiante, o capítulo se dedicará a apresentação do Parque Urbano Tecnológico do Porto Digital, observando quais são seus pilares de funcionamento, a intervenção política em seu processo de implementação no Bairro do Recife (PE) e sua atuação enquanto política pública social. Esta seção tem como finalidade apresentar o campo em investigação e seus contextos para assim compreender os efeitos discursivos em seu entorno.

2.1 Liberalismo e Neoliberalismo: uma nova percepção de mundo na sociedade moderna contemporânea

Em se tratando de história, nada pode ser posto como verdade absoluta e imutável. No entanto, não se deve descartar a tese de que o liberalismo econômico surge como uma resposta em contraposição ao mercantilismo, modelo financeiro no qual o estado exercia total domínio sobre as ações do comércio, que passou a protestar contra as taxações e abuso do controle (SILVEIRA, 2009). Em meados do século XVII, alguns pensadores, como Nicholas Bardon, 1690, e Dudley North, 1691, deram início aos debates formais sobre os perigos do nepotismo mercantilista para os negócios. Posteriormente, no séc XVIII, os fisiocratas franceses fundaram a primeira escola de economistas publicamente conhecida, cujo lema liberal era *laissez-faire, laissez-passer* (deixe fazer, deixe passar).

Entre os pesquisadores que marcaram a história do liberalismo é válido ressaltar a atuação de John Locke, que em 1690 passou a enfatizar os direitos do homem à vida e à própria liberdade, colocando o Estado apenas como um instrumento capaz de proteger esses valores (SILVEIRA, 2009). Ele é posto historicamente como o pai do liberalismo político, que carregava os seguintes princípios: 1) recusa do absolutismo; 2) defesa da liberdade; 3) pluralismo; 4) soberania do povo; e 5) governo representativo (NAY, 2007). Seus pensamentos se mantiveram em grande repercussão ao longo de todo o séc. XVIII, gerando assim uma divisão conceitual clara entre o liberalismo político, que propusera a luta pelos direitos do homem, e o liberalismo econômico, que almejava a independência do comércio (NAY, 2007).

Aqueles que defendiam o liberalismo propagavam a ideia do contrato social, onde o indivíduo se organizava em sociedade a partir das regras e normas de seu comportamento, sem abrir mão de algumas liberdades postas por John Locke e Montesquieu como um direito, como por exemplo a livre escolha pela religião e a permissão da propriedade privada (FERNANDEZ, 2006). O processo de transição do liberalismo político para o liberalismo econômico foi iniciado por Adam Smith (1983) ao criar a teoria da motivação individual para o ganho econômico no mercado. De acordo com ele, o sujeito deveria centrar atenção em sua qualificação para assim poder expandir lucros e maximizar o bem-estar da coletividade. O Estado, por sua vez, faria intervenções de forma limitada garantindo a liberdade das escolhas, uma vez que o mercado, por meio de seus mecanismos de preço, geraria o equilíbrio necessário para manter seu funcionamento, reduzindo os custos de produção e remuneração do trabalho, por meio de sua mão invisível.

Dentro desse cenário, foram elaboradas políticas sociais efetivas, parte significativa voltada para a educação básica, tornando-se um critério obrigatório de acesso ao mercado. Por meio da formação, a classe operária passa a ter uma maior compreensão do mundo que vive, sendo ainda mais útil ao processo industrial moderno daquele período. A produção em série, por sua vez, se torna uma realidade cada vez mais presente e, através da especialização da mão de obra, se inicia a divisão do trabalho. Essa distinção entre funções era determinada pelo tamanho do mercado, objetivando o crescimento da demanda e conseqüentemente de sua venda e lucro. Sobre isso, Leo Huberman afirma:

Se a maior produtividade é proporcionada pela divisão do trabalho, e a divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado, então, quanto maior este, tanto maior o aumento da produtividade – isto é, tanto maior a riqueza da nação. E como com o comércio livre os mercados se ampliam ao máximo, temos também a máxima divisão do trabalho possível, e, portanto, um aumento da produtividade elevado também ao máximo. Daí se conclui que o comércio livre é desejável. (HUBERMAN, 1986, p. 130).

O fomento ao livre mercado, resultou no desenvolvimento e crescimento das atividades industriais que cada vez mais foram se expandindo mediante a inclusão dos trabalhadores a partir de suas competências e áreas de atuação. A consequência de tal mudança foi o crescimento das cidades e das populações urbanas, resultando em processo de exploração do trabalho. A partir daí, surge o debate, por parte dos operários, sobre seus direitos, sendo elaboradas pequenas reformas e políticas sociais insuficientes para solucionar tais questões. Desse modo, os próprios capitalistas passaram a enxergar a necessidade de intervenção do Estado, responsável por promover atividades como a atenção à saúde e a previdência, isentando os empregadores da responsabilidade de manutenção dos direitos de seus servidores (FERNANDEZ, 2006).

Nesse clima de tensão entre a produção e suas chefias, em 1929 é vivenciada a crise mundial, onde os Estados Unidos, uma das maiores potências econômicas da época, demonstrou dificuldades para garantir seu acúmulo de capital com um alta ociosidade em sua distribuição. Silveira (2009) explica que diante do cenário de instabilidade financeira, foram ampliadas as pressões sociais que dificultavam ainda mais o desempenho do mercado, como o desemprego, a fome, entre outros, comprovando a ineficiência da mão invisível defendida por Smith por meio de sua teoria do mercado autorregulável. Daí em diante se inicia o declínio do liberalismo.

John Maynard Keynes (1983) passa, então, a sugerir o fim do modelo de negócio em funcionamento, ressaltando a necessidade de intervenção do Estado na economia como uma forma de garantir o pleno emprego. Ele afirmava que a auto-regulamentação do mercado não seria totalmente eficaz uma vez que há mecanismos naturais que afetam seu desenvolvimento. Além disso, o aumento da produção com base no consumo domiciliar não garantiria a evolução financeira, uma vez que os reajustes salariais não asseguram o gasto total dos recursos, gerando acúmulo de capital entre as famílias. Conforme o autor:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. (KEYNES, 1983, p. 256).

Como uma alternativa para enfrentar as crescentes manifestações operárias, é proposto o chamado Estado do bem-estar social, ou o Estado de Providência. Trata-se de uma política mercadológica onde o governo é posto como um agente regulador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país. Sua função é garantir serviços públicos e proteção à população através do diálogo com empresas privadas e sindicatos. Sobre sua implementação é dito: “(...) a livre iniciativa, a concorrência e a propriedade privada são reconhecidas como elementos essenciais da vida econômica, do mesmo modo que o planejamento e a propriedade coletiva” (NAY, 2007, p. 473). Desse modo, havendo uma parcimônia entre o mercado e o poder público, a economia de 1970 se destacou como os “anos dourados” do capitalismo, mediante o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o controle da inflação (FERRARI FILHO, 2006). Sobre esse período é dito o seguinte:

Durante mais ou menos trinta anos houve consenso entre os pensadores e formuladores de decisões “ocidentais” (...) Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para conseguirlo (...) por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (...) precisava ser salva de si mesma para sobreviver. (HOBSBAWAN, 1995, p. 207).

Apesar de seu caráter social e otimista, a intervenção do Estado na economia de forma passiva começa a declinar mediante o processo de internacionalização do capital. Esse fenômeno ocorreu a partir da década de 70, se fundindo às transições da globalização que afetou a produção de todas as grandes potências mundiais. Ianni (1998) explica que o período se caracterizou pelo desenvolvimento e diversificação da fábrica global, onde o mundo estaria se transformando em um grande e complexo “shopping center” de modo

que se generaliza o processo de dispersão geográfica da produção e das forças produtivas que passaram a ter a tecnologia como uma grande aliada.

Isso significa dizer que naquele momento não havia possibilidade de acumular capital fora das fronteiras. Para isso, começaram a ser instaladas diversas fábricas multinacionais que mobilizaram incentivos fiscais e tinham como característica a aquisição da matéria-prima abundante, uma mão-de-obra barata e preferivelmente uma organização sindical com baixa representatividade para facilitar o processo de exploração da classe operária. A presença das empresas internacionais impõe novas regras no processo de desenvolvimento econômico de cada país, fazendo com que houvesse a perda da soberania nas decisões econômicas e o aprofundamento dos laços de dependência (FERNANDEZ, 2006).

Em vista disso, mediante a transferência de acúmulo de capital por interferência do Estado para a chegada de novas empresas, alguns países europeus entram em crise fiscal, passando a questionar a eficácia do Estado do bem-estar social. Para o mercado, o preço dos impostos e a influência no processo de produção e distribuição começou a deixar de ser vantajoso, uma vez que seu custo de manutenção estava alto, reduzindo os lucros. Desse modo, ainda que os proletários estivessem com seus direitos garantidos, deu-se início a um novo movimento de declínio no campo social por meio do desmonte do poder público. Tratava-se do ressurgimento do individualismo que agora se manifestaria por meio do liberalismo, definido da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2005, p. 12).

Para além de um modelo político econômico, há quem apresente o neoliberalismo como um movimento ideológico em escala mundial. Anderson (1995, p. 22) explica que seu funcionamento se dá por meio de uma doutrina “coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”. Isso implica dizer que, mais do que interferir nas

ações do mercado, o neoliberalismo muda a percepção que os sujeitos têm sobre o mundo, a forma como eles se comportam, consomem, se reproduzem e vivem em sociedade. Therborn (1995, p. 39) corrobora com esse pensamento afirmando: “o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno”.

Essa nova percepção do funcionamento do mercado, com base nos princípios liberais do individualismo, faz com que as sociedades passem a fomentar a ideia de que com esforço e controlando a atuação do estado, seria possível retomar os tempos de ouro, onde a circulação do capital funcionava sem preocupação com o campo social. Para isso, parte-se da justificativa de que todos têm as mesmas oportunidades para se destacarem em suas áreas de atuação. Dardot e Laval (2016) explicam que essa reconfiguração do liberalismo para o neoliberalismo, por meio do estado de bem-estar social, passou a estimular a competitividade através da realização individual e profissional dos indivíduos, fomentando assim a concorrência entre eles: “a empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 218).

Consequentemente, é possível identificar a ânsia pelo sucesso como algo de valor absoluto, gerando assim a cultura da produtividade. Isso significa dizer que quanto mais trabalho, maior a probabilidade de reconhecimento sobre o que foi feito, havendo assim a mercantilização das relações sociais que passaram a submeter-se à regra de maximização do lucro. Essa mudança comportamental é explicitada da seguinte forma:

O neoliberalismo transforma cada domínio e esforço humano, juntamente com humanos mesmos, de acordo com uma imagem específica da economia. Toda conduta é uma conduta econômica, todas as esferas da existência são moldadas e medidas por termos econômicos, mesmo as esferas que não são diretamente monetizadas. (BROWN, 2016, p. 10).

Os autores explicam ainda que essa luta pela liberdade propõe uma ideia específica da democracia, visto que são destruídos regras, instituições e direitos para atender aos interesses do mercado. Para não perder sua força, o campo político se alinha ao empresariado, de modo que encerre ou flexibilize uma série de direitos garantidos ao trabalhador. Como resultado, pode-se afirmar que o neoliberalismo estimula a pobreza, segregação e exclusão dos sujeitos que não se adequem às exigências do mercado.

A consolidação do neoliberalismo no mundo se dá mediante a realização do consenso de Washington. Trata-se de um conjunto de regras de condicionalidade,

aplicadas pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Elas se aplicam aos países devedores do mundo capitalista periférico de modo que forneça apoio político às grandes potências. Sua implementação foi iniciada em 1982 como alternativa para driblar a crise de dívida externa. Para isso, foi proposto um conjunto de políticas macroeconômicas nas quais defendiam: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária para reduzir taxas e aumentar base de contribuintes; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual (SILVEIRA, 2009). Bandeira (2004) explica o projeto:

O conjunto de medidas conhecido como Washington Consensus resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, ou seja, das 51 maiores corporações, a maior parte americanas, que se haviam tornado virtuais Estados transnacionais. (BANDEIRA, 2004, p. 52).

No Brasil, a implementação do neoliberalismo não ocorreu de forma declarada. Foi por meio das disputas políticas entre as diversas classes que houve a adoção do modelo econômico. Ainda durante o regime militar, foram propostas políticas de ajuste com base nos indicativos do FMI. Na sequência, o governo aplicou as recomendações do consenso de Washington e aprovando políticas neoliberais que se expandiram com a chegada do governo de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Estes, por sua vez, abriram as fronteiras nacionais para o comércio internacional. Nesse período deu-se início também a privatização de estatais, como a Vale Rio Doce, uma das maiores produtoras de minério de ferro. Filgueiras (2006) explica as fases de implementação do neoliberalismo a partir dos seguintes marcos:

Fase inicial de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e a fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

Não se pode ignorar que o crescimento econômico tem ganhado cada vez mais força no século XX. Souza (1999) afirma que fora nessa época que se fixaram as raízes teóricas

e empíricas fruto das até então crises evidenciadas. Para contornar essas perdas, a noção de capital humano se torna uma grande aliada, tendo em vista que o crescimento se dá mediante a variação quantitativa do produto; o desenvolvimento, por sua vez, era garantido a partir dos avanços tecnológicos que resultassem em mudanças na vida em sociedade.

Assim, é possível afirmar que o capital humano e o desenvolvimento econômico andam lado a lado. Para que um país tenha crescimento, ele precisa de mão de obra qualificada que vivencie os interesses mercadológicos. Shuchltz (1973) explica que o capital humano nada mais é do que o conhecimento que deve ser convertido em renda. O cidadão passa a optar pelo investimento de sua capacitação enquanto trabalhador de modo que aumente sua produtividade. Nessa teoria a educação tem papel fundamental, pois determina a fonte de renda do contratado. Por meio do ensino, é possível desenvolver habilidades que conseqüentemente irão ampliar a produção, trazendo resultados maiores e uma falsa sensação de aumento salarial.

Drucker (2001) diz que com a chegada do neoliberalismo, os empregos passaram a exigir a formação dos trabalhadores que para garantir a média de suas produções devem permanecer em um processo de aprendizado contínuo. Para Nakabashi e Figueiredo (2005), o capital humano é posto como um criador de novas ideias. Por meio dele permite-se que a tecnologia evolua determinando o desenvolvimento econômico a longo prazo. O potencial humano, por sua vez, passa a ser medido a partir do quanto seu trabalho pode resultar em inovações tecnológicas que geram mudanças sociais.

Desse modo, com base na evolução das políticas econômicas, mediante o processo de globalização, é possível pontuar que o neoliberalismo se trata de um modelo financeiro onde há sempre a necessidade de uma busca pela ascensão de classe e melhoria de renda. Isso interfere não somente nas estatísticas do mercado, como também na forma como os indivíduos se relacionam, priorizando a individualidade e competitividade, buscando por um status profissional que se torna algo insaciável. Como resultado, tem-se a exploração da mão de obra que se justifica pela necessidade de uma produtividade contínua, retroalimentando os interesses do capitalismo.

2.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: o fomento à economia do conhecimento a partir do surgimento das *Smart Cities*

A noção que se tem por cidade inteligente não apresenta uma única definição, havendo variantes a partir da concepção de diferentes autores. Parte significativa dessa ambiguidade se relaciona ao uso da palavra *smart*, que nos tempos atuais vem sendo empregada com recorrência para definir determinados serviços e espaços digitais que usam inteligência artificial.

Cada vez mais os diversos setores da sociedade (governo, empresas, cidadãos e suas diversas associações), fomentam a vivência em num ambiente de criatividade e inovação na gestão de recursos e melhoria da qualidade de vida. Estes espaços urbanos, por sua vez, se caracterizam como *smart cities*, as cidades inteligentes. Trata-se de uma noção de território em que há uma constante disponibilização de infraestrutura capaz de prover a comunicação ubíqua, elaborada através de uma série de redes telemáticas e acessadas por dispositivos domésticos e móveis. Weiss, Bernardes e Consoni, explicam esse conceito da seguinte forma:

Nas cidades inteligentes, a tecnologia da informação desempenha o papel de tornar os dados da vida urbana tangíveis, por meio da criação e execução de projetos voltados para a sua captura e tratamento em tempo real. Ela fornece as interfaces adequadas para que os cidadãos possam se envolver com sua cidade, por meio de serviços digitais e para que o poder público possa atuar de forma preventiva – ou preditiva, idealmente – por meio do uso de sistemas de monitoramento, gerenciamento e dashboards analíticos [...]. (WEISS, BERNARDES; CONSONI, 2013, p. 6)

De forma geral, o uso da palavra *smart* traz em si a aplicação das conhecidas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que dizem respeito aos dispositivos produzidos com a finalidade de obter, armazenar e processar informações, estabelecendo uma comunicação entre si, de modo que esses dados sejam disseminados e compartilhados (SANTOS, 2014). Apesar de ser uma expressão atualmente associada aos

ambientes tecnológicos, Thompson (1998) definia as TIC como potencializadoras da mídia. Para o autor, se tratava de um processo associado à visão de mundo dos indivíduos contemporâneos, reformulando valores e comportamentos sociais a partir do domínio da comunicação e do entretenimento no jogo institucional de cada sociedade concreta.

Já Castells (1999) alega que, segundo os historiadores, houveram dois marcos históricos para a consolidação das TIC. O primeiro ocorreu pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII e o segundo aproximadamente 100 anos depois, mediante o desenvolvimento da eletricidade e do motor de combustão interna. Em ambos os momentos é possível pontuar a atuação de transformações tecnológicas. “Um conjunto de macroinvenções preparou o terreno para o surgimento de microinvenções nos campos da agropecuária, indústria e tecnologia” (CASTELLS, 1999, p. 71).

O autor ressalta que entre as principais lições do processo de industrialização e desenvolvimento, foi possível identificar que a inovação tecnológica não acontece de forma isolada, requerendo um certo nível de conhecimento por parte dos sujeitos. Werthein (2000) enfatiza que tais mudanças resultaram na substituição da sociedade pós-industrial para a sociedade da informação, apresentada por ele da seguinte forma:

A expressão "sociedade da informação" passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de "sociedade pós-industrial" e como forma de transmitir o conteúdo específico do "novo paradigma técnico-econômico". A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como "fator-chave" não mais os insumos baratos de energia, como na sociedade industrial, mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações. Esta sociedade pós-industrial ou "informacional", como prefere Castells, está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século que termina. As novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade, idéia central das transformações organizacionais, têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial. (WERTHEIN, 2000, p. 71).

Nesse contexto, é possível pontuar que o conceito de “sociedade da informação” surge mediante o desenvolvimento da globalização neoliberal, capaz de acelerar a implementação de um mercado mundial aberto e auto-regulado. Como posto no tópico anterior, essa política se integra a organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, forçando os países menos desenvolvidos a abandonarem as regulamentações nacionais ou

medidas que afetassem negativamente os investimentos, ou seja, fomentando o desmonte das políticas públicas sociais com foco na classe trabalhadora.

É válido ressaltar, no entanto, que essa realidade se integra diretamente com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, que aceleraram ainda mais o processo de globalização mediante o surgimento da internet, redes de telefonia internacionais, TV via satélite e demais dispositivos (BURCH, 2005). Desse modo, objetivando expandir os debates em torno da nova visão que os indivíduos passam a ter sobre si e sobre o mercado, cria-se o conceito de sociedade do conhecimento, em substituição a sociedade da informação, no qual avalia, para além do retorno financeiro, como a tecnologia modifica o comportamento social. Abdul Waheed Khan, subdiretor-geral da UNESCO para Comunicação e Informação entre 2001 e 2010, destaca:

A Sociedade da Informação é a pedra angular das sociedades do conhecimento. O conceito de “sociedade da informação”, a meu ver, está relacionado à ideia da “inovação tecnológica”, enquanto o conceito de “sociedades do conhecimento” inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de “sociedades do conhecimento” é preferível ao da “sociedade da informação”, já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. [...] O conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade. (*apud* BURCH, 2005, p. 3).

Corroborando com a transição da sociedade da informação para a sociedade do conhecimento, Castells (2003, p. 7), afirma:

O que caracteriza a revolução tecnológica atual não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos.

Ainda segundo o autor, a sociedade do conhecimento dedica sua atenção ao saber, de modo que consiga aplicá-lo para criar, aprimorar ou revolucionar a sociedade. Em complementação, ainda assevera:

A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver. [...] Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. (2003, p. 7).

Assim sendo, a mente humana passa a ser posta como uma espécie de capital, ganhando um status decisivo na construção da sociedade contemporânea. Os sujeitos passam a atuar diretamente como agentes transformadores do futuro, a partir do conhecimento que obtêm no presente, gerando não somente lucro financeiro, como reconfigurando uma série de práticas sociais. Portanto, para Manuel Castells (1999), a sociedade do conhecimento:

[...] trata-se de uma sociedade na qual as condições de geração de conhecimento e processamento de informação foram substancialmente alteradas por uma revolução tecnológica centrada no processamento de informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação. (CASTELLS, 1999, p. 25).

Para esclarecer mais profundamente as transformações sociais e econômicas mediadas pela tecnologia, Castells (2020) acentua a compreensão do paradigma da tecnologia da informação, elaborado por Carlota Perez, Christopher Freeman e Giovanni Dosi. O autor destaca os aspectos centrais que representam a base material da sociedade da informação, sendo eles:

- Informação como matéria prima: as tecnologias se desenvolvem de modo que o homem possa atuar sobre a informação. “São as tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia” (CASTELLS, 2020, p. 124);
- Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: nesse caso, a informação se apresenta como parte integral de toda a atividade humana. Isso implica dizer que todos os processos da existência individual e coletiva são moldados e interferidos pela inovação;
- Lógica de redes: a tecnologia é materialmente implantada em todos os tipos de processos, incluindo as relações mais complexas. “Estar fora da rede significa aumentar seu crescimento em razão do número de declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede” (CASTELLS, 2020, p. 124);
- Flexibilidade: a tecnologia permite uma maior flexibilidade para aplicação de mudanças e até mesmo reestruturação total das organizações e instituições a partir da reformulação de seus componentes. Essa capacidade de reconfiguração caracteriza o paradigma tecnológico, sendo esse um aspecto decisivo na sociedade que vivencia constantes processos de transformações organizacionais.

- Convergência tecnológica: tem como ponto central as atualizações com base no desenvolvimento tecnológico. Diversas áreas do saber passam a se interligar, uma vez que seus elementos dependem um dos outros mediante a implantação de categorias e dados que os conectam.

Isto posto, pode-se pontuar que o paradigma da tecnologia da informação não pode ser visto como algo fechado, uma espécie de sistema. Ele se direciona ao caminho oposto, propondo constantemente a abertura de novas redes de acessos múltiplos (CASTELLS, 2020). Trata-se de um campo em contínua mudança, que cada vez mais se consolida na sociedade contemporânea em suas mais variadas camadas econômicas, culturais, sociais, entre outras. A revolução da TIC tem se mostrado como uma força que, mais do que nunca, opera na esfera da ação social, determinando a matriz de interação entre a tecnologia e os sujeitos.

Retomando o debate sobre a construção de cidades inteligentes e seu papel na economia global, Sassen (1998) afirma que esse modelo urbano vem se intensificando cada vez mais, levantando questionamentos a respeito da intensa concentração de pessoas em uma determinada região. Essa espécie de aglomerado acaba por representar desafios e oportunidades para setores público, privado e acadêmico, que buscam interagir na procura por soluções inovadoras, resultando em uma dinâmica de desenvolvimento econômico baseada na busca e no compartilhamento de conhecimentos, nas estratégias que atravessem as fronteiras institucionais e na criação de organizações híbridas – governo, empresas e academia - voltadas para a pesquisa, desenvolvimento e inovação (ETZKOWITZ, 2009).

Segundo pesquisas gerenciadas pelo Eden Strategy Institute (2021), por meio do *Top 50 Smart City Government Rankings*, as dez cidades com maior governança inteligente em destaque no mundo são: Singapura; Seul; Londres; Barcelona; Helsinque; Nova York; Montreal; Xangai; Viena; e Amsterdam. Entre suas principais características em comum, é válido ressaltar o desenvolvimento tecnológico aliado ao planejamento urbano e à sustentabilidade. O estudo leva em consideração a atuação do poder público por meio da liberação de incentivos financeiros para encorajar efetivamente a participação do setor privado.

Sobre isto, Kanter e Litow (2009, p. 2), afirmam que as cidades inteligentes são aquelas capazes de conectar de forma inovadora as infraestruturas físicas e de TIC, de modo eficiente e eficaz, convergindo os aspectos organizacionais, normativos, sociais e tecnológicos a fim de melhorar as condições de sustentabilidade e de qualidade de vida

da população. No que diz respeito à gestão deste modelo e comportamento de seus atores, Giffinger e Gudrun (2010, p. 13) conceitua as cidades inteligentes como aquelas que bem realizam a visão de futuro em várias vertentes – economia, pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida -, e são construídas sobre a combinação inteligente de atitudes decisivas, independentes e conscientes dos atores que nelas atuam. Desse modo, considera-se que a criação de *smart cities* podem representar evolução, orientação a serviços e desenvolvimento socioeconômico, onde se busca não a substituição de suas estruturas físicas e econômicas, mas a harmonização e integração entre ambas, de modo que o mundo material e o mundo virtual conectem-se dentro dos interesses daqueles que a circundam (WEISS; BERNARDES; CONSONI, 2017).

Essa nova visualização de cidade traz consigo também novos modelos de negócios por meio da criação dos intitulados bairros criativos. Serviços considerados informais ganham espaço a partir da ideia de Economia Criativa, a qual diz respeito a toda e qualquer atividade que tenha como base o conhecimento e desenvolvimento intelectual. Desenvolvida na Austrália, no início dos anos 1990, a expressão “indústrias criativas” normalmente é atrelada ao contexto de políticas públicas de cultura (BENDASSOLLI *et al.*, 2009a; FAUSTINO, 2013). Ela se refere aos setores produtivos nos quais a criatividade desempenha papel fundamental (BENDASSOLLI *et al.*, 2009a). Insere-se nesse contexto o conjunto de atividades de criação, fabricação e comercialização de serviços e/ou produtos culturais, tais como teatro, filmes, games, artes performáticas, jornalismo, fotografia, publicidade, design, softwares interativos e de lazer, música, indústria editorial, rádio, TV, museus e galerias (FAUSTINO, 2013).

Segundo Florida (2000), os bairros criativos são valorizados pelo seu elevado capital simbólico, pelo forte componente cultural, e ainda pelas vertentes do turismo e da boémia. O autor destaca três grandes vertentes distintas na exploração desta relação entre criatividade e promoção do desenvolvimento urbano: (i) a ideia da necessidade de criatividade nos “instrumentos” para o desenvolvimento urbano, ou seja, do desenvolvimento de ferramentas e soluções criativas associadas aos novos contextos socioeconômicos e culturais; (ii) o foco nas atividades/indústrias/setores criativos (muitas vezes assimilados, com maior ou menor abrangência às atividades culturais) como sendo uma base estrutural do desenvolvimento urbano, ou seja, a ideia de que as atividades “culturais e criativas” têm um papel fundamental nas economias atuais e são uma aposta fulcral para o desenvolvimento urbano (assumindo o lugar de novo motor econômico numa sociedade centrada no conhecimento, onde o valor simbólico é cada vez mais

legitimado); e finalmente, (iii) a defesa da necessidade de atrair as competências criativas, ou seja, recursos humanos criativos (FLORIDA, 2000).

Ao longo dos últimos anos, as indústrias criativas têm sido responsáveis por uma parcela significativa da movimentação econômica de países desenvolvidos. Na Europa, por exemplo, representam 654 milhões de Euros, o que corresponde a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia e crescem 12,3% acima da média da economia (FAUSTINO, 2013). Nos Estados Unidos (EUA), o valor de produtos baseados em direitos de autor supera as taxas de exportação dos setores automobilístico, agrícola, aeroespacial e da defesa.

Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019) indica que, no Brasil, em 2017 o PIB Criativo representou 2,61% de toda a riqueza gerada em território nacional, totalizando cerca de R\$ 171,5 bilhões. A remuneração dos trabalhadores da área também merece destaque: enquanto o rendimento mensal do trabalhador brasileiro era R\$ 2.777,00 em 2017, os profissionais da indústria criativa, usualmente mais qualificados, foi 2,45 vezes superior e atingiu R\$ 6.801,00. Em Pernambuco, ainda segundo dados da Firjan (2019), o setor responde por 1,9% do PIB, maior percentual da região Nordeste, e paga um salário médio de R\$ 4.930,00. Pode-se afirmar que o acúmulo gradual de importância desses segmentos na economia local está associado ao Parque Tecnológico Urbano Porto Digital.

2.3 Parque urbano tecnológico do Porto Digital: o Recife a partir do olhar da inovação e da criatividade

O desenvolvimento da TIC em Pernambuco vem acontecendo há cerca de cinquenta anos. Em meados de 1970, antes mesmo do nascimento do Porto Digital, a cidade do Recife iniciou um processo de inovação por meio de articulações entre as universidades e os empreendedores locais. Esse movimento originou uma espécie de

Arranjo Produtivo Local (APL)² cujo intuito era fomentar a tecnologia na região (MARQUES; LEITE, 2008). Em 1980, o então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB, 1986-1989), nomeou como integrante da sua equipe o diretor de planejamento urbano Cláudio Marinho, responsável pela coordenação do projeto de revitalização do bairro do Recife Antigo, com ênfase à Rua do Bom Jesus. Tratava-se do início do processo de recuperação dessa área, até então abandonada mediante o fim de suas atividades portuárias.

Mais adiante, em 1993, Marinho assume o cargo de coordenador da Softex Recife, uma associação de empresas de Tecnologia da Informação (TIC) nomeada como Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife. Nesse período, o gestor solicitou à prefeitura o prédio que abriga, até os dias de hoje, a Information Technology Business Center (ITBC), responsável por incubar mais de 50 empresas no bairro do Recife. No início dos anos 2000, durante a gestão do então governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos (PMDB, 1999-2006), Cláudio Marinho passou a assumir a função de secretário de Ciência e Tecnologia. Esse movimento foi marcado pela articulação entre o empresariado e representantes das universidades para planejar uma política pública que resultasse na criação de um ambiente de negócios capaz de estimular o desenvolvimento do estado através da inovação tecnológica.

A presença de Cláudio Marinho enquanto secretário de ciência e tecnologia é um ponto crucial para o desenvolvimento do Porto Digital. O gestor foi responsável por reforçar uma série de fatores emergentes que colocariam o Recife como um centro de inovação. A partir dos contatos estabelecidos na Softex, pode elaborar estratégias de fomento para que o DNA do parque tecnológico passasse a se consolidar em articulação com a academia, o mercado e o governo. Essa articulação tripla se nomeia como Hélice Tríplice, fruta da união destes principais pilares, com o intuito de agregar, de modo cooperativo, recursos para um fim comum e, assim, fomentar o desenvolvimento social e econômico baseado no conhecimento (ETZKOWITZ, 2009). O modelo é explicado da seguinte forma:

O modelo Triple Helix diz respeito, basicamente, à universidade como indutora das relações com as empresas e com o governo. Àquelas, dizem respeito a questões relativas a atividades produtivas de bens e serviços. A este, cabe a prerrogativa de, enquanto regulador de recursos,

² Arranjos Produtivos Locais – APLs, são formados, em determinada região, por um conjunto especializado de conhecimentos voltados para um tipo de produção de um setor econômico, e que se tornam ainda mais importantes em regiões cujo desenvolvimento econômico seja baixo (SANTOS, 2009).

estabelecer barreiras e/ou incentivos ao desenvolvimento de determinados setores da economia. (DOMINGUES-DA-SILVA; ANDRADE, 2017, p. 8).

Com relação a atuação das universidades nesse processo de inovação em torno do Bairro do Recife, é válido pontuar seu papel como um condicionante necessário para a gênese de ambas as iniciativas (Porto Digital e Portomídia), uma vez em que promoveriam o capital humano responsável pelo desenvolvimento das atividades dessas empresas. Entre as instituições parceiras, destaca-se o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), considerado um dos principais pilares da educação superior do Porto Digital, e o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (Cin).

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento do parque ocorreu no dia 27 de julho de 2006, quando homologada pelo então prefeito do Recife, João Paulo (PT, 2001-2009), a Lei nº 17.244. Seu texto “institui o programa de incentivo ao porto digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados” (RECIFE, 2006), os quais validam a redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Mais adiante, sua redação foi atualizada pelas Leis nº 17.762/2011, nº 17.942/2013 e no 18168/2015, ampliando a concessão dos benefícios fiscais para toda a região do Bairro do Recife, para empresas ligadas à informática e congêneres, bem como serviços de telemarketing. A partir de então, é possível pontuar a atuação do Estado como um fator essencial para a consolidação do Porto Digital enquanto política pública.

A lista abaixo (TABELA 1) apresenta os principais dispositivos legais que institucionalizaram um processo de transformação do Recife em uma *smart city*, mediante a chegada do Porto Digital.

TABELA 1: dispositivos legais relacionados a políticas públicas voltadas às indústrias criativas.

Lei	Objetivo
Lei nº 15.563/91	Institui o Código Tributário do Recife e dá outras providências
Lei nº 17.237/2006	Institui o programa de incremento da receita tributária mediante a concessão de benefícios fiscais
Lei nº 17.244/2006	Institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados
Lei nº 17.762/2011	Introduz alterações nas leis municipais nº 17.244/2006 e nº 17.237/2006

Lei nº 17.942/2013	Altera a Lei Municipal nº 17.244, de 27 de julho de 2006, que instituiu o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados
Lei nº 18.168/2015	Altera dispositivos da Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006, modificada pela Lei nº 17.762, de 28 de dezembro de 2011
Lei nº 18.337/2017	Altera dispositivos da Lei nº 17.244, de 27 de julho de 2006

Fonte: DOMINGUES-DA-SILVA; ANDRADE, 2017.

Explicitados os processos legais para a implementação do Porto Digital, é válido ressaltar que seu projeto inicial tinha como propósito aproveitar uma região atrativa para a inovação e estimular mudanças econômicas e sociais, gerando mais riqueza, emprego e renda. Para isso, o Governo do Estado investiu cerca de R\$ 33 milhões, visando a construção do que viria a se tornar o parque tecnológico. Quanto às iniciativas privadas, o projeto recebeu R\$ 11 milhões, direcionados para a consolidação de sua infraestrutura e R\$ 5 milhões do BID, em parceria com o poder público, cuja aplicação voltou-se para a construção de projetos de modernização tecnológica (MARQUES; LEITE; 2008).

Para determinar o funcionamento de sua gestão, em dezembro do ano 2000 criou-se uma Organização Social (OS) sem fins lucrativos e de gerenciamento privado, o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), que tem o propósito de estruturar e promover a gestão sustentável do parque, atuando como agente de implementação de políticas públicas que estimulam o setor de TIC e Economia Criativa, em especial Games, Cine-Vídeo, Animação, Design, Fotografia e Música. Suas ações se concretizam a partir da interação e articulação dos principais setores da sociedade civil, sendo estes: a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) do governo do Estado; o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (Cin); a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR); o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR); a Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) e a Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços e Serviços de Informática (ASSESPRO). Juntos, elaboram atividades de desenvolvimento sustentável, inovação e empreendedorismo, resultando na mobilização de recursos públicos e privados que financiam seus projetos de avanço (PORTO DIGITAL, 2021).

Em seu planejamento estratégico, disponível no site oficial³, o Porto Digital apresenta como principal objetivo a concepção, estruturação e gestão sustentável de um

³ Site do Porto Digital: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>

ambiente de negócios capaz de criar e consolidar empreendimentos de classe mundial, através da interação e cooperação entre universidades, empresas e organizações não governamentais (DÉCIMA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL, 2018). Desse modo, tendo como enfoque o desenvolvimento econômico; revitalização urbana; e inclusão social, foram mapeados os seguintes eixos estratégicos (FIGURA 01) a serem seguidos desde sua fundação:

FIGURA 1: Eixos de desenvolvimento e atuação do Porto Digital.



Fonte: Manual da Qualidade Núcleo de Gestão do Porto Digital (2019)

No que diz respeito à ideia de visão, o NGPD coloca-se como um ambiente de inovação e empreendedorismo nas áreas de TIC e Economia Criativa em todo o país. Por visão, Oliveira (1999) a define como uma representação do que se deseja ser em um futuro próximo ou distante, de acordo com o horizonte de tempo que os executivos da empresa conseguem visualizar, com adequada competência estratégica (OLIVEIRA, 1999, p. 64). Em sua documentação, o Porto Digital apresenta como um de seus propósitos ser uma espécie de referência em gestão de ambientes de empreendedorismo e inovação, tornando-se um vetor de desenvolvimento do Recife, pilar da economia de Pernambuco e modelo global de tecnologia (PORTO DIGITAL, 2021).

Já enquanto missão, definida como razão de ser da empresa, procurando determinar qual o seu negócio, por que ela existe, ou, ainda em que tipos de atividades deverá concentrar-se no futuro (OLIVEIRA, 1999), o parque tecnológico almeja tornar-se provedor de condições de competitividade para criação, atração e fortalecimento de empreendimentos inovadores de Tecnologia da Informação e Economia Criativa, de modo que seja considerado como um dos principais pilares da economia do futuro de Pernambuco e ser uma das âncoras do desenvolvimento sustentável do Estado. Para alcançar tais resultados, carrega o compromisso de desenvolver projetos de capacitação para jovens e profissionais das empresas localizadas em seu território, bem como fornecer ferramentas para promover a inclusão social da comunidade em seu entorno.

No que diz respeito aos seus valores, o Porto Digital destaca Eficiência, Austeridade e Criatividade enquanto seus pilares de funcionamento. É válido ressaltar que são os valores os responsáveis por representar o conjunto dos princípios, crenças e questões éticas fundamentais de uma empresa, bem como fornecer sustentação para todas as tomadas de decisões. Sendo efetivamente verdadeiros, servem, também, de sustentação da vantagem competitiva (OLIVEIRA, 1999). O autor afirma que os valores se tornam tão mais importantes quanto a alta administração que se envolve, profissional e motivacionalmente, com as questões do modelo de gestão da empresa, no qual ele define como:

Processo estruturado, interativo e consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades - estratégicas, táticas e operacionais - de planejamento, organização, direção, gestão de pessoas e avaliação dos resultados, visando ao crescimento e ao desenvolvimento sustentado da empresa. (OLIVEIRA, 1999, p. 68).

Ao longo de seus 17 anos, o Porto Digital atuou diretamente com a TIC, tendo-a como seu principal pilar de funcionamento. Porém, ao longo de sua primeira década, em meados de 2010, sentiu a necessidade de expandir suas áreas de desenvolvimento. A partir de estudos e pesquisas socioeconômicas e culturais, o NGPD passou a investir no potencial histórico-cultural de Pernambuco para promover a Economia Criativa no Recife.

Em 2011, a expressão “economia criativa” foi listada como uma das metas propostas no relatório gerencial anual do Porto Digital, cujo objetivo principal era implantar o CETEC, Centro de Excelência em Tecnologia para Economia Criativa e Inovação do Porto Digital (RELATÓRIO GERENCIAL, 2011, p. 31). Esse movimento

marca a transição do parque entre o fomento apenas às atividades de TIC para a inclusão da economia criativa. No mesmo ano, 28 de dezembro, foi sancionada a Lei Municipal nº 17.762/2011, a qual altera parcialmente a redação da Lei Municipal nº 17.244/2006, permitindo que as empresas desse segmento pudessem ter acesso a incentivos fiscais que garantisse seu fomento:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, situados no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife (Zona Primária); no quadrilátero do Bairro de Santo Amaro (Zona Secundária 1); e na Avenida Guararapes e adjacências (Zona Secundária 2), que exerçam as seguintes atividades: (Redação dada pela Lei nº 18168/2015) (...) III - produção e pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, enquadradas nos itens 12.13, 13.01 e 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91; IV - distribuição cinematográfica, de vídeo, de programas de televisão e de música, enquadradas no item 10.10 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91; V - exibição cinematográfica, de musicais, espetáculos, shows, concertos e óperas enquadradas no item 12.02 e 12.16 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91; VI - gravação de som e edição de música, enquadradas no item 13.01 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91; VII - fotográficas e similares enquadradas no item 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91; VIII - design relativo aos incisos III, IV, V, VI e VII deste artigo enquadradas nos itens 23 e 32 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91. (RECIFE, 2011).

Em 12 de agosto de 2013, o PORTOMÍDIA foi inaugurado ocupando um casarão revitalizado de 500 m², no Bairro do Recife, cujo investimento foi de R\$ 24 milhões do Governo Federal e do Governo de Pernambuco (CAVALCANTI, 2013). A iniciativa é uma extensão do parque tecnológico, diretamente ligada a área da criatividade, com objetivo de contribuir para a estruturação de um polo criativo internacionalmente relevante na cidade, através de um estudo de mapeamento da cadeia produtiva da indústria local. Em seu site, o PORTOMÍDIA assim resume seu propósito:

O Portomídia é a ação do Porto Digital que tem como objetivo contribuir para a estruturação de um polo de economia criativa internacionalmente relevante no Recife.

Baseado em quatro pilares, capacitação, incubação, experimentação e demonstração, o Portomídia oferece infraestrutura e programas de qualificação com o objetivo de contribuir para melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas e pessoas atuantes nesse mercado.

Estrategicamente o Portomídia direciona suas ações para seis áreas da economia criativa: multimídia, games, cinema, design, música e fotografia. Representantes dessas áreas de atuação podem utilizar os estúdios e laboratórios, participar dos cursos e eventos de qualificação oferecidos através do Programa Portomídia de Capacitação, além de poder incubar novas ideias na incubadora Portomídia e utilizar-se da galeria de artes digitais, espaço situado no prédio do Portomídia. (PORTOMÍDIA, 2021).

Para o futuro, o plano de gestão do Porto Digital, apresentado em maio de 2019, espera que até 2025, com a ampliação territorial para os bairros de Santo Antônio e São José, além do interior do Estado, seja possível dobrar o número de colaboradores, totalizando em torno de 20 mil pessoas ocupadas em atividades de alta qualificação profissional e maior valor agregado em 400 empreendimentos inovadores (PORTO DIGITAL, 2019). Além disso, seus projetos passarão a ser articulados em 8 eixos estratégicos, estes voltados para: criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos no Porto Digital; interiorização do Porto Digital e apoio às cadeias produtivas locais; desenvolvimento de tecnologias para a promoção do bem-estar das cidades e das pessoas; qualificação de capital humano para empreendedorismo, inovação e competitividade empresarial; desenvolvimento de projetos de cooperação tecnológica com universidades e empresas; estudos e pesquisas para o futuro da economia digital em Pernambuco; ampliação da oferta de infraestrutura imobiliária, tecnológica e de serviços do Porto Digital; e aperfeiçoamento da gestão institucional e promoção do Porto Digital. Por fim, obtendo resultado em sua política de expansão, estimula-se também um crescimento econômico referente a seu faturamento anual, que passará a ser contabilizado a partir de R\$ 3,6 bilhões (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2021).

2.4 Revitalização urbana e gentrificação: o processo de expansão territorial do Porto Digital e seus impactos na comunidade local

Além de ser referência no que diz respeito à inovação, o Porto Digital também se tornou conhecido por sua territorialidade singular devido ao seu processo de revitalização

urbana. Instaurado no centro histórico do Recife, o parque ocupa cerca de 171 hectares entre os bairros de Santo Amaro e Recife Antigo, contabilizando 800 empreendedores, 9.000 colaboradores, um faturamento anual de R\$ 2,8 bilhões e mais de 300 empresas e instituições dos setores de Tecnologia da Informação e Comunicação, Economia Criativa (EC) e Tecnologias Para Cidades (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2021).

Sua atual estrutura conta com três incubadoras de empresas, duas aceleradoras de negócios, seis institutos de pesquisa de desenvolvimento e organizações de serviços associados, além de diversas representações governamentais, todos espalhados pela região do Recife Antigo, atraindo dezenas de empresas de outras regiões do Brasil, além de várias multinacionais e centros de tecnologia para a região (PORTO DIGITAL, 2019). Para a acomodação de suas empresas, em parceria com o setor público, foi realizado um processo de requalificação em termos urbanísticos e imobiliários no Bairro do Recife. Desde sua fundação, foram restaurados mais de 84 mil metros quadrados de imóveis históricos, atraindo dezenas de empresas, multinacionais e centros de tecnologia de outras regiões do país (PORTO DIGITAL, 2019). No entanto, é válido ressaltar que esse processo de revitalização da região vem sendo realizado desde os anos 1990.

Considerado o núcleo original da cidade do Recife, o bairro do Recife Antigo foi ocupado no século XVI já apresentando características comerciais graças a suas atividades portuárias. Ao longo dos anos de 1630 e 1654, com a chegada dos Holandeses, transformou-se em ponto de saída e entrada de mercadorias, sendo um dos maiores motores econômicos da América do Sul. Outro marco territorial foi a construção do Porto de Suape, ao sul do litoral do Estado, em 1983. Essa obra atraiu grande fluxo comercial e fez com que o Bairro do Recife passasse a vivenciar um processo de degradação urbana e social, apresentando uma infraestrutura subutilizada. Tais condições despertaram no poder público uma preocupação referente ao patrimônio histórico da cidade, desenvolvendo propostas que tinham como objetivo resgatar a identidade visual e cultural da região e ocupar seus espaços vazios que totalizavam cerca de 70% da área (MARQUES; LEITE, 2008).

Segundo Zancheti *et al* (1998), o primeiro projeto de requalificação do bairro o dividiu em 3 setores: o Setor de Intervenção Controlada (Polos Alfândega, Bom Jesus e Arrecifes), que abriga as edificações de valor histórico-cultural; o Setor de Consolidação (Polo Capibaribe), onde se localizam as instituições públicas; e o Setor de Renovação Urbana (Polo Pilar). A iniciativa visava introduzir novos usos, como serviços de cultura,

lazer, turismo, o comércio varejista moderno e a habitação, de modo a dinamizar o espaço tanto no período diurno como noturno, mantendo a continuidade de seu patrimônio.

Para apresentar esse caráter de cunho mais inovador e elitista, em 1910 foram expulsas cerca de 5 mil pessoas que moravam na região. Comerciantes, operários, artesãos, marinheiros e diversas famílias foram obrigadas a procurar por novos espaços para poder compor o plano de higienização proposto pelo governo da época. Essa evasão levou cerca de 10 mil pessoas em um período de 13 anos. O projeto, criado em parceria com agentes do setor público e privado, tinha como objetivo apresentar o Recife como uma cidade mais moderna e desenvolvida, resultando na desapropriação e demolição de 480 imóveis, que também contavam com cidadãos em situação de vulnerabilidade social, obrigados a ocupar outras ruas pelas cidades (MARCO ZERO, 2015).

Nesse contexto se faz necessária a apresentação da Comunidade do Pilar. Localizada no Bairro do Recife, ela surgiu em 1970 mediante a demolição e desapropriação de seis quadras situadas entre a fábrica do Pilar e o Moinho Recife. Esse processo foi motivado pela expansão das atividades da PORTOBRAS, popularmente conhecido como Porto do Recife, que se caracterizava, naquele período, como o maior exemplo de desenvolvimento econômico do estado. Com a paralisação das obras, o entorno dessas quadras passou a ser ocupado pelas famílias de baixa renda que trabalhavam nas proximidades, dando origem à antiga Favela do Rato.

A Favela do Rato foi o primeiro nome posto para Comunidade do Pilar, motivado pela quantidade de roedores que predominavam na região, atraídos pela presença do trigo utilizado no Moinho Recife. Há também afirmações, da própria população, que essa nomenclatura se deu como uma forma de hostilizar parte da população que vivia em situação precária, dividindo os alimentos e suas camas com esses animais. Diante da conotação negativa, os comunitários solicitaram a mudança para Comunidade Nossa Senhora do Pilar, fazendo referência à igreja local. A medida foi acatada pela Prefeitura do Recife através do Decreto 18.570/2000 (NERY; CASTILHO, 2009).

Atualmente, o Pilar pertence à Unidade Espacial Recife Centro, composta pela Zeis Coelhos e AP Comunidade Pilar. Inserida nesse contexto de revitalização do bairro histórico, conhecido como Recife Antigo, vem enfrentando pressão do mercado imobiliário, uma vez em que sua realidade periférica e subdesenvolvida não dialoga com o caráter inovador das empresas de TIC. Buscando amenizar esse cenário de desigualdade, a prefeitura elaborou o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão

Social da Comunidade do Pilar (2002)⁴. De acordo com sua documentação, seriam realizadas melhorias em sua infraestrutura de modo que os moradores se adaptassem à nova realidade da região. Para isso, estavam previstas ações de Desenvolvimento Comunitário com a realização de projetos de geração de emprego e renda, de educação ambiental, gestão condominial e educação patrimonial. Dentro de tais propostas, concretamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) gerenciou a restauração da fachada, parte interna e externa da Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

A população, no entanto, se manteve em situação de vulnerabilidade social. Segundo o levantamento da prefeitura, publicado no atlas municipal da cidade (2005), o território do Pilar possuía até 1.315 habitantes, enquadrando-se como uma das menores comunidades da cidade. Já em 2019, foi apresentado o Projeto de Requalificação Urbana e Social⁵, onde constavam 577 famílias. É válido ressaltar, a nível desta pesquisa, que foi realizada uma busca documental, nas bases de dados oficiais da prefeitura, com os indicativos socioeconômicos do Pilar. O último relatório oficial identificado foi o Atlas Municipal do Recife, mencionado acima. Nele, constam os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), responsáveis por avaliar questões referentes à renda, longevidade e educação.

De acordo com o último levantamento, realizado em 2005, o Pilar possui um dos piores IDH da cidade, sendo registrada a média de 0,700. O indicativo sintetiza três índices que mensuram as condições favoráveis de um lugar digno para o desenvolvimento do ser humano, sendo eles: a longevidade – avalia questões de saúde e salubridade do ambiente -, a renda - situação econômica e oportunidades de trabalho - e educação - oportunidades e qualidade de ensino. Reunidos, devem garantir escolhas e possibilidades para o desenvolvimento saudável das famílias, conforme o explicado abaixo:

O IDH tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu potencial e levar a vida produtiva e criativa de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar sua vida a que deem valor. E tem a ver muito mais que crescimento econômico que é apenas um meio, ainda que muito importante de alargar as escolhas das pessoas. (BITOUN, 2005. p.2)

⁴ Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, disponível em: disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/arquivo-PDF210912.pdf>.

⁵ Projeto de Requalificação Urbana e Social, disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/node/290131>.

Esse movimento de expulsão e segregação dos habitantes pobres de uma determinada região, para fomentar o desenvolvimento econômico com foco em classes sociais mais elevadas, caracteriza um fenômeno denominado de gentrificação. Conforme explica Bidou-Zachariassen (2006), o termo surge em 1963 para explicitar os processos de ocupação da classe média nos antigos bairros desvalorizados de Londres. Naquele período, os gestores e demais representantes da elite inglesa passaram a retirar os intitulos suburbanos de suas moradias, localizadas nas regiões abandonadas da cidade, sob a justificativa de desenvolvimento e revitalização. O autor descreve a gentrificação como:

Um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala dos bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiários e imobiliários. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos. (BIDOU-ZACHARIASSEN. 2006, p. 23).

Abramo (2009) explica que essa relação de inclusão e exclusão de parte da população, presente nos grandes centros urbanos, tem conexão direta com os espaços de moradia. A requalificação de determinadas regiões se dá a partir de algumas lógicas. A primeira delas diz respeito ao papel do Estado de coordenar as relações sociais entre os sujeitos e os grupos, além de sua função enquanto mediador desses debates ocupacionais, de modo que defina a forma como o acesso à riqueza e o fomento à pobreza se consolidam. A segunda lógica é que a coordenação da sociedade é determinada pelo mercado e a riqueza social se retroalimenta pelas relações de troca. Ou seja, o acesso urbano requer que os sujeitos ou grupos já sejam detentores de algum acúmulo de capital, podendo esse ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza, desde que seu conhecimento seja um agente ativo que fomente o processo de distribuição de bens.

Por fim, Abramo (2009, p. 2) afirma que a “a urbanização acelerada do pós-guerra, as disparidades sociais e as enormes dificuldades financeiras dos estados nacionais” deram origem a uma terceira lógica social de acesso à terra urbana, nomeada por ele de “lógica da necessidade”. Esse ponto de vista se refere à comprovação da necessidade de ocupação do solo urbano. Diferentemente das lógicas anteriores, nesta não há a exigência de um capital político, institucional ou pecuniário acumulado. Ela se caracteriza pela carência da população mais pobre em ter um lugar para morar, motivando a invasão e a

ocupação de terras subutilizadas ou abandonadas, que pode ser feita de forma individual ou coletiva, através dos movimentos sociais articulados para esse fim.

Isto posto, pode-se dizer que o Recife Antigo passou por dois grandes processos de intervenção urbana que afetaram a moradia dos mais vulneráveis, priorizando o desenvolvimento econômico. O primeiro, intitulado como Planos de Melhoramentos e Reforma do Porto e do Bairro do Recife (1909-1926) e o segundo chamado de Plano de Saneamento do Recife (1905-1915). Ambas as ações acabaram moldando a região em sua configuração atual, entretanto o governo do Estado, em parceria com o NGPD, deu continuidade a tais propostas ressaltando uma necessidade de revitalização desse território. Nesse contexto, o Porto Digital surge como um acelerador capaz de requalificar o desenvolvimento do Bairro do Recife (MARCO ZERO, 2015).

A partir de sua atuação, no ano 2000, as ruas onde estão localizadas suas incubadoras e demais vertentes, além de ganharem uma maior movimentação populacional, também passaram a ter uma nova imagem. Em parceria com o poder público e entidades privadas, os imóveis depredados foram revitalizados para sediar as empresas de TIC, que assumiram o compromisso de manter a identidade visual e histórica da cidade por meios de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento local, conforme pontua a Lei abaixo:

A Lei Municipal nº 17.244/2006, com suas alterações, estabelece um programa de incentivo fiscal correspondente à redução de 60% da alíquota do ISS para empresas/estabelecimentos vinculados ao Porto Digital. Situados no Sítio Histórico do Bairro do Recife, no quadrilátero do bairro de Santo Amaro (região delimitada ao leste pela Rua da Aurora nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; ao sul pela Av. Mário Melo, até o cruzamento com a Av. Cruz Cabugá; ao oeste pela Av. Cruz Cabugá, nos trechos entre Av. Mário Melo e Av. Norte; e, ao norte pela Av. Norte até a Av. Cruz Cabugá) e na Avenida Guararapes e adjacências (região delimitada ao norte pela Av. Martins de Barros e Praça da República; ao oeste pela Rua do Sol, até o cruzamento com a Av. Guararapes; ao Sul pela Av. Guararapes, Av. Dantas Barreto, até o cruzamento com a Av. Nossa Senhora do Carmo, e desta Avenida até o cruzamento com a Rua da Praia; e ao leste com Av. Sul, em direção à Av Martins de Barros). (PORTO DIGITAL, 2019).

Em seu Plano de Desenvolvimento, o parque tecnológico prioriza o aproveitamento dos conjuntos vazios ou subutilizados para instalação de empresas âncoras; melhoria da qualidade do espaço urbano; ampliação das áreas de lazer; acesso rápido e boa circulação para pedestres, usuários de transporte coletivo e ciclistas; composição de uso misto capaz de atrair usuários e empregar trabalhadores de TIC; e

projeção de cenários de expansão do projeto para fora dos limites do Recife (MARQUES; LEITE, 2004).

Já no cenário atual, com a ampliação territorial para o bairro de Santo Amaro, Santo Antônio e São José, e interior do Estado, a expectativa é de dobrar o número de trabalhadores nas empresas embarcadas, aumentando a movimentação populacional e econômica desses espaços a partir da construção de novos empreendimentos, como hotéis e habitacionais, que dialoguem com a noção de desenvolvimento econômico fomentado pelo parque tecnológico e pelo poder público (PORTO DIGITAL, 2021).

3 MÉTODOS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente investigação trabalhou orientada pelo paradigma interpretativista, analisando a realidade como uma construção que se dá por meio da interação entre pessoas e o mundo. Ademais, foi fundamentada em uma abordagem qualitativa. Trata-se de um modelo científico igualmente que aborda um estudo da linguagem, visando estudar a experiência vivenciada pelos indivíduos em seus ambientes sociais a partir da perspectiva desses próprios atores sociais (GIL, 2008). Conforme explica Deslauriers (1991), nela, o cientista ao mesmo tempo em que é sujeito, torna-se o objeto de suas investigações, tendo seu conhecimento parcial e limitado. O pesquisador reforça ainda

que o objetivo é gerar informações aprofundadas e ilustrativas, sejam estas pequenas ou grandes, onde o que importa é a sua capacidade de produzir novas ideias. Minayo (2001, p. 21) aponta ainda o seguinte:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Já no que diz respeito aos seus objetivos, cientes de que os questionamentos apontados deverão formular novos pressupostos sobre o estudo em foco, a pesquisa adotou um viés exploratório analítico. Isso porque ao longo de seu desenvolvimento, ela proporcionou uma maior familiaridade com o problema apresentado, visando torná-lo mais explícito para assim ser fruto de novas investigações. É válido ainda ressaltar seu modelo transversal, uma vez em que realizou entrevistas em um período de tempo pontual, visando obter e analisar dados primários e apenas analisar dados secundários para a realização das análises.

3.2 Estratégia de Pesquisa

Atentos aos componentes analíticos que constituem o modelo tridimensional proposto por Fairclough (1999), a presente pesquisa seguirá as seguintes etapas de aplicação:

QUADRO 1: Arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica

Percepção de um problema social com aspectos semióticos
Identificação de obstáculos para que o problema seja superado: <ul style="list-style-type: none"> ● análise da conjuntura ● análise da prática particular ● análise do discurso

Investigação da função do problema na prática
Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos
Reflexão sobre a análise

Fonte: Ramalho (2007) apud Chouliaraki & Fairclough (1999); Fairclough (2003).

3.3 Campo

Como mencionado no capítulo anterior, uma vez em que a ilha do Recife Antigo se tornou uma ponte de visibilidade econômica para o estado por meio do Porto Digital, faz-se necessária a observação de seu funcionamento por meio dos movimentos de ocupação territorial. A partir desse arcabouço, esta pesquisa ouvirá atores sociais de diferentes grupos, residentes e trabalhadores dessa região, com a finalidade de entender qual a percepção que estes têm sobre o desenvolvimento do parque tecnológico.

3.4 Sujeitos

Ao todo, o estudo contou com dois grupos de análise, sendo o primeiro formado por moradores da Comunidade do Pilar. Quanto a tal escolha, é válido ressaltar que a comunidade se tornou alvo de desenvolvimento de projetos sociais geridos pelo NPGD. Desse modo, o recorte foi definido tendo em vista o objetivo de interpretar o discurso de comunitários de uma área contígua ao Porto Digital sobre as práticas político-sociais desenvolvidas para este grupo.

Para a seleção dos entrevistados, foi entregue uma carta de anuência, assinada pelo pároco da Igreja Madre de Deus, que representa a liderança e coordenação de projetos destinados ao Pilar, no qual não conta com outro tipo de associação que a represente. A instituição ficou responsável pela indicação de um informante oficial, atuante como voluntário na igreja, que fez a escolha dos sujeitos de acordo com os critérios já determinados.

Assim, os **critérios de inclusão dos moradores do Pilar** são: i) Residentes na comunidade há ao menos vinte e um anos, tempo de atuação do Porto Digital no Bairro

do Recife; ii) Caracterizados como informantes chave por auxiliares comunitários que atuam na Igreja Madre de Deus; iii) Pessoas sem ligação política partidária com órgãos públicos da cidade.

Os **critérios de exclusão dos moradores do Pilar** são: i) Sujeitos com problemas cognitivos que comprometam a realização das entrevistas; ii) Atuação empregatícia fora do Bairro do Recife; iii) Não concordarem em participar voluntariamente da pesquisa ou não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O segundo grupo contou com a participação de profissionais autônomos vinculados à Associação de Bares e Restaurantes do Bairro do Recife (ABR), também sob assinatura da carta de anuência, buscando atender ao objetivo de estudar o discurso de profissionais atuantes no Bairro do Recife sobre a atuação do Porto Digital naquela região.

É válido ressaltar que, inicialmente, a pesquisadora entrou em contato com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), buscando compreender qual o órgão responsável por representar os comerciantes do Recife Antigo. O presidente da instituição nos indicou a ABR, justificando que a região era predominada por restaurantes, de modo que atendesse melhor aos interesses da pesquisa.

Assim sendo, entrei em contato com o líder da ABR, apresentando os objetivos do trabalho e propondo o convite. Ele aceitou de imediato, assinado a documentação exigida pelo Comitê de Ética, sendo o responsável por indicar os demais participantes que se enquadrassem nos seguintes requisitos mencionados adiante.

Critérios de inclusão dos comerciantes do Bairro do Recife: i) Ser proprietário de um estabelecimento comercial localizado no Bairro do Recife há ao menos 21 anos; ii) Não ter vinculação política em nível municipal (Prefeitura do Recife) ou estadual (Governo de Pernambuco) garantindo o favorecimento de seu empreendimento; iii) Não ter intenção em sair do Bairro do Recife, demonstrando interesse em participar das ações de fomento e preservação dessa região.

Os **critérios de exclusão dos comerciantes** do Bairro do Recife são: i) Sujeitos com problemas cognitivos que comprometam a realização das entrevistas; ii) Atuação empregatícia fora do Bairro do Recife; iii) Não concordarem em participar voluntariamente da pesquisa ou não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

QUADRO 2: Comunitários da comunidade do pilar entrevistados

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	Est. Civil	Religião	Profissão
Barbara	50 a	Ensino fundamental incompleto	Viúva	Católica	Doméstica
Adriana	56 a	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Católica	Doméstica
Daniela	65 a	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Católica	Doméstica
Marlene	54 a	Analfabeta	Solteira	Pentecostal	Doméstica

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 2: Comerciantes do bairro do Recife entrevistados

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	Est. Civil	Religião	Profissão
Tereza	62a	Superior	Solteira	Católica	Administradora
Claudio	51 a	Ensino fundamental completo	Solteiro	Católico	Administrador
Icaro	46 a	Superior incompleto	União estável	Católico	Administrador
Nando	60 a	Superior completo	Divorciado	Candomblé	Administrador

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 Instrumento de pesquisa

3.5.1 Roteiro de entrevista semiestruturada com os moradores da Comunidade do Pilar

Identificação

- Nome completo
- Idade
- Grau de escolaridade
- Estado civil

- Prática religiosa
- Profissão

Lugar do entrevistado na Comunidade do Pilar

- Poderia contar a sua história na comunidade (há quanto tempo mora, a família já morava ou passou a morar, trabalha na comunidade, por que mora na comunidade, como é a sua ligação com a comunidade).
- Participa de alguma associação de moradores? Comente.

Integração com o Bairro do Recife

- Qual a sua relação com o Bairro do Recife?
- Na sua opinião, os moradores da comunidade costumam ir ao bairro do Recife. Se vão, por que vão? Se não vão, por que não vão?
- Você conhece, ou já ouviu falar, no projeto de renovação do bairro do Recife? Conhece alguma proposta para melhoria da comunidade? Comente sobre.
- Qual o contato da prefeitura e do governo do estado com vocês?
- O que você sugere para melhorar a moradia na comunidade do pilar?

Conhecimento sobre o Porto Digital

- O que você conhece sobre o porto digital?
- Você sabia que o porto digital trabalha para promover ações sociais para a comunidade do pilar?
- Você conhece algum benefício que o porto digital trouxe para a comunidade do pilar? Fale sobre.
- Lembra-se de algum momento quando os moradores puderam conversar com as lideranças do porto digital?
- As pessoas da comunidade já foram convidadas para conhecer os prédios do porto digital?
- Acredita o porto digital se preocupa com a comunidade, a nível de ouvir seus moradores e tentar ajuda-los?
- Você conhece alguém da comunidade que trabalhe ou estude no Porto Digital?
- Você conhece o Centro Vocacional Tecnológico Pilar?

- Já participou de algum projeto social do Porto Digital?
- Conhece o programa Bairro Escola?

Inclusão digital

- O que a senhora entende por inclusão digital?
- A senhora se recorda de alguma atividade, aqui na comunidade do Pilar, que ensinou vocês a utilizarem ferramentas digitais, como mexer em um aplicativo (usar exemplo do auxílio emergencial), computador, etc? Se sim, quem a coordenou? Foi útil?
- A senhora considera importante a realização de uma atividade como essa, que ensinem os moradores, não só para mexer nesses aparelhos, como também gere uma inclusão no mercado de trabalho?
- A senhora acredita que hoje em dia as pessoas precisam ter conhecimento sobre tecnologia para conseguirem um emprego?
- Acredita que a comunidade se interessaria em participar de algum curso ensinando essas questões?

3.5.2 Roteiro de entrevista semiestruturada com comerciante

Identificação

- Nome completo
- Idade
- Grau de escolaridade
- Estado civil
- Prática religiosa
- Profissão

Lugar do entrevistado no Bairro do Recife

- Poderia contar a sua história no Bairro do Recife (há quanto tempo trabalha?)
- a família já trabalhava no bairro ou passou a trabalhar?
- por que trabalha no bairro?
- Como é a sua ligação com o bairro?
- Participa de alguma associação de comerciantes? Comente.

Integração com o Bairro do Recife

- Você conhece o projeto de revitalização urbana estruturado pelo porto digital e a prefeitura do Recife? Concorda com ele?
- Você considera que os antigos comerciantes do bairro do Recife (restaurantes e demais negócios) estão integrados dentro dessa nova proposta de revitalização urbana?
- Qual o contato da prefeitura e do governo do estado com vocês para a tomada de decisões sobre mudanças no bairro?
- A construção do atual polo tecnológico (porto digital e demais startups) modificou em algo o funcionamento de seu negócio?

Porto Digital

- O que você conhece sobre o Porto Digital?
- Qual sua opinião sobre a atuação do parque tecnológico no Bairro do Recife?
- Qual a relação do Porto Digital com os proprietários de bares, restaurantes e comércio dessa região?
- Você sabia que o Porto Digital também trabalha para promover ações de integração entre antigos e novos setores econômicos, como uma espécie de comércio justo aplicado ao Bairro do Recife?
- Já foi convidado pelo Porto Digital para conhecer suas propostas de integração comercial e já participou de algum evento onde pode expor suas opiniões sobre a revitalização do bairro?
- Você acredita que há um interesse do Porto Digital de ouvir, conhecer e se integrar aos demais comerciantes da região?

Inclusão digital

- Qual sua opinião sobre ações de inclusão digital nos setores econômicos?
- Você sente que seu negócio precisou se readaptar a uma nova realidade tecnológica?
- No dia a dia de sua empresa, há o desenvolvimento de atividades ligadas à tecnologia? Se sim, quais?
- Você teria o interesse de participar de alguma oficina ou treinamento para implementar serviços tecnológicos em seu negócio?

3.6 Corpus

Os dados primários deste estudo foram obtidos a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, devidamente transcritas. Como explica Gil (2008), o modelo trabalha com perguntas previamente estabelecidas, havendo a liberdade do entrevistador formular novos questionamentos ou solicitações para a continuação de respostas, em função de dúvidas, lacunas e hesitações dos entrevistados. Uma de suas principais vantagens está relacionada à facilidade de sua adequação às características do participante da pesquisa.

Ao todo, foram transcritas 8 entrevistas, sendo quatro realizadas com os moradores da Comunidade do Pilar e outras quatro com os comerciantes do Bairro do Recife. Desse modo, foi possível totalizar 18 páginas com os textos a serem analisados. A escolha dos fragmentos discursivos fundamentou-se em uma maior pertinência, completude, representatividade e coerência dos mesmos em relação ao tema recortado. Além disso, foram selecionadas as respostas cujas temáticas estejam conectadas aos objetivos da pesquisa.

Quanto aos dados secundários, dizem respeito aos documentos escolhidos para a análise, sendo este o Manual de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital. Justifica-se tal decisão, diante do interesse em observar o discurso do parque tecnológico sobre sua atuação no Bairro do Recife. Ao todo, o documento conta com 25 páginas, sendo realizada a análise crítica do discurso da Carta do Presidente, apresentada em sua primeira seção, composta por 1 página.

Posteriormente foram apresentados os demais tópicos, a partir de sua estrutura textual, categorizados da seguinte forma: O que é responsabilidade social empresarial;

Por que implantar um projeto de responsabilidade social empresarial na sua empresa; Como ampliar a prática de responsabilidade social empresarial; Entidades parceiras; e Glossário. Para eles, foi feita uma breve apresentação das temáticas propostas no manual, explicitando os interesses do Porto Digital a partir da elaboração do mesmo.

3.7 Análise dos Dados

A nível dessa análise, é válido considerar que o discurso ocorre por meio do texto, sendo este identificado a partir da leitura dos documentos ou pela transcrição das entrevistas realizadas. Quanto a esse processo de interpretação do texto, Van Dijk (2000) defende ser fundamental, para uma análise em ACD, considerar não apenas suas propriedades textuais ou de conversação, mas também seus contextos, sendo estes determinados pelas características da situação social ou dos acontecimentos de comunicação que interferem na interação. Desse modo, o presente estudo deverá integrar o texto e o contexto, processo organizado por Fairclough (2001) a partir das seguintes categorias analíticas: análise textual, prática discursiva e prática social.

A análise textual é iniciada por meio da etapa de avaliação dos tópicos localizados a partir da identificação do discurso, os temas, sendo estes o significado global do texto, representando sua macroestrutura semântica (VAN DIJK, 1980). O autor explica que, cognitivamente, ao elaborar um discurso, a mente do sujeito aplica regras de derivação que tem como finalidade selecionar, eliminar, generalizar ou construir. Desse modo, para fazer a seleção temática, foram observados os discursos e seus contextos dotados de uma série de representações sociais, sendo assim possível realizar os apontamentos de seu significado geral.

Adiante, o estudo do texto ateu-se ainda a análise do léxico, que representa a dimensão semântica. Van Dijk (2007) explica que o léxico é composto por um extenso sistema de categorização dos atores sociais, ações, processos, objetivos e situações. É por meio de sua observação que podemos nos ater ao significado de determinada palavra diante do contexto no qual ela está inserida. É válido ressaltar que a seleção dos léxicos levou em consideração os objetivos desta pesquisa.

A última etapa textual foi composta pelas pressuposições, que dizem respeito ao segundo significado presente atrás de uma frase, oração ou texto. Para identificá-las é

preciso analisar intrinsecamente o texto por meio da avaliação de seu contexto, delimitando assim as possibilidades de duplas interpretações e sentidos que não são explicitamente apresentados (VAN DIJK, 2007).

A segunda categoria analítica representa as práticas discursivas, onde é possível fazermos a identificação da ordem do discurso. Essa análise se concentra na identificação da intertextualidade constitutiva e manifesta, presente nas práticas discursivas, através da assimilação de palavras capazes de criar um novo discurso entre atores específicos (FAIRCLOUGH, 2001). Por fim, observou-se também algumas tendências abrangentes de mudanças do discurso, apresentadas por Fairclough (2001) como democratização e tecnologização do discurso, já explicitadas na fundamentação teórica.

Por fim, a terceira e última categoria analítica é composta pelas práticas sociais. Nessa etapa, foi realizada uma investigação dos processos de poder, hegemonia e ideologia com a finalidade de identificar as relações de diferença e os seus efeitos nas estruturas sociais dos atores envolvidos (FAIRCLOUGH, 2001). O estudo observou também os modos de manifestação da ideologia, recorrendo a Thompson (1995) para explicar as seguintes estratégias discursivas de obtenção do controle:

- Legitimação: relações de poder estabelecidas ou sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio
- Dissimulação: relações de dominação estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem apresentadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes.
- Unificação: relações que podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.
- Fragmentação: relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.
- Reificação: relações de dominação que podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como

acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado.

3.8 Aspectos Éticos

Por fim, é válido ressaltar que o trabalho cumpriu todos os requisitos determinados pelo Comitê de Ética, objetivando garantir a segurança dos atores participantes, conforme explicita o artigo 15 da portaria 510/2016:

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

Para chegar aos entrevistados, a pesquisadora buscou pelas instituições oficiais que pudessem representá-los. Como mencionado, a Carta de Anuência do Pilar foi assinada pelo pároco gestor da Igreja Madre de Deus e a dos comerciantes pelo presidente da Associação de Bares e Restaurantes do Recife Antigo. Somente após a obtenção de ambos os documentos, foi que se iniciou o processo de triagem dos sujeitos, realizado por meio de informantes chaves de cada grupo.

Ao entrar em contato com os entrevistados, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual garante o anonimato do informante, juntamente com o seu direito de desistência a qualquer momento, sem gerar danos à pesquisa ou conflitos com a instituição provedora. Tendo em vista a presença da pandemia do novo coronavírus, todo o processo de gravação aconteceu seguindo os protocolos de segurança determinados pelas organizações de saúde. Foram entregues kits de máscaras hospitalares, álcool em gel 70% e um microfone individual para manter o distanciamento social.

Visando evitar possíveis problemas quanto à publicação legal, tendo em vista a participação de sujeitos, os apontamentos da pesquisa, juntamente com o roteiro de entrevistas, foram encaminhados para averiguação e validação do comitê citado,

aprovados no dia 25 de junho de 2021, com CAAE: 43167321.2.0000.5206 e Número do Parecer: 4.806.139, disponível nos anexos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Manual de responsabilidade social empresarial do porto digital

Trata-se de um documento elaborado pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), em janeiro de 2011, disponível em seu site oficial⁶, no qual são apresentadas as respectivas políticas sociais e empresariais. Visando atender aos objetivos deste estudo que se dispõe a investigar o discurso do Porto Digital sobre sua atuação no Bairro do Recife, a análise crítica do discurso será feita apenas com base na Carta do Presidente. Os demais tópicos do documento serão posteriormente apresentados a partir de sua estrutura textual, apontada por Fairclough (2001) como um elemento necessário para a compreensão discursiva.

Na época, a Carta foi escrita por Francisco Saboya, Diretor Presidente do Núcleo de Gestão do Porto Digital e atual Professor da Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco. O texto apresenta as políticas sociais e empresariais adotadas pelo Parque Tecnológico, tendo como tema central seu interesse em atuar como um fomentador de práticas sociais éticas e transparentes que visem o bem-estar coletivo.

É válido ressaltar que o léxico composto “responsabilidade social” apresenta uma série de significados em diferentes contextos. Sua gênese está relacionada ao desenvolvimento tecnológico e mercadológico, mediante os processos de globalização, onde o setor privado passa a atuar como um agente ativo na sociedade (BORGER, 2001). Isso implica dizer que as transformações do empresariado, com cada vez mais influência em diversos aspectos da sociedade, levantaram a necessidade de discutir questões que dizem respeito à responsabilidade social. No caso do Porto Digital, tendo em vista sua interferência e articulação com o poder público, o documento é posto como um manual de boas práticas a ser seguido pelas empresas.

No primeiro parágrafo da Carta é escrito o seguinte:

O Porto Digital **sente-se orgulhoso** de apresentar mais este produto para o **ecossistema local de Tecnologia da Informação e Comunicação**. O Porto Digital **tem um forte compromisso com a responsabilidade social**. Ao se instalar no Bairro do Recife, já havia

⁶ Site do Porto Digital: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>.

um **passivo social** representado pela **favela do Pilar**, em relação ao qual o Porto Digital **nunca foi indiferente**. Desde então, são **dez anos ininterruptos de projetos voltados para a formação de jovens** visando à sua **empregabilidade**.

A primeira observação a ser feita é a identificação do público alvo desse texto, a partir do seguinte questionando: a quem o Porto Digital fala? A resposta é obtida ainda na primeira frase, havendo uma menção direta ao “ecossistema local de Tecnologia da Informação e Comunicação”. Ou seja, trata-se de um material de objetivo específico, atender aos interesses do parque tecnológico de expandir sua área de atuação, se consolidando cada vez mais como uma entidade responsável por modificar as práticas sociais do Bairro do Recife, a partir do apoio das empresas situadas nessa região.

Adiante, há uma personificação do Porto Digital, através da qual é expresso um sentimento de “orgulho” com o documento em questão. Desse modo, é possível identificarmos uma estratégia de aproximação afetiva com empresariado, utilizando uma linguagem que lhes tragam a sensação que há uma conversa direta, passível de escuta e compreensão. Fairclough (2001), intitula essa estratégia como democratização do discurso, na qual implica na retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio por meio do uso linguístico. Assim sendo, um determinado grupo, sendo nesse caso representado pelo presidente do Porto Digital em sua posição de poder, se apropria de uma linguagem similar aos empresários, não fazendo diferenciação hierárquica entre eles, para reproduzir seus padrões e criar uma falsa sensação de igualdade que estimule seu domínio para com eles.

Além disso, tal exaltação expressa por meio do “orgulho” acaba por presumir uma ideia de provável efetividade das ações que serão posteriormente mencionadas, garantindo que se trata de uma iniciativa positiva e com bons retornos para aqueles que adotarem as propostas sugeridas. Isso implica dizer em uma certa persuasão para o cumprimento dessa política de responsabilidade social empresarial.

Adiante, no que diz respeito ao seu compromisso social, apresenta o “passivo social” da “favela” do Pilar como público alvo para a realização de políticas públicas. De início, como léxico, o substantivo “favela” traz uma intertextualidade constitutiva relacionada aos discursos de marginalização e precarização de espaços onde residem pessoas de baixa renda. Isto posto, é válido ressaltar que atualmente o Pilar é intitulado como uma comunidade. Todavia, conforme esclarece Birman (2008), o desuso do termo “favela” em substituição por “comunidade” tem como finalidade criar um forte apelo por meio do ideal da harmonia e da tradição. A autora pontua que a imagem da favela-

comunidade gera espaços de negociação, pontes entre grupos de dentro e de fora, e estrutura também uma certa presença do Estado para a realização de seus projetos de intervenção.

Nesse sentido, é pertinente o apontamento dos contextos dos atores sociais presentes no texto. Enquanto agente ativo, o Porto Digital (empresa privada, com articulação com o poder público) afirma realizar projetos voltados para os moradores do Pilar (pessoas de baixa renda, residentes de uma região periférica). No âmbito das práticas sociais, é possível pontuar que o documento em análise busca atender a uma ordem do discurso neoliberal, voltada aos interesses mercadológicos que se apropriam da noção de bem-estar social para garantir a expansão de suas atividades e conseqüentemente a proliferação de seus lucros.

Identifica-se também, por meio dos modos de manifestação da ideologia (THOMPSON, 1995) a presença de uma estratégia de dissimulação, na qual as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas através de uma apresentação que desvie nossa atenção ou passe por cima de relações e processos já existentes. No caso do Porto Digital, ele se põe no papel de provedor de políticas públicas sociais como se o poder público local não tivesse a obrigação, ou não estivesse garantindo direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde e educação, para o Pilar. Por meio da eufemização, o parque tecnológico passa a descrever seus interesses sociais, buscando uma valorização positiva do empresariado.

Há ainda, uma relação hegemônica entre esses grupos, tendo em vista que o Porto Digital atua como uma espécie de política pública voltada ao desenvolvimento urbano. Isso implica na identificação de uma intertextualidade constitutiva na qual reforça a permissão e liberdade das empresas modificarem a sociedade sob a prerrogativa de valorização dos interesses sociais. Ciente de seu arbítrio, o parque tecnológico tende a usar os comunitários como uma estratégia de marketing para ampliar sua atuação no Bairro do Recife não só como uma empresa, mas como uma entidade capaz de reformular a convivência social nessa região. Ou seja, deixa de operar apenas no plano privado, interferindo nas práticas sociais dos atores que estão ao seu entorno. Para isso, usa do discurso neoliberal no qual cria uma falsa sensação de necessidade de atuação conjunta entre o público e o privado para garantir o desenvolvimento econômico que refletirá diretamente em benfeitorias no campo social.

No texto, é possível ainda apontar alguns pressupostos, como a afirmação de uma ação contínua para a melhoria do Pilar, presente nas expressões “nunca foi indiferente” e

serem “dez anos ininterruptos de projetos voltados para a formação jovens visando a sua empregabilidade”. Ao afirmar tais questões, pode-se interpretar que o parque tecnológico considera vir dialogando diretamente com essa população, de modo que, se tratando de uma comunidade com aproximadamente 577 famílias, já tenha conseguido trazer um retorno legítimo quanto à empregabilidade e capacitação desses sujeitos. Esses questionamentos são confirmados no trecho a seguir, presentes no segundo parágrafo da carta:

Centenas de jovens do Pilar e outras áreas socialmente desassistidas da cidade já foram **beneficiados** por **cursos, palestras, programas de estágio, formação empreendedora, mentoring, biblioteca virtual** e outras ações que configuram um **vigoroso programa de inclusão digital**. O **ápice deste esforço** deu-se em 2009, com a inauguração do **Centro Vocacional Tecnológico Pilar**, projeto em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Softex Recife, que disponibiliza para as **comunidades carentes** um espaço de **capacitação** com os **mais elevados padrões de infraestrutura e tecnologia**.

No que diz respeito ao léxico, “vigoroso” e “elevados padrões de infraestrutura e tecnologia” configuram uma exaltação da padronização e efetivação de atividades com cunho capitalista, cujo objetivo central é o acúmulo e concentração de renda a partir de um viés tecnocêntrico, fruto da internacionalização dos setores econômicos por meio dos processos de globalização.

É válido apontar algumas pressuposições, com base nas afirmações de execução de projetos educacionais. Subentende-se que a partir da criação do Centro Vocacional Tecnológico Pilar, realização de cursos, palestras e concessão de estágios, os moradores dessa região passaram por um processo de capacitação e conseqüentemente, como é apresentado como um objetivo implícito do texto, tenham conquistado oportunidades no mercado de trabalho tecnológico. Levando em consideração o contexto Bairro do Recife, que atualmente conta com mais de 350 empresas incubadas ao Porto Digital, espera-se que haja uma quantidade mínima de vagas empregatícias destinadas a este grupo.

Quanto às práticas discursivas, o trecho deixa claro que a política social voltada para as mencionadas “áreas socialmente desassistidas” e “comunidades carentes” se manifesta por meio da realização de ações de capacitação, sendo mencionados os projetos que consolidam o fomento ao desenvolvimento educacional dos mais pobres. Desse modo, pode-se identificar uma intertextualidade constitutiva com base na noção de capital humano, onde os sujeitos precisam ser dotados de conhecimento para garantir sua evolução no mercado de trabalho e assim progredirem socialmente.

De acordo com essa ordem discursiva, característica da ideologia neoliberal, a ascensão social se dá por meio da absorção de conhecimento, este cada vez mais atrelado ao uso de tecnologias. Drucker (1969) explica esse fenômeno por meio da economia do conhecimento, conceito utilizado para se referir a aplicação do intelectual como uma espécie de estímulo ao desenvolvimento financeiro. Como debatido ao longo do capítulo dois deste trabalho, trata-se de um efeito dos processos de globalização, onde a economia de produção passa a ser substituída pela economia do serviço, na qual requer que o sujeito seja o próprio recurso capaz de acumular uma fonte de valor.

Tais apontamentos são validados adiante, a partir da afirmação da construção do Centro Vocacional Tecnológico Pilar, realizado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (poder público voltado a políticas educacionais) e o Softex Recife (Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife), que funciona como uma associação de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Como explicado também no capítulo dois, a conduta de operação do Porto Digital está fincada na ideia de hélice tríplice, onde o setor privado passa a ocupar um papel institucional, sendo cada vez mais um agente ativo de transformação social com legitimação do campo político.

Para ocupar esse espaço institucional, o parque tecnológico recorre a tecnologização do discurso, conceito elaborado por Fairclough (2001) para explicar as estratégias discursivas das sociedades modernas que estão em constante busca pelo controle. Por meio dela, o Porto Digital, enquanto um agente social, passa a ocupar um papel de tecnólogo do discurso, tendo em vista que sua economia do conhecimento é elaborada a partir da especialização que seus atores obtêm sobre determinado assunto. Isso implica dizer que ao ser dotado de conhecimento, ele se faz relevante e cada vez mais compreendido por seu público alvo, manipulando assim a percepção que estes têm sobre sua atuação, de modo que se coloque em um papel institucional para atender aos seus interesses capitalistas.

Por fim, no âmbito das práticas sociais, o discurso permanece recorrendo há uma estratégia de legitimação para a valorização das propostas a serem implementadas. Ainda por meio da eufemização, gera uma hiper valorização dos projetos citados, colocando estes como uma espécie de alternativa imediata para sanar problemas voltados ao desemprego e falta de educação de qualidade para o Pilar.

Adiante, o terceiro parágrafo da carta passa a expor sua “preocupação” com a sustentabilidade ambiental. Novamente, recorre-se ao apelo emocional como uma estratégia de aproximação dos problemas sociais e validação de seus interesses

mercadológicos para a ampliação de sua atuação, o que significa dizer ter um maior controle sobre as tomadas de decisões no Bairro do Recife. É escrito o seguinte:

Mais recentemente, o Porto Digital incorporou a **preocupação** com a **sustentabilidade ambiental** e estruturou o ItGreen - Centro de Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos. Trata-se de um núcleo de estudos sobre **boas práticas** de compras, uso e descarte de equipamentos cujo propósito é **disseminar**, junto às empresas do Porto Digital e demais setores produtivos da sociedade, uma **nova consciência de sustentabilidade ambiental**. Com o ItGreen já foram realizadas pesquisas, seminários, exposições e, atualmente - em fase de conclusão - uma cartilha de procedimentos sobre como **melhor lidar com os equipamentos eletrônicos**, em uso ou inservíveis, em prol de uma **gestão ambientalmente mais comprometida**.

Em relação à análise textual, apesar da mudança temática que sai da atuação específica no Pilar e passa a observar questões ambientais, o Porto Digital permanece reforçando seu papel de construtor de uma nova vivência em comunidade, sugerindo assim uma cartilha de boas práticas a ser seguida pelo empresariado. Em uma observação lexical, “sustentabilidade” se refere à qualidade de sustentável, isto é, de preservar algo “mais ou menos constante, ou estável, por longo período” (FERREIRA, 2012), ou seja, vai de encontro ao discurso tecnocêntrico, propagado pelo parque tecnológico, com o objetivo de fomentar constantes transformações na forma como vivemos socialmente.

No texto, é possível pontuar a presença de substantivos, adjetivos e frases nominativas, como “preocupação”, “boas práticas”, “disseminar” e “gestão ambientalmente mais comprometida” que reforçam seu interesse em ocupar um papel para além das atividades financeiras. Todas as palavras citadas têm em comum a presença de uma conotação de renovação positiva no que diz respeito ao desenvolvimento ambiental.

Ao mencionar seu interesse em criar uma “nova consciência de sustentabilidade ambiental” e propor práticas para “melhor lidar” com os equipamentos eletrônicos, o presidente do Porto Digital abre pressuposições quanto à atuação ineficiente da gestão pública e também do próprio empresariado. Pode-se subentender que não há políticas eficazes de fiscalização no setor privado quanto ao descarte de seus lixos eletrônicos, de modo que o parque tecnológico tenha identificado uma necessidade a ser suprida.

No que se refere à prática discursiva, o uso da “preocupação”, novamente, recorre à democratização do discurso, como uma estratégia de aproximação com o leitor para que este também se sinta um agente de transformação social. Ao substituir o adjetivo, o Porto

Digital afirma estar preocupado, como se fosse uma pessoa se comunicando com outra por meio de uma linguagem direta que estimule a empatia. Todavia, não se pode ignorar o fato de que, apesar da carta ser assinada pelo presidente Francisco Saboya, ela representa e tem como finalidade se comunicar com um conglomerado de empresas.

Acerca das práticas sociais, faz necessária uma observação dos contextos relacionados à atuação do capitalismo em ações e políticas de sustentabilidade ambiental. Vale enfatizar que o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista presume o aumento da riqueza e prosperidade social, sem que isso resulte em um aumento de degradação ambiental e injustiças sociais (VIZEU, 2012). Trata-se de uma visão utópica, uma vez que a política do capitalismo tardio é marcada pela depredação da natureza. Fazer a desvinculação dos impactos do mercado em nível ambiental é algo impraticável, como um claro exemplo de tal afirmação, basta observar os últimos desastres naturais registrados no Brasil. Queimadas no Amazonas e rompimento de barragens estão sendo constantemente denunciadas pela sociedade civil, havendo comprovações de que os supostos acidentes têm vinculação com empresas multinacionais como a Vale, Ambev, JBS, entre outras, que atuam com sanção do governo federal.

Desse modo, a suposta preocupação com políticas ambientais, apresentada pelo Porto Digital, faz parte de uma intertextualidade constitutiva que tem como finalidade reduzir os impactos do capitalismo no meio ambiente. Trata-se de uma estratégia de minimização dos danos, que se manifesta pela dissimulação, para ocultar ou negar desastres naturais fomentados pelo próprio mercado financeiro. Nesse caso, o uso da sustentabilidade objetiva a ampliação de lucros a partir da legitimação de uma gestão ambientalmente mais comprometida, sendo essa estabelecida pelo próprio setor privado ao propor políticas justas e dignas de apoio que visem o bem-estar coletivo.

Por fim, no quarto e último parágrafo da carta, o presidente do Porto Digital retoma ao tema central do texto, consolidando a implementação de uma política unificada de Responsabilidade Social Empresarial. É escrito o seguinte:

Com diversas ações em andamento, muitas delas em parceria com várias empresas do nosso ecossistema, era chegada a hora de abordar esse conjunto de ações de forma sistêmica, sob uma política unificada de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital. Para tanto, foi constituído um Comitê de RSE, composto por representantes do NGPD, de empresas embarcadas e coordenado pelo Instituto Ação Empresarial pela Cidadania. O Comitê teve e terá doravante o objetivo de estimular padrões de gestão empresarial fundados em práticas éticas e transparentes na forma de se relacionar com os

diversos públicos envolvidos no ambiente corporativo, **sendo este Manual o seu guia de ação**. Uma vez publicado, o Manual será a base de um **programa de conscientização e preparação das nossas empresas para novas práticas de RSE**. Com isto, ganham as empresas, o ecossistema e a sociedade como um todo.

Diante de toda a narrativa apresentada, é válido ressaltar que a carta configura um discurso capitalista com a finalidade de proporcionar soluções que atendam aos interesses do Porto Digital de expandir sua área de atuação e cada vez mais se consolidar como uma entidade responsável por modificar as práticas sociais do Bairro do Recife. Em termos lexicais, o uso do substantivo “ecossistema” sinaliza a construção de uma nova realidade social dominada pelas empresas de tecnologia, que por sua vez são indiretamente coordenadas pelo parque tecnológico através da persuasão discursiva.

Para legitimar a importância de suas propostas, defende a aplicação de “práticas éticas” e “transparentes”. No entanto, é válido ressaltar que, no sentido figurado, o adjetivo “transparência” representa aquilo que não possui dupla interpretação, ou seja, se apresenta com clareza. Já em um aspecto político, isso significa dizer uma prestação de contas de suas ações, através da utilização de meios de comunicação. Quanto à ética, é responsável por garantir o cumprimento das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

Ou seja, o texto pressupõe que haverá um controle e acompanhamento de todos os projetos e decisões que interfiram no Bairro do Recife, como se a sociedade civil, que está de fora desse ecossistema tecnológico, pudesse monitorar e fiscalizar a sua atuação. Imediatamente identifica-se a violação da própria transparência e ética, tendo em vista que os atores responsáveis pela gestão são empresários cujos interesses capitalistas condizem com a concretização das práticas a serem adotadas. Em resumo, são medidas de autofavorecimento e expansão de capital.

Para persuadir os leitores, a carta se caracteriza por um texto direto e informal, recorrendo a estratégias de manifestação de ideologia, como a legitimação e dissimulação (THOMPSON, 1995). No primeiro caso, por meio da racionalização, almeja validar seu próprio poder a partir da construção de uma necessidade social e de justiça, sendo a política de responsabilidade social empresarial algo digno de apoio e capaz de promover o bem-estar coletivo. No segundo caso, a eufemização se manifesta através da descrição de uma valorização positiva do funcionamento do próprio Porto Digital, com uma extrema necessidade de se posicionar como um agente capaz de modificar a realidade social a partir da sua gestão empresarial.

Assim sendo, pode-se apontar o uso de estratégias, como a democratização e tecnologização do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que atuam em uma ordem do discurso neoliberal, para estimular a institucionalização do setor privado. Seguindo o *modus operandi* do mercado financeiro, o Porto Digital nada mais deseja do que utilizar sua denominação como política pública, ciente da sanção do governo estadual e municipal, para se apropriar de espaços urbanos e assim reconfigurar a vivência de quem reside e frequenta o Bairro do Recife.

Seu plano tem sido cada vez mais realizável tendo em vista que o próprio poder público atua a favor da sua expansão. Não se pode descartar, como mencionado no referencial teórico, que o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) é composto por uma série de atores políticos que representam uma ação partidária cuja ideologia também está fincada nas raízes do neoliberalismo.

4.1.1 Estrutura do Manual de Responsabilidade Social Empresarial

Na sua organização temática, o sumário do documento é dividido nos seguintes tópicos: Carta do Presidente; O que é responsabilidade social empresarial; Por que implantar um projeto de responsabilidade social empresarial na sua empresa; Como ampliar a prática de responsabilidade social empresarial; Entidades parceiras; e Glossário, explicados abaixo.

4.1.1.1 O que é responsabilidade social empresarial

A seção tem como finalidade explicar, dentro dos interesses do Porto Digital, o que significa adotar uma política de responsabilidade social empresarial. Ao longo do texto, apresenta o termo como algo relativamente novo, afirmando que há uma série de ideias e juízos sobre a composição de tal prática.

Adiante, faz questão de destacar que em todas as referências sobre responsabilidade social empresarial há em comum a compreensão de um conjunto de iniciativas com um caráter de voluntariado que prioriza a ética e transparência com todas

as partes envolvidas, sendo elas: acionistas, colaboradores, fornecedores, sociedade e meio ambiente.

Por fim, o documento apresenta o conceito de Política de SER do Porto Digital, onde é escrito o seguinte:

Estimular a adoção de práticas de gestão ética e transparente nas empresas embarcadas no Porto Digital com todos os públicos com os quais elas se relacionam, priorizando linhas de atuação de forma sustentável para o público interno, fornecedor, comunidade e meio ambiente (PORTO DIGITAL, 2011).

4.1.1.2 Porque implantar um projeto de responsabilidade social nas empresas?

O tópico seguinte justifica os motivos pelos quais o parque tecnológico estimula a adoção de práticas sociais, sob a prerrogativa de que a sobrevivência das empresas em um ambiente competitivo exige a visão mais ampla de um negócio a longo prazo. O texto apresenta os seguintes benefícios ao incorporar RSE:

i) fidelização e novos clientes; ii) motivação no ambiente de trabalho; iii) controle e redução; iv) facilidade na obtenção de créditos; v) acesso a novos mercados; vi) desperta interesse em profissionais qualificados.

4.1.1.3 Como ampliar a prática de RSE?

Dedica-se a explicação dos princípios e recomendações para a implementação da RSE, elaborados a partir de pesquisas feitas pelo Instituto Ação Empresarial em parceria com as empresas vinculadas ao Porto Digital. Para a adoção dessa política, pontua-se a necessidade de um planejamento estratégico direcionado para os seguintes grupos: público interno, fornecedor, comunidade, meio ambiente, sociedade e governança. Em cada um deles, o Porto Digital apresenta orientações para o cumprimento dos objetivos apresentados.

4.1.1.4 Entidades parceiras

Consiste na apresentação das organizações públicas e privadas que estão atuando ao lado do Porto Digital. São mencionadas as seguintes entidades: Superintendência de Apoio a pessoas com deficiência (SEAD), órgão vinculado ao Governo do Estado de Pernambuco; Movimentos Trapeiros do Emaús, ONG que atua no recolhimento de reciclagem e capacitação de jovens de favelas por meio de cursos profissionalizantes; Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) que funciona como um projeto do Governo Federal, com gerência da Prefeitura do Recife e do Governo de Pernambuco, com o objetivo de colocar a tecnologia a serviço das regiões periféricas; e Programa Bairro Escola que atua como uma rede de integração de projetos voltados para o desenvolvimento de atividades educacionais extracurriculares.

4.1.1.5 Glossário

Por fim, o último tópico é voltado para a explicação dos conceitos presentes na política de responsabilidade social empresarial, sendo eles: ação social empresarial; associação; balanço social; cidadania, cidadania empresarial; comércio justo; consumo consciente; coleta seletiva; desenvolvimento social; desenvolvimento sustentável; economia solidária; equidade; ética; fundação comunitária; investimento social privado; marketing social; negócios inclusivos; ONG; reciclagem; resíduos de equipamentos eletrônicos; responsabilidade social; sustentabilidade; terceiro setor; voluntariado/voluntariado empresarial.

4.2 Análise dos discursos dos moradores da comunidade do pilar

4.2.1 Sentimento de pertença à comunidade do pilar

Rapaz! Tudo que eu tenho hoje em dia, tudo que eu sou hoje em dia, foi aqui que eu consegui tudo, **graças** a Deus. E outra, viu? Xô falar uma coisa pra você. Não tem no mundo uma comunidade melhor do que a minha, tu acredita? Olhe! Eu me sinto uma pessoa super **abençoada** por morar aqui. E tenho muito **orgulho** da minha comunidade, que apesar

de tudo, entendeu? Tem gente ruim no mundo, mas tem muita gente boa que olha pra gente com os olhos do coração e **Jesus** manda **misericórdia**, viu? Porque rapaz, eu não gosto nem de falar, dor no coração [...] É muito bonito também, né não? Eu tenho muito, eu tenho muito **orgulho**. Não tem comunidade mais bonita do que a minha não. Cê dá um passo daqui pra ali, você vê, menino, ó **Jesus**, tem **misericórdia**! Ó, **artesanato**, tu é doido, é **sinagoga**, tu é doido, menino. Aqui, **Rua da Moeda**? Minha senhora, pare com isso, aqui é o melhor lugar do mundo (ADRIANA, 56 a)

No que diz respeito à análise textual, há uma identificação temática em torno do discurso acima, uma vez que a comunitária deixa claro seu orgulho para com o local no qual reside, sinalizando assim um sentimento de pertença a essa região. Ela ressalta a ideia de comunidade com uma ênfase ufanista: não existir melhor comunidade no mundo. Desse modo, se faz necessário observar, em termos de léxico, as palavras orgulho e elementos diacríticos como artesanato, Sinagoga e Rua do Bom Jesus. É válido pontuar que orgulho representa um tipo de sentimento que pode se manifestar de forma positiva ou negativa. No caso de Adriana (56 a), seu uso tem uma conotação otimista, mediante a exaltação da cultura local, identificada por meio do artesanato, dos museus e ruas históricas, como a Sinagoga e Rua do Bom Jesus.

Há ainda uma observação lexical dos substantivos e adjetivos Jesus, benção, graças e misericórdia, dotados de uma espécie de ideologia religiosa, sendo essa responsável por uma série de discussões sobre a aplicação de ambos os conceitos e suas interpretações. Ampliando esse debate para o âmbito das práticas sociais, Bourdieu (1974, 2004), recorre ao uso do termo campo religioso para explicitar as relações de força e disputa dentro das crenças, pontuando que a religião não se constitui como um bloco monolítico e homogêneo, mas cumpre uma função social e ideológica que se caracteriza pelo conservadorismo, contribuindo para a manutenção da ordem política e social.

Já Gramsci (1891-1937), estuda o papel ideológico da Igreja enquanto uma organização intelectual, intimamente vinculada ao senso comum, ressaltando que “os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre o senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 115). Desse modo, cientes de que o Brasil é um país em sua grande maioria conservador e católico, é possível identificar no discurso de Adriana (56 a), um pressuposto moral, no qual a faz acreditar que tudo que ela tem na vida hoje é uma espécie de presente dividido, promovido por meio de uma causalidade transcendental.

Em termos de prática discursiva, pode-se pensar em uma paradoxal intertextualidade constitutiva do silêncio, uma vez em que a comunitária afirma “não gostar de falar, dói no coração”. Foucault (1996) apresenta a ordem do discurso com a finalidade de definir a maneira como os discursos se inter-relacionam entre si, gerando uma estruturação e ordenação social particular das relações entre as formas de construir sentido. No entanto, Orlandi (2007) explica que o ato de falar se constitui pelo separar e distinguir, vislumbrando e evitando o silêncio, de modo que seja possível gerar um sentido antes mesmo da verbalização de um texto. De acordo com a autora, a linguagem estabiliza o movimento dos sentidos, o que significa dizer que o não falar é dotado de sentidos nos quais ficam resguardados em Adriana (56 a).

O seu ocultamento pode ser identificado como uma intertextualidade constitutiva dos problemas sociais vivenciados ao longo de sua estadia no Pilar. Provavelmente, considerando seu contexto social, há questões relacionadas e violência, drogas, prostituição e demais situações recorrentes em regiões periféricas.

4.2.2 *Experiência de associativismo*

Em se tratando do tema experiência de associativismo, é enunciado o seguinte:

Aqui tem uma Associação que é da **gente**, né? Que a **gente** fez, mas não tem sede, não tem **nada**. É dos que a gente trabalha no Carnaval, né? Naquelas barraquinhas que cês já viu na rua, pela **Prefeitura**, foi a única coisa boa que fez. Quando é Carnaval, São João, essas festa grande, a gente tem a prioridade de **trabalhar** aí, né? A gente paga o chão, a barraca o prefeito dá e a **gente trabalha** aí, né? Quando tem festa, né? Têm os documentos que a gente cuidou tudo no cartório, mas não tem uma sede, não tem. Quando a gente se reúne assim pra fazer reunião, é a gente assim mesmo. Bota as cadeiras em qualquer canto da rua e faz. [...] É só isso mesmo, aqui só tem isso mesmo. Foi essa associação que a gente fez. A gente mesmo da comunidade fez e conseguiu, né? Foi luta também pra conseguir, viu? Não foi fácil não pra gente, que essa comunidade aqui é esquecida, viu? (BÁRBARA, 50 a)

Mas eu acredito que até hoje nós vive aqui por conta nossa, porque **não tem** um, um líder comunitário, **não tem** um um um como é que se chama o Clube das Mães, **não tem** uma Associação de Moradores. Aí pronto, falta é, também, pras crianças e pras adolescentes área de lazer, né? Como uma quadra, essas coisas, né? Que **tem que ter**, né? Todas as favelas por aí, **tem**? Porque aqui **não tem**. **Tem** nem espaço, que **ocuparam tudo** fazendo isso e aquilo outro e cadê? Esqueceram de uma área de lazer? [...] eu vivia pagando hospedaria. Pensão, que

antigamente chamava pensão, que até hoje em dia aquele, aquele Porto Digital ali, já foi pensão, já morei lá (DANIELA, 65 anos).

Em Bárbara (50 a) destacam-se os seguintes léxicos: gente, nada, Prefeitura, trabalho, luta, esquecida. Ao longo de toda a sua fala, ela enfatiza que a única associação existente foi elaborada pelos próprios comunitários, apresentados pelo sinônimo “gente”, alegando que não há nada fornecido pelo poder público. No entanto, adiante, informa que a Prefeitura é responsável pela doação de uma barraca que serve como instrumento de trabalho na venda de produtos durante os eventos realizados no Bairro do Recife Antigo.

Ao afirmar que a comunidade é esquecida e que as poucas conquistas, como uma associação interna, se deram mediante muita luta, a informante reforça um sentimento de abandono por parte dos atores políticos. O verbo “esquecer” está justamente associado à ideia de descuido, falta de atenção e negligência. Já o substantivo “luta” remete a um tipo de atividade com finalidade de sobrevivência, onde é necessário esforço e dedicação, uma espécie de combate sem armas. Ou seja, é possível pressupor que o Pilar vive em confronto com aqueles que o negligenciam, sendo estes atores políticos e sociais, como o setor privado e as organizações públicas.

É importante destacar ainda que a Prefeitura atua como poder público, ou seja, agente provedor de políticas públicas sociais para a população vulnerável. Todavia, a entrevistada pontua que é preciso “pagar o chão” para conseguir trabalhar. Desse modo, é possível apontar alguns pressupostos, como o fato de que a gestão municipal, além de não promover condições de desenvolvimento social para os periféricos, estimula uma ideologia neoliberal de comercialização do próprio espaço urbano.

Conforme explica Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se manifesta a partir da luta por liberdade, enraizada pelo suposto desejo de vivenciar uma democracia, estimulando a violação de regras, instituições e direitos para atender a interesses financeiros. O campo político, por sua vez, cada vez mais se vincula ao empresariado, incentivando práticas trabalhistas que ampliam a pobreza, segregação e exclusão dos sujeitos que não se encaixam nas exigências do mercado. No caso do Pilar, essa discriminação acontece a partir do momento em que os moradores não são integrados nas atividades comerciais do setor de turismo, recebendo apenas uma permissão, concedida a partir de um retorno financeiro, para a realização de comércios temporários. Ou seja, não há interesse em qualificar e capacitar esses sujeitos, uma vez que mantê-los em subdesenvolvimento é uma forma de controle por parte do Estado.

Já o discurso de Daniela (65 a), é marcado pela presença do verbo *ter*, cuja significação está relacionada à posse de algo. Todavia, há um constante uso do advérbio *não* e do substantivo *falta*, levantando o pressuposto de que não há uma gestão voltada para a manutenção e cuidado do Pilar, ao mesmo tempo em que esse espaço vive sob uma sensação de abandono. Assim como em Bárbara (50 a), ela afirma que a sobrevivência dessa população acontece por conta própria, sem o fornecimento de políticas públicas sociais que lhes garantam direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde e lazer.

Daniela (65 a) menciona ainda seu interesse em ver a concretização de algumas organizações que melhorem o dia a dia na comunidade, como um Clube das Mães e Associação de Moradores. Em se tratando do clube das mães, normalmente eles têm como finalidade propor ações para auxiliar na educação de crianças e adolescentes, como uma espécie de grupo de apoio para mulheres que, em sua grande maioria, são solteiras e não recebem suporte paterno. Já a associação de moradores funciona como uma entidade cujo objetivo é garantir a manutenção e cuidado de determinados espaços urbanos. Para isso, conta com a presença de um líder comunitário, não identificado no Pilar, responsável por fazer a mediação com os órgãos públicos a fim de melhorar a infraestrutura da região, mantendo-a o mais segura e organizada possível, garantindo assim uma certa qualidade de vida.

Assim sendo, em ambos os casos, identifica-se a necessidade de uma gestão efetiva no Pilar, que, de acordo com ela, exige que cada cidadão sobreviva por conta própria. Trata-se de uma ideologia neoliberal que estimula o individualismo, indo de encontro a noção que se tem por comunidade, no qual Castells (1999) explica que nascem a partir da intenção de manter *status quo* ou de resistir aos processos dominantes e às fragilidades da globalização.

Em se tratando da região em análise, a permanência se dá justamente por meio da resistência e da necessidade, tendo em vista a condição social dos sujeitos que nela residem. Para esse grupo, não são fornecidas possibilidades de melhorias que garantam um desenvolvimento social, o que justifica seu sentimento de abandono e segregação com relação a outras classes sociais.

Adiante, ao cobrar pela construção de uma quadra para as crianças e adolescentes, alegando que as demais favelas têm áreas de lazer, Daniela (65 a) questiona a presença desse espaço, afirmando que os terrenos em torno do Pilar estão sendo tomados. Em sua colocação “*tem nem espaço, ocuparam tudo*”, há um pressuposto de que o Estado e o empresariado, mediante o domínio e sanção política, estão utilizando de seu poder para

comercializar esses espaços de modo que lhes garantam retorno financeiro, sem dialogar com os moradores dessa região.

Com relação a prática discursiva, há uma intertextualidade constitutiva manifesta nos seguintes enunciados: A) “Foi essa associação que a gente fez. A gente mesmo da comunidade fez e conseguiu, né? Foi luta também pra conseguir, viu? Não foi fácil não pra gente, que essa comunidade aqui é esquecida, viu?” (BÁRBARA, 50 a); B) “Mas eu acredito que até hoje nós vive aqui por conta nossa” (DANIELA, 65 a). Ambas as entrevistadas deixam subentender que a Comunidade do Pilar não é lembrada pelo poder público, de modo que precise se gerenciar sozinha para garantir a sobrevivência nessa região. Isso reforça o pressuposto de que há uma exclusão desses atores sociais na reconfiguração do Bairro do Recife.

Em se tratando da prática social, a ideologia neoliberal configura a “ocupação” como um processo onde pessoas não favorecidas, como os moradores do Pilar, tomam posse de terrenos a partir da invasão dos mesmos, sem uma solicitação de autorização pública. Quanto a isso, há uma ordem do discurso capitalista, que condena esses sujeitos, os colocando em uma posição social de culpa e criminalidade, reforçando cada vez mais a desigualdade entre classes.

Um exemplo no atual contexto brasileiro é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST), criticado pelos conservadores sob o discurso que se trata de ladrões que se apropriam de terrenos públicos. No entanto, é preciso observar essa prática do lado oposto, questionando os motivos pelos quais o Estado tem permissão para vender determinados espaços sem consultar a população civil. Isso se caracteriza por meio de uma relação hegemônica onde o poder político é utilizado em prol de interesses capitalistas. Conforme aponta Gramsci (1971), a hegemonia se apresenta como uma forma de funcionamento do estado ético, onde a construção de uma classe dirigente deve se manter por meio do consentimento das massas. Trata-se de um meio pelo qual os indivíduos são organizados, determinando assim o funcionamento das estruturas sociais.

Fairclough (1999) expõe essa prática como uma espécie de exercício de poder. Ou seja, o Estado pode intervir no espaço urbano, ainda que resulte na exclusão dos sujeitos, mas estes não têm a liberdade de reivindicar para garantir suas moradias. No caso do Pilar, há uma ordem discursiva em torno da política neoliberal do PSDB que reforça a marginalização de determinados grupos para a obtenção do domínio. Em outros termos, quanto mais pobres e menos desenvolvidos socialmente, mais fácil de controlar e manipular, retirando seus direitos e mantendo assim o status quo da sociedade

moderna.

4.2.3 Relação dos moradores do Pilar com o Bairro do Recife

Sobre o tema relação dos moradores do Pilar com o Bairro do Recife, surgem os seguintes enunciados:

Eu frequento muito pouco, muito pouco, eu não gosto muito de tá saindo de casa não. Eu frequento mais quando eu tô **trabalhando**, né? Que a gente tem que ir pra lá, pra frente, pra **trabalhar**. Aí eu sempre tô lá **frequentando**. Mas assim, pra passear, essas coisas, eu num saio muito de casa, não. Não gosto não. [...] É, tem muita gente que mesmo com essa pandemia ainda tá indo lá **trabalhar**, né? Tem muito morador aqui que trabalha com o barco, ali a travessia de barco, vendendo lanche, essas coisas. (BÁRBARA, 50 a).

Não (frequento). Agora só quando tinha né, porque agora, por causa da pandemia não tem mais. Quando tinha evento, né? É, por exemplo, a feirinha que tem aos domingos. Quando tinha o **Dança na Rua**⁷, esses eventos que tinha assim, o **Carnaval**⁸, shows aí no **Marco Zero**⁹, somente assim, é que vamos. Muitos vão **negociar**. **Vender** lanche, **vender** água. Entendeu? É mais pra isso. E reciclar, apanhar latinha, essas coisas. (DANIELA, 65 anos).

Em Bárbara (50 anos), destacam-se os léxicos: frequentar e trabalhar. A comunitária afirma que sua vivência na área do Recife Antigo acontece apenas para fins de comercialização de produtos, onde tira uma renda mínima visando a manutenção de suas despesas pessoais e familiares. O verbo intransitivo “trabalhar” se manifesta para sinalizar um tipo de atividade cujo objetivo é o mesmo, garantir um retorno financeiro. No seu caso, o trabalho se caracteriza por meio da informalidade, não lhe assegurando direitos dentro da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁰.

⁷ Projeto cultural realizado no Bairro do Recife com a realização de shows de artistas locais para a valorização da cultura pernambucana.

⁸ Carnaval é uma festa do cristianismo ocidental que ocorre antes da estação litúrgica da Quaresma. No Recife, é considerado um dos principais eventos da cidade, sendo uma referência mundial por causa do ritmo musical Frevo.

⁹ Ponto turístico localizado no Bairro do Recife, conhecido por se encontrar no quilômetro zero das estradas de Pernambuco.

¹⁰ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma lei nacional com a finalidade de garantir o direito do trabalho e o direito processual do trabalho.

O mesmo discurso se repete em Daniela (65 anos), destacando os seguintes léxicos: negociar e vender. Apesar da diferenciação no uso das palavras, todas remetem à necessidade de tentar conseguir um valor mínimo de renda, diante da ausência de empregabilidade para esses sujeitos.

Quanto a isso, é válido destacar que a atuação de prestadores de serviço informais se enquadra na atmosfera do neoliberalismo, mediante a propagação da suposta “liberdade” pela escolha profissional. Desse modo, há a pressuposição de que por falta de oportunidades empregatícias, vinculadas à capacitação e qualificação educacional, os moradores do Pilar são obrigados a recorrer ao comércio informal como estratégia de sobrevivência.

Existe também o pressuposto de que, apesar de ser um dos maiores cartões postais da cidade, o Bairro do Recife não representa lazer para quem reside no Pilar. Conforme apontam Bárbara e Daniela, os moradores costumam frequentar essa região em busca de um sustento, fazendo parte da cadeia produtiva local que garante a rotatividade financeira do turismo. Desse modo, ainda se pressupõe que a Secretaria de Turismo da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco negligenciam a atuação desses comerciantes, barqueiros¹¹ e demais prestadores de serviço, mesmo que estes contribuam para o desenvolvimento municipal.

No que diz respeito à prática discursiva, há uma intertextualidade constitutiva, tendo em vista que as entrevistadas afirmam não frequentar a região do Recife Antigo, exceto para trabalho. Seus discursos representam não apenas a realidade individual de cada uma delas, mas dos demais moradores do Pilar que também usam da região como uma forma de garantir renda. Portanto, a propaganda neoliberal de suposta liberdade profissional está atrelada a uma ordem discursiva que objetiva reduzir os custos do empresariado e aumentar o desmonte dos aludidos direitos trabalhistas, estimulando o poder e lucro por parte do setor privado.

Por fim, em relação à prática social, identifica-se a ideologia de incentivo ao capital humano, onde os sujeitos não dotados de conhecimento são desvalorizados no mercado de trabalho, uma vez que não atendem às exigências curriculares propostas pelo processo de globalização. Conforme explica Shuchltz (1973), trata-se de um modelo econômico onde o indivíduo tem seu intelectual convertido em renda, sendo a educação

¹¹ Cidadãos que trabalham na operação de pequenas embarcações aquáticas, que fazem a travessia dos rios que circundam o Recife.

um processo crucial para garantir o desenvolvimento social. Todavia, é necessário enfatizar que as políticas públicas de ensino no Brasil estão sendo cada vez mais reduzidas, não permitindo assim a inserção dos periféricos em universidades e consequentemente nas empresas.

Diante desse contexto, é possível apontarmos para um ciclo de manutenção do poder, consolidado por meio de uma relação hegemônica que objetiva manter a divisão de classes. Como resultado de tal prática social, há a segregação entre os sujeitos, manifestada através das hierarquias sociais, sendo os moradores do Pilar responsáveis por servir aos grupos favorecidos, representados pelos turistas. Fairclough (2001) explica que a hegemonia também funciona através de ordens discursivas capitaneadas pelos grupos sociais detentores do poder econômico e político, reproduzindo estruturas sociais caracterizadas pelas desigualdades nas condições de vida e de trabalho.

4.2.4 Projeto de revitalização do Recife Antigo

Com relação ao projeto de revitalização do Bairro do Recife, realizado pela Prefeitura do Recife em parceria com o Porto Digital, os comunitários do Pilar demonstram desacreditar de tais propostas. Bárbara (50 a) e Marlene (54 a) afirmam que as supostas melhorias não passam de promessas não cumpridas pelos atores políticos. É falado o seguinte:

Pra renovar aqui (o Recife Antigo)? Minha filha, essa **promessa** já é muito **antiga**. Ó, eu acho que eu tinha uns vinte anos quando veio a primeira. Fizeram a **maquete** tudo direitinho, que se isso aqui já tivesse pronto, era coisa mais linda [...] E isso aqui já era pra tá pronto, né? Muito tempo, né? Bonito, porque não vai ficar bonito as coisas aí. Tão fazendo a praça ali, uma praça ali, né? E aqui, **a gente** esquecido, né? Muito **rato**, muito **escorpião**, muita coisa, muita coisa ruim, né? E aí muitos anos que **a gente** vive nessa **situação**. Se você puxar a reportagem aí, você vai ver que há muitos anos que a gente vive (BÁRBARA, 50 a).

Pesquisadora: A senhora já ouviu falar no Projeto de Revitalização Urbana do Bairro do Recife?

Não. Não. Vi não, nunca vi não. [...] Não **conheço** nenhuma porque isso já era pra ter sido feito há muito tempo e a gente não vê nada. [...] **Não**, ninguém vem conversar nada, ó. Por isso, mesmo um dia desse a gente **invadiu**¹², num instante, **eles** chegaram pra tirar todo mundo de

¹² O processo de invasão consiste na ocupação de determinado território abandonado pelos órgãos públicos. No caso da Comunidade do Pilar, acontece nos espaços que seriam destinados à

novo [...] A gente **não** tem condição de tá pagando quinhentos reais. Aí a gente está pagando porque é o jeito mesmo [...] Diz que vai fazer, vai fazer, vai lá, a obra vai continuar e ninguém vê nada (MARLENE, 54 a).

No discurso de Bárbara (50 a) se destacam os léxicos renovar, promessa, maquete, gente, esquecimento, rato, escorpião e situação. Sua fala se inicia a partir de uma negativa quanto à realização de reformas no Pilar, manifesta por meio do verbo transitivo renovar, cujo significado está associado a alterar algo para transformar em novo, fazer com que fique melhor que o atual. Adiante, ela usa o substantivo feminino promessa sinalizando um compromisso não feito pelo poder político. Já o substantivo gente tem como finalidade representar os demais comunitários que também aguardam a revitalização. Por sua vez, os outros léxicos esquecimento, rato e escorpião, reforçam o sentimento de abandono e descaso para com esse grupo.

Em Marlene (54 a) a ideia de exclusão também se faz presente a partir do uso dos léxicos “não”, “não conhecer” e “não conversar”. A comunitária deixa claro que não foi apresentada nenhuma proposta de melhoria para a sua moradia, alegando ainda que não acredita nessas promessas, tendo em vista que se trata de algo anunciado há anos pelo poder público. Como visto no capítulo dois deste trabalho, de fato já foram elaborados mais de um projeto para a revitalização do Bairro do Recife, incluindo a Comunidade do Pilar. Desde a década de 90, a população aguarda pela suposta renovação dos conjuntos habitacionais que atualmente ainda se encontram em situação de decadência e abandono.

Há um consenso no discurso de ambas as moradoras que falta assistência dos órgãos públicos. Por sua vez, Marlene (54 a) enuncia diante do vácuo, os comunitários costumam invadir espaços “abandonados” que supostamente seriam utilizados para a construção dos novos conjuntos habitacionais. Ao usar a expressão “a gente invadiu”, é possível observarmos uma ordem do discurso de resistência que tem como resposta a repressão manifesta por meio do “eles chegaram pra tirar todo mundo de novo”.

Assim sendo, nos enunciados das entrevistadas, é possível pressupor que não há diálogo, mas sim uma constante coibição com relação aos direitos habitacionais dos moradores do Pilar. Além disso, presume-se também que apesar dos órgãos políticos estarem anunciando propostas de melhoria para o Bairro do Recife, ainda que o Pilar se

construção dos conjuntos habitacionais populares que não foram concluídos pela Prefeitura Municipal do Recife.

localize nessa região, ele não está incluso no projeto. A população sente-se excluída das políticas públicas urbanas que estão sendo coordenadas em parceria com o Porto Digital.

No que diz respeito à prática discursiva, pode-se pontuar uma intertextualidade manifesta, caracterizada por uma ordem do discurso fundamentada em promessas não concluídas. As comunitárias deixam claro que há uma sensação de descrença quanto ao papel e comprometimento da Prefeitura do Recife, apesar de não a mencionar em seu discurso. Ao usar o pronome “eles”, tendo em vista as relações de poder presentes no contexto social do Pilar, subentende-se que estão se referindo ao poder público, uma vez em que constitucionalmente seria o responsável por garantir políticas públicas capazes de proporcionar uma melhoria de vida para os grupos vulneráveis.

Há ainda uma intertextualidade manifesta dado que Bárbara (50 a), em relação as reformas, afirma “já era pra tá pronto”, do mesmo modo que Marlene (54 a) ao enunciar que “já era pra ter sido feito”. As duas entrevistadas explicitam que há um atraso no cumprimento de tais promessas, o que as fazem não acreditar na realização do projeto de revitalização que vem sendo anunciado pelos políticos.

Por fim, no que diz respeito às práticas sociais, se faz necessária a observação desse cenário a partir da ideia de gentrificação. Há a presença de uma ideologia política e empresarial na qual tem como objetivo garantir a manutenção de espaços públicos para o acúmulo de capital e poder. Todavia, isso resulta na segregação entre as classes sociais, mediante a exclusão dos grupos tidos como mais pobres e menos desenvolvidos. Confirma explica Bidou–Zachariasen (2006), nesse movimento, a classe média não tem o interesse de se unir aos pobres, ocupando seus espaços sob a justificativa do desenvolvimento social e revitalização. Para isso, faz o uso de uma ordem discursiva composta por falsas promessas de modo que justifique e crie uma legitimação do seu abuso de poder para a tomada territorial.

Fairclough (2001) explica a relação entre hegemonia e discurso, onde dentro de um processo discursivo há textos que dialogam entre si a partir da influência de quem tem o maior poder. Ou seja, “os mais ricos”, representados nesse caso pelo Governo Estadual e Municipal em parceria com o Porto Digital, elaboram um discurso com base em seus interesses econômicos, garantindo que essa lógica de reprodução social, seja considerada “natural” e se perpetue historicamente, transformando-se em uma espécie de senso comum que legitime e sustente suas relações de dominação.

Assim sendo, o Pilar é manipulado ideologicamente para desenvolver uma crença de que o parque tecnológico se “preocupa” com sua realidade, tendo em vista a concessão

de cestas básicas. Ao mesmo tempo em que critica o poder público pela realização de práticas de exclusão realizadas em parceria com o NGPD.

4.2.5 A percepção da invisibilidade social: o medo de ser expulso do bairro

Há uma percepção das entrevistadas de que uma ação em desenvolvimento para requalificar o Bairro do Recife está acontecendo sem a inclusão da Comunidade do Pilar. Elas verbalizam terem receio de serem expulsas de suas residências, acreditando que a proposta de revitalização dessa região não tem como finalidade favorecer os respectivos comunitários. Quanto a isso, é dito o seguinte:

Eu tô vendo a hora de chegar esses, esses, **empresário** aí, querer **tirar a gente** daqui, né? É o que eu tô vendo, é isso. Porque aí vai ser o **shopping**, disseram que vai ser o **shopping**. E um, um **shopping** e um **hotel**, não sei o que é. Aí o Pilar, que era a Fábrica do Pilar, diz que comprou também, diz que vai ser uma faculdade. Aí tu acha que eles vão **querer** a gente aqui nesse meio? Acho que não [...] Eu acho, eu acho que isso aqui, esse **bairro** aqui, é um **bairro muito bom**, né? Só tem mais o que? De **pobre** só tem a gente aqui no meio, né? Aí tipo, eu acho que eles podem querer tirar a gente, né? daqui, pra ficar com a área toda, né? (BÁRBARA, 50 a).

Geralmente, o Pilar não existe pra **eles**. É, nunca vi **eles** chegar aqui, só quando é, como é o nome desse negócio de **eleição**. Aí a história é outra, né? Mas passou a **eleição**, é o bairro do **esquecimento**. Quase ninguém sabe que **existe** essa comunidade não, moça. [...] Pra ajudar nós, **pobre**, não tem dinheiro não. Mas pra fazer a conversa morna pra boi dormir, né? É. [...] Tem dinheiro pra ver nós não, mas pode ir ali. Veja só, menino, veja só. Tão fazendo ali um, vão fazer um shopping ali, bem ali, na Rua do Moinho, até lá, na caverna (terreno abandonado). Todo mundo, óia aí, mas a gente tá aqui, rapaz, é uma **benção**. Sim, mas botaram algumas pessoas daqui pra trabalhar lá. O que foi bom foi isso, eles usavam moradores daqui pra trabalhar ali. E tem outras pessoas que também tá trabalhando ali naquela obra do Moinho. Um **shopping**. Aqui também vai ser outro. Aí, ó. É, parece que vai ser um **hotel** ou é um shopping viu? Eu sei que eles vão botar pra quebrar. Mas, minha senhora, e a gente, minha senhora? E a gente, minha senhora? Pelo amor de Deus. Eles vê todo mundo? Bota uma coisa boa aqui pra gente, né? Mas eu acho que quando vier esse negócio desse shopping vai melhorar? Não vai, não, bença? Eles vão botar nos pra ir **simbora**, **minha filha**. Cê tá pensando que nós vai ficar aqui, é? Eu, ói, veja que dia é hoje, veja que data é hoje. E a senhora ainda vai ver eles aqui **cavernando** pra tirar nós daqui, porque aqui é um, o quê? A senhora não sabe não, né? Vou dizer agora, aqui vai ser um bairro nobre. Veja, vão fazer o **shopping**, olha, presta atenção, é um **shopping** e um **hotel**,

entendeu? O **hotel** vai ficar ligado com o Porto do Recife, que é pra eles, sabe? Já saí do hotel virado pro Porto, pra não passar na comunidade, porque a comunidade não existe. E agora? Diga. E o shopping, a pista é pra lá, viu? Né pro lado de cá, não, por causa que não pode, pra ninguém ver a favela. Oxe, tá entendendo? Pra todos os efeitos nós tá **excluído** da sociedade. Desculpa aí, mas a real é essa, viu? Eu só gosto de **mentira** quando eu conto. Eu tô mentindo que eu tô dizendo? Se eles vão fazer tudo isso. Eles vão deixar nós? Mas vai não, minha filha, viu? Mas não vai mesmo, viu? Eu hei de ver. (ADRIANA, 56 a).

No discurso de Bárbara (50 a), destacam-se os léxicos “empresários”, “tirar” “gente”, “daqui”, “shopping”, “hotel”, “comprou”, “bairro”, “bom” e “pobre”. Os vocábulos denotam a percepção da invisibilidade social do grupo definido como “a gente”. Existem um projeto em andamento de construção de novos espaços sociais que não dialogam com a realidade social da Comunidade do Pilar. Os comunitários não se sentem pertencentes a essa reconfiguração do Bairro do Recife e manifestam isso em seus discursos.

O uso do substantivo “empresário” é uma representação de uma classe favorecida, cuja atividade está embasada na exploração de determinada região ou grupo para garantir capital financeiro. Adiante, a aplicação dos termos “shopping” e “hotel” caracterizam a empreitada de uma nova vivência urbana na qual o público alvo é composto por grupos favorecidos que devem contribuir para o giro de capital.

Para explicitar como vem sendo feita a reforma, Bárbara (50 a) alega que os empresários compraram a antiga Fábrica do Pilar, implantada no Bairro do Recife em 1875. Isso implica dizer que há uma tomada de posse dos espaços urbanos que até então eram destinados para os moradores do Pilar. É válido ressaltar que diversos comunitários trabalhavam na citada indústria antes do fechamento de suas portas, nos anos 2000. Após anos abandonado, o prédio foi comercializado pelo poder público, integrando-se hoje nessa ideia de revitalização caracterizada pela higienização desse território. Por fim, a entrevistada avalia que o Bairro do Recife é um “bairro bom”, havendo no enunciado de Bárbara (50 a) que sendo a população pobre, ela não é suficientemente boa para permanecer residindo no bairro de acordo com a perspectiva dos “ricos”.

No âmbito da prática discursiva, há a identificação de uma intertextualidade constitutiva que se fundamenta na ideia de segregação e expulsão dos moradores periféricos de determinados espaços urbanos, que serão utilizados para o desenvolvimento econômico de grupos específicos. Trata-se da ordem discursiva da gentrificação.

Ainda que o projeto de revitalização do Bairro do Recife seja algo publicamente divulgado, com o apoio de instituições como a imprensa local, é possível interpretarmos, mais uma vez, a utilização do discurso como uma forma hegemônica para a manutenção do poder. Além disso, a fiscalização dos discursos é gerenciada pelo próprio poder público que objetiva atender aos seus interesses em parceria com o empresariado.

Com relação à prática social, cientes de que o Porto Digital, a Prefeitura do Recife e demais órgãos do poder público estão atuando em conjunto, por meio do modelo da hélice tríplice, o discurso em torno da revitalização do Bairro do Recife legaliza um processo de ocupação urbana nessa região. A partir dos objetivos econômicos dos grupos de poder, compostos por políticos, intelectuais e empresários, estimula-se cada vez mais a elitização do centro da cidade, resultando na segregação dos sujeitos com base em seu status financeiro.

É válido enfatizar que, conforme explica Etzkowitz (2009), a hélice tríplice se desenvolve justamente com o interesse de fomentar a inovação dentro das sociedades. Esse processo, no entanto, é fundamentado com base no conhecimento, o que significa dizer que aqueles que não estão incluídos em políticas públicas educacionais não poderão ser beneficiados dentro dessa nova configuração social. Ou seja, trata-se de um movimento cuja ideologia neoliberal estimula a institucionalização do setor privado e sua vinculação aos órgãos públicos de modo que ambos atuem paralelamente em busca do acúmulo financeiro por meio do capital humano.

Já no discurso de Adriana (56 a), são repetidos alguns dos termos utilizados por Bárbara (50 a), localizados em um mesmo espaço de significado. No entanto, é pertinente ainda a observação da escolha de palavras como, “eles”, “eleição”, “esquecimento”, “benção”, “simbora”, “carvernando”, “excluído” e “mentira”. Ao recorrer ao uso do “eles”, a entrevistada, indiretamente, objetiva demarcar os atores sociais responsáveis pela percepção da invisibilidade social e segregação dos moradores do Pilar. A partir da menção ao período eleitoral, seu discurso deixa subentender que ela está se referindo aos políticos municipais e estaduais, levantando o pressuposto de que o diálogo com os mais pobres ocorre apenas com a finalidade de garantir votos que consolidam a ocupação de um cargo político, ou seja, a manipulação e manutenção do poder.

Adiante, a comunitária enfatiza que o local onde reside é tratado como o “bairro do esquecimento”, o que reforça ainda mais a ideia de que o poder público não dialoga com esse grupo e que suas promessas não passam de uma estratégia discursiva para garantir a permanência política. Na sequência, menciona que esses sujeitos (detentores

do poder) estão “cavernando” para tirá-los de seu espaço, como uma espécie de vigília para dar o bote e expulsá-los sem que eles possam reagir para garantir permanência. É válido observar a existência das expressões “excluído” e “mentira” que compõem essa ordem discursiva motivada pelo abandono e utilização da vulnerabilidade para atingir objetivos políticos e econômicos.

Em se tratando da prática discursiva, há uma intertextualidade manifesta, na qual Bárbara (50 a) enuncia: “eu acho que eles podem querer tirar a gente” e Adriana (56 a): “ele vão botar nós pra ir simhora”. No primeiro discurso, “eles” tem o poder e no segundo parece ser uma afirmação categórica. O tema da expulsão está presente em ambos.

Por fim, no que diz respeito às práticas sociais, ao mencionar a tomada dos prédios e ruas do Pilar para a construção de novos empreendimentos imobiliários, Adriana (56 a) afirma que há um ponto benéfico nesse processo, sob a justificativa de que alguns moradores estão sendo convocados para o trabalho. Quanto a isso, se faz necessária a observação da utilização de uma mão de obra barata. Pressupõe-se que esse grupo atue informalmente, sem vinculação ao regime CLT, o que significa não ter um salário mínimo ou direitos trabalhistas.

Trata-se do uso da vulnerabilidade para ganho próprio, uma estratégia cuja ideologia capitalista tem como finalidade apenas a obtenção do lucro para grupos específicos. Ao mesmo tempo em que os sujeitos do Pilar não são integrados na nova configuração do Recife Antigo, estão sendo utilizados para garantir a qualidade de vida da classe média/alta que passará a fazer usufruto da região.

Harvey (2004) explica que o capitalismo se fundamenta pela necessidade de uma produção contínua que gere mais-valia (lucro), o que significa dizer que há uma eterna busca pela manutenção e estímulo ao trabalho de modo que justifique os processos de urbanização. Em outras palavras, quanto mais trabalho tiver uma determinada região, maior será seu ganho financeiro e conseqüentemente seu desenvolvimento que, por sua vez, é retroalimentado a partir da exploração do mercado.

Todavia, é válido ressaltar o seguinte: para haver esse progresso põe-se em prática ações que estimulem a higienização e gentrificação dos espaços urbanos. Conforme explica Abramo (2009), a requalificação de determinadas regiões acontece por meio de uma lógica na qual a coordenação da sociedade é determinada justamente pelo mercado e pela riqueza social. Isso implica dizer que o acesso urbano exige dos sujeitos o acúmulo de capital, resultado na exclusão e subutilização daqueles que não puderem atuar como

um agente ativo que fomenta a distribuição da riqueza.

4.2.6 Conhecimento sobre as políticas públicas do Porto Digital: a prática de assistência social

A respeito do funcionamento do Porto Digital, as entrevistadas sinalizam não ter compreensão sobre a respectiva função econômica e social, porém se sentem agradecidas pela doação de alimentos. É dito o seguinte:

Eu só sei dizer que é um que **ajuda** aqui, né? A gente com **feira**. Eu acho que é eles que dá essa **feira** ali, né? Mas assim, sobre o **negócio** do que eles faz, deixa de fazer, eu não sei dizer não. Não entendo não [...] Teve uma vez que eu vi um, a, um menino aí, uns adolescentes, né? Dizendo que devia fazer uns **curso** no Porto Digital, né? Mas ainda num procurei saber, me aprofundar, eu só vi um comentário aí que eles iam fazer o curso, né? Que eles fazia curso lá no Porto Digital. [...] É, que eu saiba assim não, só a feira mesmo, né? Essa feira que eu sei e o **cartão** também. Teve um mês que ele deu o cartão, né? Em dinheiro, cem reais pra ele comprar carne. Eu só tenho **conhecimento** dessa aí, dessas coisas aí [...] Se eles já fizeram alguma coisa? Pra mim mesmo? Hum, pra mim não fez não. A não ser essa cesta básica, né? Que também é um agradecimento, né? Mas assim pra comunidade, eu não sei não, viu? Não sei esses cursos que eu já ouvi falar que os meninos fizeram, mas outra coisa assim, boa mesmo? Tenho conhecimento não. (BÁRBARA, 50 anos).

O Porto Digital, eu **não conheço** nada, que é **tecnologia** né? Eu ainda não tenho um **telefone** desses porque eu não sei mexer [...] Eu nem compro, porque eu não sei, eu digo, não vou mexer mais não, que eu comprar, vou perder o dinheiro. [...] É, é, é a **ação social**, sempre sempre ela dá uma **feirinha** a nós. [...] A gente foi **chamada** pelo Porto Digital uma vez, foi pra dar nome, tudo já pra eles organizar esse negócio da feira e um um **cartão** que eles deram com uma importância de cem reais pra comprar carne, mas depois parou, o cartão parou, tendeu? Mas a feira sempre vem (DANIELA, 65 anos).

Rapaz, ne os **cursos** que eles fazem? [...] Ele são as pessoas maravilhosas, sabe? Ajuda a comunidade, tem como é esse negócio de **ação social**, né? Ação social, que ajuda as pessoas né? Tem esses cursos que eles deu pa pas pessoas mais humilde que né todo mundo que quer. Não tinha a escola, não tinha colégio, não tinha posto médico, não tinha nada, tá entendendo? É um mar, aqui sempre foi um **mar de esquecimento**. A gente dá **graças** a **Deus**, ao **Porto Digital** e ao **padre**, que tá ajudando nós aqui. E a Igreja Aponte, que chegou aqui agora a pouco, entendeu? [...] Eu não tenho ninguém, abaixo de **Deus**, só **Deus** e o **Porto Digital** e o **padre**. Graças a Deus e ao meu **Bolsa Família**, que é oitenta, oitenta e nove conto [...] Quando eles (Porto Digital) chegam aqui, eles vêm aqui, faz entrevista com a gente, vê o que que a gente precisa, entendeu? Dá uma força a gente, às vezes vai, oferece

cursos, entendeu? Essas coisas todas. Tudo ajuda a gente, os menino estudando lá também [...] tem gente também que **trabalha** lá, gente, daqui que **trabalha** lá, tá entendendo? Eu não sei com o que, deve ser limpeza, essas coisa toda aí, como é? vigia também, né? [...] A gente vai lá, de vez em quando, pegar uma **feira**. Entendeu? (ADRIANA, 56 a).

Não me pergunte que eu não sei [...] **Conheço nada** lá não, não vou lá não [...] No que eu me lembro o Porto Digital deu foi um **cartão**, tá ali pra gente comprar a **carne** pra, até hoje, tá aí de **parado**. Utilizamos ainda acho que uns três meses. Pararam. Aí, pediu pra gente procurar, pra gente achar, a gente achou os **cartão**, pronto, tá ali **parado**. (MARLENE, 54 a)

Na fala de Bárbara (50 a) destacam-se os léxicos “nada”, “ajuda”, “acho”, “feira”, “negócio”, “cursos”, “cartão” e “conhecimento”. Quanto ao uso do substantivo nada, refere-se a algo que não existe ou não se tem conhecimento sobre. A comunitária sinaliza não compreender as atividades desenvolvidas pelo Porto Digital, apesar de ele ser considerado um dos principais parques tecnológicos do Brasil, publicizado como o Vale do Silício nacional.

Adiante, por meio da forma intransitiva do verbo achar, ela imagina ser uma das instituições que vêm doando cestas básicas para o Pilar. Apesar de ser uma das beneficiárias, através de seu discurso é possível pressupor que os comunitários não dialogam diretamente com os gestores do Porto Digital. Desse modo, identifica-se alguns questionamentos: Quem vem fazendo a entrega dessas cestas básicas? O Porto Digital tem um intermediário no repasse dos alimentos? Como funciona a triagem dos beneficiários?

Na sequência, Bárbara (50 a) deixa claro que, no que diz respeito ao negócio do Porto Digital, não sabe nada do que é feito. O substantivo “negócio”, no seu sentido literal, remete a um empreendimento com fins lucrativos. Ela informa ainda que há um breve conhecimento sobre a realização de cursos, alegando ouvir comentários de alguns adolescentes locais que supostamente teriam participado de ações educativas promovidas pelo centro de tecnologia, porém admite não ter interesse no assunto de modo que não procurou saber mais a respeito.

A partir do enunciado, é possível pressupor que os moradores do Pilar não têm dimensão do poder e relevância, política e social, que o Porto Digital desempenha no Bairro do Recife. O sentimento de abandono e exclusão, manifesto ao longo das entrevistas, nos permite questionamentos e reflexões quanto aos interesses do empresariado nesse processo de reconfiguração urbana, que aparentemente não inclui a população vulnerável que ali reside.

Em Daniela (65 a), destacam-se os seguintes léxicos: “não conheço”, “tecnologia”, “telefone”, “ação social”, “chamado”, “feirinha” e “cartão”. Sua percepção inicial sobre o Porto Digital está associada a um discurso tecnocêntrico, acreditando que se trata de um empreendimento voltado exclusivamente para a utilização de ferramentas digitais. Quanto a aplicação do substantivo tecnologia, tem como finalidade representar a ciência que estuda os métodos e a evolução num âmbito industrial. Trata-se de um conceito com diferentes conotações e formas de interpretação, mas todos têm em comum a ligação com o desenvolvimento e o progresso da sociedade (VERASZTO, 2009).

Para legitimar a ausência de seu conhecimento, Daniela (65 a), afirma não ter um aparelho telefônico, alegando que, por não saber mexer, tal aquisição seria perda de dinheiro. No entanto, é válido observar que diferentemente da percepção da comunitária, os discursos em torno do uso de aparelhos eletrônicos, em sua grande maioria, são compostos por uma ordem discursiva capitalista, garantindo um acúmulo de renda. Trata-se de um mercado e de nova vivência social cada vez mais institucionalizada a partir do fortalecimento de uma cultura tecnocêntrica ao nível global.

Assim como Bárbara (50 a), Daniela (65 a) não tem conhecimento sobre as atividades do Porto Digital, mas também é contemplada com uma feira e um cartão utilizado para a aquisição de alimentos. Desse modo, é possível pressupor que a comunicação do parque tecnológico, com relação ao seu papel enquanto política pública e empresarial, não inclui como receptor os moradores do Pilar, tendo em vista que eles ficam sem entender quais são os serviços ofertados, qual a dimensão econômica com lucro em torno de R\$ 3 bilhões ao ano e qual o seu papel social mediante a sanção do poder público. Além disso, não percebe a estratégia da parceria pública/privada, que vem interferindo em suas vidas, de modo que acreditam que apenas os políticos são responsáveis pelas práticas de invisibilidade social.

Adiante, em se tratando ainda da análise textual, no discurso de Adriana (56 a), se faz necessária a observação dos léxicos “cursos”, “ajudam”, “ação social”, “mar de esquecimento”, “agradecimento”, “Deus”, “Porto Digital”, “Padre”, “Bolsa Família”, “trabalho”, “estudando” e “feira”. Em seu enunciado, a comunitária demonstra um sentimento de gratidão para com o Porto Digital, afirmando que são realizadas ações sociais, como doações de feira e realização de cursos, que ajudam a melhorar a vida da população.

É possível perceber que a entrevistada reproduz a ordem discursiva do Porto Digital, no qual o põe como um provedor das respectivas ações sociais que objetivam

melhorar a qualidade de vida da população local. No entanto, é válido mencionar que Adriana (56 a) se posiciona diretamente como uma das moradoras beneficiadas pelo parque tecnológico.

Ao falar sobre cursos e empregabilidade, ela apresenta as propostas recorrendo ao uso de termos indeterminados como “ajuda as pessoas”, “pessoas mais humildes”, “dá uma força”, “os menino”, “gente que trabalha lá”. Desse modo, é possível pressupor que, exceto com a concessão da feira, Adriana (56 a) não conhece de fato sujeitos que estejam sendo contemplados pelas iniciativas do Porto Digital. No entanto, tendo em vista a doação de alimentos, sente-se grata pois de alguma forma acredita está sendo acolhida pelos empresários.

Por fim, em Marlene (54 a), evidencia-se os léxicos “não sei”, “conheço nada”, “deu”, “cartão”, “carne” e “parado”. Em seu discurso, a moradora sinaliza que o parque tecnológico não faz parte da realidade da população local, exceto para a doação de alimentos que, por sua vez, não acontecem de forma recorrente. Em vista disso, assim como nas entrevistas anteriores, pressupõe-se que o propósito do Porto Digital de se instaurar como um dos principais alicerces da economia pernambucana tem a finalidade de beneficiar um seletivo grupo, composto por atores da esfera política e empresarial, que atua em prol da permanência no poder e acúmulo de capital.

No que diz respeito à prática discursiva, há uma intertextualidade manifesta, expressa através dos seguintes enunciados. A) Bárbara (50 a): “Se eles já fizeram alguma coisa? Pra mim mesmo? Hum, pra mim não fez não. A não ser essa cesta básica, né? Que também é um agradecimento, né? Mas assim pra comunidade, eu não sei não, viu?”. B) Daniela (65 a): “É, é, é a ação social, sempre, sempre ela dá uma feirinha a nós”. C) Adriana (56 a): “Ele são as pessoas maravilhosas, sabe? Ajuda a comunidade, tem como é esse negócio de ação social, né? Ação social, que ajuda as pessoas né?”. D) Marlene (54 a): “No que eu me lembro o Porto Digital deu foi um cartão, tá ali pra gente comprar a carne pra, até hoje, tá aí de parado”.

Pode-se observar a recorrência do conceito de ação social que se mostra polissêmico, remetendo ao significado de cursos, oferta de empregos, mas, principalmente, feirinha, cesta básica e cartão de compra. Trata-se, portanto, de uma prática social de assistencialismo, tendo em vista que o parque tecnológico objetiva garantir o silenciamento desse grupo para se manter como agente ativo de transformação urbana, garantindo a manutenção de seu poder.

Já no âmbito das práticas sociais, mais uma vez se identifica a presença de uma ideologia neoliberal que apresenta a prática do assistencialismo como um aliado político anteriormente e historicamente agregado aos setores dominantes da sociedade. Conforme pontua Boschi (1984), ao propor uma prática assistencialista, espera-se neutralizar um possível sinal de ameaça à ordem vigente. Ou seja, por meio das doações, o parque tecnológico objetiva garantir uma relação amena com a população, sem que essa o encare como um inimigo digno do confronto. Trata-se de uma forma de garantir sua expansão territorial, silenciando esses sujeitos a partir da suspensão temporária de sua fome.

Quanto a isso, é válido relatar que, ao longo da execução das entrevistas, todas as participantes enfatizaram que não há nada mais doloroso do que a fome. Desse modo, ao fornecer alimento para um grupo que se encontra em situação vulnerável, o Porto Digital põe em prática sua estratégia de manutenção do controle, por meio de uma relação hegemônica, que tem como finalidade manter a diferenciação e segregação entre os sujeitos.

Por fim, para encerrar o presente item de análise, é válido ressaltar que, além da compreensão sobre o que é o Porto Digital, as comunitárias foram questionadas se tinham conhecimento sobre o Centro Vocacional Tecnológico do Pilar e o Programa Bairro e Escola. Ambas as propostas estão citadas no Manual de Responsabilidade Social Empresarial do Porto Digital, onde o presidente da instituição alega se tratar de ações já institucionalizadas e de sucesso. Todavia, as quatro moradoras responderam “não”, pressupondo que as propostas não foram concretizadas, uma vez que nunca ouviram falar sobre.

Em se tratando de uma comunidade pequena, com cerca de quinhentas e setenta e sete famílias e quatro conjuntos habitacionais, projetos de tal magnitude, como publicizado pelo parque tecnológico, teriam marcado a realidade dessas pessoas que celebram o recebimento de uma cesta básica.

Conforme discutido, o ano de publicação do Manual de Responsabilidade Social Empresarial foi 2011 e as entrevistadas moram na Comunidade do Pilar desde a década de 90, do século XX. É sabido que o Porto Digital apresenta vinte e um anos de atuação no Bairro do Recife, antes do ano de 2022, portanto, as comunitárias representam uma importantíssima memória social desse processo, fundamental para a interpretação crítica do respectivo discurso.

4.3 Análise dos discursos dos comerciantes do bairro do Recife

4.3.1 Vínculo territorial: como e por que os comerciantes chegam ao Bairro do Recife

Com relação a chegada dos comerciantes no Bairro do Recife, é enunciado o seguinte:

Eu digo hoje que eu tô aqui desde a vinda do **Porto Digital**, é que a gente tá com um **novo formato**. Hoje a gente tem **vida no bairro**, tem um pessoal **trabalhando**, então não é, a gente não **depende** mais de **órgãos públicos**, não depende mais de **incentivos**, não depende mais de ninguém. A gente tá aqui, veio pra ficar 100%. É como eu lhe disse, né? Antigamente a gente tinha um **bairro noturno**, hoje em dia a gente tem **vida no bairro**, porque o pessoal **trabalha** aqui, o pessoal se **diverte** aqui, então tem uma **vida**, não vinte e quatro horas, isso vai acontecer com a chegada das moradias, mas por enquanto, até dez horas da noite, o **Porto Digital** nos dá suporte com o seu público (TEREZA, 62 a).

O, eu já tô no bairro há cerca de vinte e cinco anos, não é um comércio de família, foi uma idealização mesmo de vim para o bairro e montar e se somar ao **acervo cultural**, aos espaços que tavam sendo oferecido, já que o **aporte turístico** tava acontecendo no mundo todo, não ia ser diferente em Recife. [...] A minha ligação é muito forte, porque fora os vinte e cinco anos de comércio que eu tenho aqui, eu **trabalhei** dentro do bairro do Recife, dentro do Bandepe¹³, do Banco do Estado, trabalhei na **madrugada**, no setor, na área digital. Então eu frequentei os bares na, na, na, na sua **efervescência noturna** mesmo, onde tinha **prostíbulo**, né? Onde tinha o Coice da Burra, alguns bares aqui que amanhecia o dia. Então, eu conheço o bairro da **parte nostálgica** até o Porto Digital, na, na sua, na sua **essência total**. (NANDO, 60 a).

No discurso de Tereza (62 a), destacam-se os léxicos “novo”, “formato”, “vida”, “depende”, “órgãos públicos”, “incentivos”, “noturno”, “trabalha” e “diverte”. A aplicação do adjetivo “novo” atrelada ao substantivo “formato” tem como finalidade explicitar as mudanças realizadas do Bairro do Recife, a partir da chegada do Porto Digital. Ao fazer tal colocação, a entrevistada manifesta uma percepção de que essa região

¹³ Banco do Estado de Pernambuco, funcionava enquanto uma repartição pública, fundada no ano de 1966. Em 1998 passou pelo processo de privatização, sendo comprado pelo banco holandês ABN-Amro Bank, pelo preço mínimo de R\$182,9 milhões. Suas atividades foram encerradas em 2006.

passa a vivenciar uma outra rotina diurna, com atividades empresariais e de lazer, também noturnas, que estimulam seus negócios.

Desse modo, é possível pressupor que a chegada do Porto Digital aumentou o fluxo de pessoas circulando no Bairro do Recife, o que resulta em uma possível benfeitoria para os comerciantes, desde que o público do parque tecnológico passe a consumir nos seus estabelecimentos.

Tal questão se reforça a partir da utilização do substantivo “vida” para explicar que o bairro, com a chegada do parque tecnológico, teve um aumento no fluxo de pessoas, o que pode resultar no crescimento das vendas de seu estabelecimento. Com isso, Tereza (62 a) informa ter deixado de “depender” dos órgãos públicos e seus incentivos fiscais. É válido ressaltar que o uso do verbo transitivo indireto objetiva explicitar uma relação de vínculo, como uma espécie de subordinação há determinada pessoa ou instituição. Assim sendo, pode-se pressupor que essa reconfiguração trouxe mais autonomia com relação ao poder público, que aparentemente não realizava uma gestão efetiva.

Já no discurso de Nando (60 a) é válido evidenciar os seguintes léxicos: “acervo cultural”, “aporte turístico”, “trabalhei”, “madrugada”, “frequentei”, “efervescência noturna”, “nostálgica” e “essência total”. O entrevistado recorre ao uso de palavras cujo significado está associado a cultura e entretenimento, como acervo cultural e aporte turístico, para justificar sua escolha de abrir um estabelecimento no Bairro do Recife. Ele explica que, por trabalhar em empresas localizadas nessa região, acompanhou seu desenvolvimento de modo que tenha identificado uma oportunidade de investir no seu próprio comércio.

Adiante, a aplicação do substantivo madrugada e do verbo frequentar, sinalizam que Nando (60 a) fazia parte do público que usufruía dos bares, prostíbulos e demais atividades que aconteciam naquele período, há cerca de vinte e cinco anos atrás. O entrevistado conclui seu enunciado recorrendo ao adjetivo nostálgica, no qual se refere a uma ideia de tristeza e melancolia, para reforçar que conhece o Bairro do Recife em sua essência total, o que significa vivenciar desde o período noturno, onde eram realizadas atividades associadas a bebidas e prostituição, até a chegada do Porto Digital, com o empreendedorismo tecnológico.

Assim sendo, no discurso de Nando (60 a) é possível pressupor que o Bairro do Recife, ao longo das duas últimas décadas, passou por intensas transformações no que diz respeito a sua vivência social. Houve a transição de um território que estimulava atividades como a prostituição, para um espaço urbano inovador cujo a tecnologia e o

empreendedorismo, por meio da chegada do Porto Digital, resultam na prática trabalhista durante o período diurno.

Com relação às práticas discursivas, é possível identificar uma intertextualidade manifesta nas orações de Tereza (60 a): “Antigamente a gente tinha um bairro noturno”; e B) Nando (62 a): ‘Eu frequentei os bares na, na, na, na sua efervescência noturna mesmo, onde tinha prostíbulo, né? Onde tinha o Coice da Burra, alguns bares aqui que amanhecia o dia’. Ambos os entrevistados pontuam que o Bairro do Recife se destacava pelas atividades exclusivamente da noite, de modo que nos permita enxergar uma transformação sociocultural, mediante a expansão da tecnologia e do empreendedorismo, provocada a partir dos processos de globalização.

Por fim, no que diz respeito às práticas sociais, é válido observar tais discursos a partir de uma ótica ideológica e cultural. Conforme pontua Marx (1986), a ideologia, ainda que seja a expressão da dominação entre várias classes sociais, se amplia para o âmbito da cultura. Isso implica dizer que a cultura é um espaço das relações sociais economicamente condicionadas. De Sousa Filho (2003) explica que, uma vez em que o capitalismo trabalha em prol da manutenção do seu próprio controle, as atividades de cunho cultural, com a finalidade de manifestar sentimentos, experiências e formas de compreensão do mundo, passam a ser influenciadas pelo sistema econômico, que trabalha em prol do lucro, atendendo a uma ideologia capitalista.

Desse modo, as transformações no Bairro do Recife, como mencionado anteriormente, resultam de mudanças socioculturais associadas ao processo de globalização que, por sua vez, está alinhado aos interesses capitalistas. É válido ressaltar que, apesar da atual ocupação para fins de empreendedorismo, a citada região ainda é considerada um dos principais cartões postais da cidade do Recife e carrega uma grande carga histórico-cultural. Ou seja, as mudanças vivenciadas nas últimas décadas estão ligadas a necessidade de rotatividade do capital financeiro, resultando em alternâncias na vivência social.

4.3.2 Percepção dos comerciantes sobre a atuação do Porto Digital no Bairro do Recife

Nossa senhora, eu não, não, não poderia defini-lo assim com poucas palavras não, porque eu acho que o Porto Digital, começou trazendo às **empresas**, né? De **tecnologia** pra cá, um **incentivo** da **Prefeitura** com cabeamento de **fibra óptica** no bairro. Isso trouxe muitas **empresas** pra

cá. O **Governo** do Estado fez a **parceria** com eles. Né? A **Universidade** Federal também. E é isso. Isso trouxe grandes, grandes **empresas** pra cá. Por conta desse **incentivo** e por conta desse **cabeamento óptico** que tava aqui no bairro. Fora isso, o Porto Digital cuida da parte **social** também, ele **trouxe escolas** pra cá, pra o pessoal da Comunidade (do Pilar) ele trouxe **escola de graduação e pós-graduação**, pra o bairro também. Então o Porto Digital ele, ele, hoje, centraliza essa, essa, como se diz, essa, essa, ele **gerencia** né? Essa chegada dessas **empresas** pra cá e **faz** a parte **social** também. Além de que, como eu digo, tá fazendo parte do **Plano Diretor**, não só do bairro. O Porto Digital já se **expandiu**. Eu tive numa reunião onde o Porto Digital tá vendo **empresas** e ir alocando na Zona Norte, na Zona Sul, aqui no entorno, no Bairro de Santo Antônio, São José, ou seja, Porto Digital vai levar pra o Recife **todo** essa sua **gerência** (TEREZA, 62 a).

Eu **esperava mais**. É um centro tecnológico? É. A gente sabe. Mas eu tô falando no sentido **comercial**, hein? Então, o sentido **comercial**, eu **esperava mais**. Entretanto, a gente sabe que o próprio **perfil**, o próprio **perfil**, **perfil** do projeto e da atividade é um **perfil diferente** assim. O que que um **profissional da área** faz? Ele **entra** numa **sala**, a **sala** tá fechadinha, ele vai e desenvolve os programas ou então acompanha alguma coisa, né? Enfim, desenvolve sites, não sei o que, tal. Ele fica **preso** numa **sala** e a **realidade do bairro**, enquanto **comércio**, é **outra, diferente**. **Precisa** de **gente circulando no bairro** e não de **pessoas** dentro de uma **sala**, né? Mesmo assim, **a gente** sabe que tem horário que as pessoas precisam sair um pouco, tomar um ar. Mas eu não sei aí como é que é a logística da coisa, se ele tando ali dentro por mais tempo possível produz mais, a coisa vai envolvendo mais, ele quando você olha pro relógio, já o dia já passou, a hora já passou. Eu sei que as **pessoas entram** nas suas **salas** e praticamente saem na hora de ir embora. [...] Eles estão ocupando, a gente nota o fluxo das pessoas indo, voltando, passando, né? Ligeiramente ou discretamente saindo pra almoçar ou comer alguma coisa e depois indo embora. É só uma movimentação (ÍCARO, 46 a).

A **chegada** do Porto Digital **mudou totalmente**, porque o bairro ele tinha uma **vida portuária**, nera? [...] E a gente teve uma **substituição** disso pelo Porto Digital. E o Porto Digital incorporou de um volume manso. Então, você sai de uma **vida noturna**, que a gente tinha muito **forte**, passa pra uma **vida diurna** que **não tinha** tantos **restaurantes**, tinha alguns, mas aí a **demand**a de **restaurante superou muito massa** de dia. [...] E agora a gente vem com uma pandemia que **tirou** o Porto Digital, entre aspas, as pessoas da da sua sua presença dentro do bairro. E a gente fica nesse **vazio** de novo (NANDO, 60 a).

Eles **ofereceram** aqui a **única** coisa que teve foi nessa **pandemia**. Chegou o Porto, eles nos **convocou**, pela nossa **associação**, que ia fazer uma reunião conosco que ia **ser bom** pra **gente**. Eu fiquei sabendo pelo nosso **presidente** da nossa **associação**, que **não serve** pra nada a nossa **associação**. Quando teve a reunião foi com ela só e depois eu procurei saber o que foi que o Porto Digital... Não, que é o **delivery chegou** pra **ficar**. O **delivery** chegou para ficar [...] E **diminuir** os **custos**, **diminuir** os **empregados**, **diminuir** os **empregado** e **diminuir custo**, foi isso que o Porto Digital, a **proposta** do Porto Digital (CLAUDIO, 51 a).

Em Tereza (62, a) destacam-se os léxicos “empresa”, “tecnologia”, “incentivo”, “prefeitura”, “fibra óptica”, “governo”, “parceria”, “universidade”, “faz”, “social”,

“trouxe”, “escolas”, “gerencia”, “plano diretor”, “expandiu” e “todo”. A comunitária a coloca-se como uma grande admiradora do parque tecnológico, pressupondo que ele traz uma grande contribuição para o Bairro do Recife e conseqüentemente para o negócio dela, no ramo alimentício.

O uso recorrente do substantivo “empresa” por Tereza (62 a), alinhado ao verbo “trazer”, sinaliza que o empreendimento foi responsável por fomentar os negócios ligados à área de tecnologia, citada e explicitada pela entrevistada através da menção às “fibras ópticas”. Trata-se de uma espécie de cabeamento cuja principal função é a transmissão de conteúdos digitais, como dados, voz e vídeo. Adiante, a comerciante menciona uma “parceria” do Porto Digital com instituições públicas como a “prefeitura” e o “governo do estado”, citando ainda a Universidade Federal de Pernambuco. Tal colocação indica o modelo da hélice tríplice, mencionado na sessão teórica deste trabalho, que constitui o processo de formação do NGPD.

Tereza (62 a) faz uso do adjetivo “social” indicando que o Porto Digital também é responsável pelo desenvolvimento de atividades que objetivam propor retorno para a população local, que nesse caso diz respeito à Comunidade do Pilar. De acordo com a entrevistada, foram criadas escolas de ensino fundamental, graduação e pós graduação. O que significa que, além de atuar no setor do empreendedorismo, o centro de tecnologia também ocupa um papel institucional no Bairro do Recife.

Ainda quanto ao uso do léxico “social”, é válido enfatizar sua ligação com a ideia de política específica, na qual tem como função propor ações que melhorem a vida em um sentido de coletividade. Teixeira (1985) explica que as políticas sociais são responsáveis pela elaboração de planos, programas e medidas necessárias para o reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos. É por meio delas que se consolida a pauta de direitos e deveres entre os indivíduos aos quais se atribui a condição de cidadãos e seu Estado.

Por fim, a comerciante afirma que o Porto Digital faz parte do “Plano Diretor”, que funciona como um mecanismo legal elaborado pelo poder público, para orientar e coordenar a ocupação de um determinado espaço urbano. No Recife, foi aprovado por meio da Lei nº 18.770, publicada no Diário Oficial do Recife em 30/12/2020, sendo oficialmente instituído (RECIFE, 2021).

Tereza (62 a) pontua que o parque tecnológico está atuando não apenas na “gerência” do bairro, como da cidade do Recife como um todo. Desse modo, através de seu discurso, é possível pressupor que o empreendimento vem ocupando um papel de

agente transformador, a partir da parceria com o poder público e com as instituições acadêmicas. Ele passa a fazer parte das tomadas de decisões no município, interferindo na vivência social.

Em Ícaro (46 a) destacam-se os léxicos “esperava”, “mais”, “comercial”, “perfil”, “profissional da área”, “diferente”, “entra”, “sala”, “preso”, “realidade”, “bairro”, “precisa”, “gente”, “circulando”, “produz”, “ocupando” e “a gente”. O comerciante inicia seu discurso afirmando “esperar mais” do Porto Digital, o uso de tal enunciado, atrelado à “no sentido comercial”, demonstra uma certa insatisfação. Ele justifica esse sentimento alegando que o “perfil” do parque tecnológico é diferente da “realidade do bairro enquanto comércio”.

Sobre isso, se faz válida a observação da aplicação de tais palavras. A escolha do substantivo “realidade” tem como finalidade caracterizar aquilo que é real, que existe verdadeiramente em sua essência. Já “comércio” diz respeito às atividades de compra, venda e troca de mercadorias. O substantivo “perfil”, por sua vez, quando aplicado em uma linguagem popular, simboliza um conjunto das informações pessoais que identificam o usuário ou aquilo do que se está falando.

Isso implica dizer que, de acordo com Ícaro (46 a), as pessoas que trabalham no Porto Digital, ainda que frequentem o bairro para chegar em seus escritórios, não contribuem para o desenvolvimento dos comércios nessa região. Esse pressuposto é reforçado pelo entrevistado ao fazer uso das palavras “entra”, “sala” e “preso”, reforçando que os profissionais passam o dia em um espaço restrito.

Para impactar no funcionamento de seu negócio, Ícaro (46 a) afirma que o bairro precisa de “gente circulando”, ou seja, se faz necessária a movimentação de pessoas nas ruas. Quanto a isso, há a identificação de um outro pressuposto: o público dos comerciantes é composto por sujeitos que estão ali para passeio, como turistas ou moradores locais que frequentam o Bairro do Recife para fins de entretenimento. Os trabalhadores, nesse caso vinculados às empresas do Porto Digital, estão, segundo ele, “ocupando” o espaço. Em uma análise lexical, a palavra significa tomar posse, invadir ou conquistar um determinado território urbano.

Em Nando (60, a) destacam-se os léxicos: “chegada”, “mudou”, “totalmente”, “vida”, “portuária”, “substituição”, “volume”, “manso”, “noturna”, “forte”, “diurna”, “não”, “tinha”, “restaurantes”, “demanda”, “superou”, “muito”, “massa”, “tirou”, “vazio”. Em seu discurso, o comerciante explica como a criação do Porto Digital

reconfigurou a vivência social no Bairro do Recife. Ele usa o substantivo “chegada” para explicitar a vinda do parque tecnológico.

A colocação do verbo “mudou” atrelado ao advérbio “totalmente” caracteriza as transformações ocorridas nesse espaço urbano. Ele pontua que antes do parque tecnológico, o Bairro do Recife tinha uma “vida portuária” o que implica em atividades com base no embarque e desembarque de navios. No entanto, houve uma “substituição”, ou seja, colocação e transferência de tais práticas pelas atividades empresariais.

Desse modo, Nando (60 a) conta que o Bairro do Recife deixou de ter uma “vida noturna”, na qual há um intenso fluxo de bares, restaurantes e demais estabelecimentos comerciais atrelados a área de lazer e entretenimento, para uma “vida diurna” que se relacionada ao horário comercial, ou seja, período de trabalho de parte significativa da população. Ainda segundo o entrevistado, inicialmente, quando o Porto Digital foi instaurado, “não tinha tantos restaurantes”. Todavia, adiante, afirma que a “demanda”, isto é, a procura por determinado produto ou serviço, “superou muito massa”.

A seleção pelo verbo superar tem como finalidade expressar algo que passou por cima ou além, ser ou ficar superior a algo. Assim sendo, por meio do discurso de Nando (60 a), é possível pressupor que houve um crescimento nas vendas dos comerciantes ao passar dos anos em que o Porto Digital foi se consolidando. É válida ainda a explicação da expressão “muito massa”, utilizada como uma gíria, cujo significado tem algo de tom positivo, que agrada ou deu certo. Trata-se de uma variação linguística ligada a um determinado grupo social que possui função de comunicação e identificação, o que é constitutivo da linguagem humana (CALVET, 2002).

Por fim, Nando (60 a) pontua que com a chegada da pandemia do novo coronavírus, a movimentação do bairro voltou a cair. De acordo com ele, a doença “tirou” o Porto Digital e, conseqüentemente, as pessoas desse espaço urbano, alegando que há um novo “vazio”. Em vista disso, é possível pressupor que o fluxo de pessoas que atualmente movimenta tal região é oriundo do parque tecnológico, tendo em vista a presença das empresas que operam durante o horário comercial.

Em Cláudio (51 a), destacam-se os léxicos “ofereceram”, “única”, “pandemia”, “convocou”, “nossa”, “associação”, “ser”, “bom”, “gente”, “presidente”, “não”, “serve”, “delivery”, “chegou”, “ficar”, “diminuir”, “custos”, “empregados” e “proposta”. Em seu discurso, o comerciante exprime um descontentamento com a atuação do Porto Digital no Bairro do Recife.

Para explicitar as atividades do parque tecnológico em parceria com os comerciantes, Cláudio (51 a) faz uso do adjetivo “única”, no qual remete a individualização, ou seja, só aconteceu uma vez. Segundo ele, a “proposta”, correspondente há uma sugestão, foi ofertada durante a pandemia do novo coronavírus, através da “associação” que diz respeito a entidade que atua em prol dos interesses comuns de determinado grupo.

Com relação à representatividade e contribuição da citada associação, o comerciante afirma que “não serve”. O uso do advérbio de negação, atrelado ao verbo servir, nos permite compreender que há uma percepção, da parte do entrevistado, de que não existe eficácia nas atividades coordenadas pela entidade.

Na sequência, Cláudio (51 a) afirma que o “presidente”, pessoa responsável pelo gerenciamento do grupo, tem sido responsável por repassar as propostas do Porto Digital. Isso implica dizer que o diálogo com parque tecnológico ocorre diretamente com o gestor da associação e não com todos os comerciantes, recebendo estes uma proposta pronta sem uma discussão coletiva com todos os membros da classe.

Adiante, relata que as sugestões do parque tecnológico foram: i) implementação do “*delivery*”, termo americano utilizado para nomear os serviços de entrega em domicílio; ii) “diminuir” “custos”, verbo que simboliza a redução, estando nesse caso relacionado a verba, valor financeiro e despesas do estabelecimento; iii) “diminuir” “empregados” novamente a redução, mas dessa vez aplicada aos funcionários, pessoas que trabalham no respectivo comércio.

Desse modo, no discurso de Cláudio (51 a) é possível pontuar as seguintes pressuposições: i) que o Porto Digital dialogava pouco ou quase nada com os comerciantes do Bairro do Recife ao longo dos seus primeiros 20 anos de atuação, anteriormente a pandemia do novo coronavírus; ii) que a associação que representa os comerciantes não está realizando uma gestão efetiva de modo que atenda aos interesses desse grupo.

Com relação à prática discursiva, identifica-se uma intertextualidade manifesta, presente nos enunciados de A) Ícaro (46 a): “Eles (trabalhadores do Porto Digital) estão ocupando, a gente nota o fluxo das pessoas indo, voltando, passando, né? Ligeiramente ou discretamente saindo pra almoçar ou comer alguma coisa e depois indo embora. É só uma movimentação.”; B) Nando (60 a): “O Porto Digital incorporou de um volume manso.”. Em ambos os discursos é possível observar a percepção que os entrevistados têm sobre o fluxo de pessoas motivadas pelas atividades do parque tecnológico. Apesar

do Bairro do Recife atualmente alocar mais de 350 empresas vinculadas ao Porto Digital, não há um impacto em grande volume nas vendas dos comerciantes, o que é ilustrado pela metáfora de “volume manso”.

Os fragmentos lexicais “delivery”, “cabeamento óptico”, “desenvolvem” e “programas” são elementos constitutivos de uma cultura tecnológica que não está presente nos enunciados dos entrevistados como uma ordem discursiva, entretanto, expressa uma relevante tecnologização da vida.

Por fim, no que diz respeito à prática social, se faz necessária a observação do discurso de Tereza (62 a). Além de explicitar o funcionamento do Porto Digital a partir da ideia de hélice tríplice, por meio da parceria entre o setor privado, poder público e universidade, a comerciante enfatiza que o parque tecnológico está ocupando um papel de gerência nas tomadas de decisão sobre o Bairro do Recife, mencionando sua atuação social e participação na construção do Plano Diretor do município.

Trata-se de uma manifestação do poder, presente na ideologia neoliberal, na qual objetiva institucionalizar o setor privado, o colocando como um agente ativo nas transformações urbanas e sociais. Quanto a isso, é válido lembrar a noção de bem-estar social e seu funcionamento enquanto uma política mercadológica que defende justamente a liberdade das empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional que se caracteriza pelo direito à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005). Desse modo, ao estimular uma ordem do discurso descentralizada no que diz respeito a sua função empresarial, encaixando-se no setor político social, o Porto Digital institui uma relação hegemônica, mediante a parceria público/privada, para garantir cada vez mais um poder que lhe permita expandir e conseqüentemente ampliar seus lucros.

Por fim, ainda no âmbito da prática social, o discurso de Cláudio (51 a) corrobora na identificação dessa ideologia neoliberal na qual estimula a plataformização do trabalho. Conforme explicam Abílio, Amorim e Grohmann (2021), o avanço das tecnologias da informação e comunicação vêm estimulando a elaboração de plataformas digitais que resultam em uma reorganização do trabalho caracterizada por novas formas de controle, gerenciamento e subordinação. Incluso nessa prática capitalista, que busca cada vez mais um lucro imediato e manutenção do poder, o Porto Digital propõe para esses comerciantes repensarem o modo como gerenciam seus estabelecimentos, incentivando a redução dos empregados e conseqüentemente de custos, alegando que o *delivery* irá suprir suas necessidades.

4.3.3 Diálogo do Porto Digital com os comerciantes do Bairro do Recife

Em se abordando o diálogo do Porto Digital com os comerciantes do Bairro do Recife, surgem os seguintes enunciados:

Eu **procurar** o Porto Digital, pra quê? **Quem** é que eu vou **procurar** lá no Porto Digital? Se eu **não** tiver uma **indicação**? Eu vou chegar lá, bater palma na porta do Porto Digital e vou entrar, falar com **quem**? É? Não tem com **quem** falar. [...] **Não** tenho nenhum **contato**, nem **liderança**, nem **nunca** me **procurou**. **Não**, **nunca** me **procuraram** **não** (CLÁUDIO, 51 a).

Já participei de reuniões **promovidas** pelo **Porto**, **promovida** pelas **Secretarias** de Turismo e Cultura. E que **a gente** colocava alguma coisa. Eu já participei. Não tantas, mas já participei. [...] O interessante aqui é o seguinte, aqui aqui se marca umas **reuniões**, aqui se marca um umas coisas e **convida um grupo**, outra hora **convida outro grupo**, né? A gente já teve algumas **discussões**. Inclusive, eu já me **chatee** muito com algumas **reuniões** que foi feita até que pela **Prefeitura** toda. Porque muitas vezes você chega numa **reunião** dessa aí o **secretário**, uma pessoa fala o que quer falar, diz o que **quer**, e na hora que vai começar o **debate** o **secretário** levanta-se na mesa e diz, ó, eu vou **deixar** aí meus **assessores**, porque tem uma **reunião**, não sei aonde. Ele vai embora. Aí eu pergunto, só a **palavra** dele que é a mais **bonita** que **a gente tem** que escutar, ele **não pode** escutar a sua? Então, eu me **canso** muitas vezes dessas **reuniões**. Acho muito mais isso pra fotografia [...] A gente devia ter um **conselho** da área digital, o Porto Digital tem até um **conselho**, a gente devia ter os **conselhos** de educação e saúde, quando esses governantes chegassem, Prefeito tudinho, ele viesse com as ideias dele, mas essas ideias sendo adaptadas ao que o **conselho** orientasse por caminho melhor (NANDO, 60 a).

No meu **conhecimento** **não**. [...] Eu **acredito** que que **desejo** tem, eu **não** sei porque que isso **ainda não** aconteceu, e se isso que **aconteceu** porque aqui **alguns não** foram chamados, alguns **órgãos**, porque outros **não** foram chamados, né? [...] De repente pode ter havido e **a gente não** ter tomado **conhecimento**, né? Eu **não** posso eh, posso **garantir** que **não** aconteceu, né? Eu posso **garantir** que não tomei **conhecimento** e que **não** recebi informação nenhuma. Porque se tivesse assim, eu **teria ido**. (ÍCARO, 46 a)

Então, **foi convocado**, **foram convocado** algumas pessoas, tipo, de algumas **secretarias**, como a Secretaria de Turismo, que é quem faz a **gerência do bairro**. A Secretaria de Desenvolvimento, a Secretaria de Segurança Pública, eh, EMLURB, eh e os **empresários** daqui. Alguns **empresários** do bairro, pra fazer a **formação** desse **comitê gestor**. (TEREZA, 62 a).

No discurso de Cláudio (51 a) destacam-se os léxicos “procurar”, “indicação”, “quem”, “contato” e “liderança”. Ao ser questionado sobre um possível contato com o Porto Digital, o comerciante demonstra não ter tido relação com os gestores de tal empreendimento. No início do enunciado, faz uso do verbo “procurar” para questionar

com “quem”, ou seja, com qual pessoa, deveria falar. Adiante, o emprego do substantivo “indicação” nos permite a interpretação sobre a necessidade de um intermediário para que os comerciantes possam ter contato com a gerência do parque tecnológico.

Cláudio (51 a), repetidas vezes, recorre ao pronome “quem” para demonstrar não ter acesso aos gestores do Porto Digital, sinalizando não saber com quem dialogar sobre mudanças no Bairro do Recife. O entrevistado enfatiza ainda que as “lideranças”, ou seja, os cargos de chefia do parque tecnológico, nunca o procuraram, sendo assim possível pressupor que os representantes do NGPD, elaborado justamente para garantir o gerenciamento das atividades do Porto Digital enquanto uma política pública, não demonstram certo interesse em integrar os comerciantes locais nas decisões de reconfiguração dessa região. Além disso, ao ser mencionada a necessidade de uma indicação no estabelecimento desse diálogo, é plausível presumir que esses gestores se comunicam apenas com demais líderes ou representantes que estejam em um cargo político.

Já em Nando (60 a) destacam-se os léxicos “reuniões”, “promovidas”, “Porto”, “secretarias”, “a gente”, “convida”, “grupo”, “outro”, “discussões”, “chateei”, “prefeitura”, “secretário”, “quer”, “pergunto”, “palavra”, “bonita”, “tem” “não”, “canso”, “conselho”. No discurso, o comerciante relata já ter participado de algumas reuniões promovidas pelo Porto Digital e pelas Secretarias da Prefeitura do Recife, explicando como se dá esse diálogo.

Inicialmente, é válido se atentar ao uso do verbo “promover”, que nesse contexto objetiva fazer uma solicitação, convocar. Isso implica dizer que os comerciantes são convidados, pelo Porto Digital e pela Prefeitura do Recife, para tais “reuniões” que buscam debater assuntos e temas específicos relacionados ao Bairro do Recife. Nando (60 a) utiliza a locução pronominal “a gente” para se referir aos demais vendedores de sua categoria, sinalizando que há uma “divisão” entre grupos para essas conversações. A aplicação do substantivo “divisão” nos permite pressupor que nem todos os comerciantes são convocados para participar das reuniões promovidas pelo parque tecnológico, subentendendo que há grupos, entre a própria categoria, que têm maior aproximação e abertura de diálogo com o NGPD.

Adiante, pontua já terem acontecido algumas “discussões”, substantivo que caracteriza a defesa de argumentos contrários relacionados ao assunto em questão, podendo haver a discordância entre os sujeitos, de modo que ele se chateou. O emprego do verbo “chatear” ocorre justamente em situações de aborrecimento e insatisfação, no

qual, segundo Nando (60 a) ocorre mediante a falta de interesse dos gestores de ouvirem a opinião da sociedade civil.

Ele relata que há uma prática desses líderes, representados por um “secretário”, de comparecer às respectivas reuniões, expor suas ideias e ir embora sem escutar os comerciantes. Quanto a isso, pergunta se só a “palavra”, ou seja, seu discurso, é mais “bonita”, interessante, do que a daqueles que não ocupam cargos políticos. O entrevistado utiliza ainda o verbo “ter”, para expressar uma certa obrigatoriedade que os comerciantes têm de acatar as orientações políticas, alegando que não há uma escuta receptiva por parte dos gestores locais com relação aos apontamentos feitos pelos pequenos empreendedores. Desse modo, afirma se cansar dessa reunião, acreditando ser algo apenas para fotografia. Em outros termos, pressupõe que o debate seja somente uma formalidade política.

Por fim, defende a criação de um “conselho”, que seja composto por um grupo de pessoas eleitas para deliberar ou solucionar determinados assuntos. Cita o Porto Digital como um exemplo na área digital, alegando que o parque tecnológico tem essa representação de modo que consiga resolver suas questões com o poder público. Nos enunciados de Nando (60 a) é igualmente possível pressupor que as decisões sobre o Bairro do Recife acontecem apenas a partir dos interesses dos cargos de liderança política, estando o Porto Digital incluso nesse grupo. Importante salientar que em que seu conselho gestor, o NGPD, existe a participação de secretários da Prefeitura do Recife e do Governo Estadual de Pernambuco. Desse modo, os comerciantes perdem o direito de se expressarem sobre transformações urbanas, sociais, culturais e turísticas que impactam em seus negócios.

No discurso de Ícaro (46 a) destacam-se os léxicos “conhecimento”, “acredito”, “desejo”, “ainda”, “aconteceu”, “alguns”, “a gente”, “posso” “garantir”, “teria” e “ido”. Ele afirma não ter sido convidado pelo Porto Digital para dialogar sobre questões referentes aos impactos do parque tecnológico em seu estabelecimento e uma possível integração entre o setor de tecnologia e o comércio, mas demonstra interesse caso fosse convocado.

Diversas vezes, usa o substantivo “conhecimento” para alegar não ter sido informado sobre possíveis reuniões. O entrevistado acredita que o parque tecnológico tenha o “desejo” de dialogar com os comerciantes, apontando uma suposta vontade do empreendimento de propor atividades ou ações em parceria com o seu setor. Adiante, recorre ao uso do lexical “se”, pressupondo que caso já tivesse acontecido um encontro,

não sabe o porquê de “alguns”, ou seja, um grupo de comerciantes, terem sido chamados e outros não.

O entrevistado emprega a locução pronominal “a gente” para representar sua classe. Posteriormente, recorre aos verbos “poder” e “garantir”, atrelados ao advérbio de negação “não”, reforçando não ter certeza se nunca houve nenhuma reunião ou debate com Porto Digital. Desse modo, ainda que ele não tenha sido convocado, opta por não enfatizar o descompromisso do NGPD com a sua categoria, sendo assim possível perceber que há um certo receio de Ícaro (46 a) de criticar a gestão do parque tecnológico. Na conclusão de seu discurso, afirma que havendo um convite, ele teria “ido”, o que implica no interesse em participar. Assim sendo, como identificado em Cláudio (50 a), no discurso de Ícaro (46 a), é possível pressupor que não há um diálogo entre o parque tecnológico e esse grupo.

Por fim, em Tereza (62 a) é válido evidenciar os léxicos “foi”, “convocado”, “foram”, “algumas”, “secretarias” e “empresários”. A entrevistada afirma que houveram reuniões contando com a participação do Porto Digital e da Prefeitura do Recife, representada pelas secretarias municipais.

A aplicação do substantivo “foi” representa uma flexão do verbo “ir”, na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, cuja significado está associado a algo que já aconteceu, uma ação passada. Isso implica dizer que as citadas reuniões já foram realizadas. O substantivo “convocação”, por sua vez, caracteriza um chamado, sendo o remetente não explicitado por Tereza (62 a). Além da participação dos atores políticos, a entrevistada faz menção aos “empresários”, sem esclarecer sobre quem está se referindo. É válido mencionar que os gestores do Porto Digital também se caracterizam como empreendedores, uma vez que atuam em prol da iniciativa privada, assim como os próprios comerciantes.

Ao final de seu discurso, a comerciante explica que esse grupo, composto por políticos e empresários, se reuniram para fazer a “formação” desse “comitê gestor”. Igualmente é possível pressupor que a citada reunião contou com a participação de grupos específicos, incluindo a entrevistada, que atualmente faz parte de uma comissão cuja finalidade é discutir o funcionamento do Bairro do Recife.

Com relação à prática discursiva, identifica-se uma intertextualidade manifesta, presente nos enunciados de A) Nando (60 a): “Já participei de reuniões promovidas pelo Porto, promovida pelas Secretarias de Turismo e Cultura.”; e B) Tereza (62 a): “Então, foi convocado, foram convocadas algumas pessoas, tipo, de algumas secretarias, como a

Secretaria de Turismo, que é quem faz a gerência do bairro”. A partir da fala de ambos os comerciantes, pode-se confirmar a realização da citada reunião, tendo em vista que seus discursos têm em comum uma menção referente à participação da Secretaria de Turismo. No entanto, apenas Nando (60 a) confirma sua participação.

Adiante, há ainda a presença de uma outra intertextualidade manifesta, identificada nos enunciados de A) Ícaro (46 a): “Eu posso garantir que não tomei conhecimento e que não recebi informação nenhuma. Porque se tivesse assim, eu teria ido”; e B) Cláudio (51 a): “Não tenho nenhum contato, nem liderança, nem nunca me procurou. Não, nunca me procuraram não”. Ambos os comerciantes afirmam não terem sido convocados para reuniões com o Porto Digital, de modo que seja possível confirmar a fala de que alguns grupos são convocados e outros não, para tais debates.

Tanto em Ícaro (46 a): “alguns não foram chamados, alguns órgãos, porque outros não foram chamados, né?”, quanto em Nando (60 a): “convida um grupo, outra hora convida outro grupo” são levantados apontamentos sobre a integração dos comerciantes nessas reuniões de gestão, de modo que nos permita os seguintes questionamentos: qual o critério de seleção aplicado para convocar os empreendedores locais? O que justifica um dono de restaurante ser convocado e outro não? Nas paráfrases enfatizadas, pode-se identificar críticas às falhas no processo de representatividade democrática, tendo em vista que não há a participação igualitária dos sujeitos nas ações de gerenciamento do Bairro do Recife.

Tal questão deve ser analisada ainda dentro da perspectiva da prática social, uma vez em que se trata de uma relação de poder. Conforme explica Fairclough (2001), a luta hegemônica se manifesta por meio de uma prática discursiva baseada na constante interação entre o discurso e a sociedade. Desse modo, ao manter a diferenciação hierárquica entre os sujeitos, aqueles com a maior liderança, nesse caso o Porto Digital e o poder público, são os responsáveis pela preservação das estruturas sociais.

4.3.4 Inclusão digital: como os comerciantes se adaptam às transformações tecnológicas:

Minha época, minha época é a do **papel**, né? Eu ainda sou muito ligada ao **papel**, mas tive que me **adaptar**. Fiz **cursos** no SEBRAE, fiz lives com o **comitê gestor**, com o **Porto Digital**. Fizemos muita, muita, muita matéria via **internet**, né? Via essas **redes sociais**. Mas então, terminei tendo que me **adaptar** um pouquinho, porque eu era um pouco **avessa** e não tinha muita, muita habilidade, mas na marra tive que ir aprendendo aos pouquinhos. Eu sempre me meto nesses **cursos**, faço o

SEBRAE TEC, essas coisas. Embora eu não ficava muito de frente, eu botava geralmente meu gerente pra ficar fazendo, porque eu achava que eu **não tinha condição** de acompanhar esses **cursos** por conta da **tecnologia**, porque termina sendo muito **rápido** e eu **não tinha** nenhuma noção. Hoje em dia, mesmo eu fazendo isso, colocando ele na **linha de frente**, eu participo também, que é pra poder ir **aprendendo** (TEREZA, 62 a).

Olha, tudo que que agrega **conhecimento**, tudo que **facilita** na logística, né, de um estabelecimento comercial, além de se manter **atualizado**, é muito válido, é muito importante. Tenho total **conhecimento**, total consciência de que nós **poderíamos estar mais atualizados**. Mas, entretanto, o próprio **cenário** pra o **contexto do bairro** não permite muito além de **sobreviver** no bairro, né? Alguém que tem um empreendimento **fora**, que tem um **padrão financeiro** alto, que tem realmente condições, chega no Recife, pode chegar no Bairro do Recife, chegar investindo, chegar fazendo. Mas pra quem tá ali, né? E não esteve em outro lugar, só esteve ali, **sobrevivendo** daquele bairro e dos dos tímpares que o bairro tem passado. **Não** tem sido **muito fácil** realmente. **Não, não, não, não** houve muita **condições**, né? De, de, de fazer esse tipo de **investimento**. Tem só de **sobreviver**, aqui é **sobrevivência**. No meu caso, em nome de uma **tradição** (ÍCARO, 46 a).

No discurso de Tereza (62 a) destacam-se os léxicos “época”, “papel”, “adaptar”, “cursos”, “lives”, “internet”, “redes sociais”, “não”, “tinha”, “condição”, “cursos”, “tecnologia”, “linha de frente” e “aprendendo”. Ao ser questionada sobre como vem lidando com os avanços tecnológicos em seu estabelecimento, a entrevistada afirma buscar obter conhecimento a partir da realização de cursos e demais atividades com um cunho formativo.

Inicialmente, Tereza (62 a) explicita que, quando iniciou suas atividades comerciais, não havia as ferramentas tecnológicas. Ela faz uso do substantivo “época” para caracterizar sua idade, afirmando que naquele determinado período, o “papel” era o meio de comunicação mais utilizado. No entanto, com o passar dos anos, precisou se “adaptar”, ou seja, fazer reajustes e modificar o seu trabalho.

Desse modo, começou a participar de “cursos”, substantivo no qual nominaliza atividades formativas sobre determinado tipo de conhecimento, fornecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas ¹⁴(SEBRAE). Trata-se de uma

¹⁴ Trata-se de uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 1972. Ela funciona como um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, estimulando o empreendedorismo e possibilitando a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte.

entidade nacional que apoia e fomenta a criação, expansão e modernização das micro e pequenas empresas.

Além disso, a entrevistada alega ter participado de *lives*, termo americano para se referir a realização de chamadas de vídeo gravadas e transmitidas em tempo real através das redes sociais digitais. Ela relata ainda ter elaborado “matéria via internet”, se referindo à produção de conteúdo compartilhado em páginas virtuais, sendo essas atividades gerenciadas pelo Porto Digital e seu Comitê Gestor.

Ao longo de seu discurso, Tereza (62 a) recorre diversas vezes à aplicação do substantivo “curso” para enfatizar seu interesse no aprendizado. Todavia, faz uso do advérbio de negação, atrelado ao verbo “ter” e ao substantivo “condição”, simbolizando uma certa descrença quanto às suas habilidades, e acreditando que não daria conta de pôr em prática o conhecimento obtido. Segundo ela, a “tecnologia” acontece de forma muito “rápida”, dificultando assim seu processo de aprendizado.

Desse modo, a comerciante afirma ter colocado uma outra pessoa, nesse caso o seu gerente, como o responsável pela inserção de seu estabelecimento nas ferramentas digitais. Ela alega que ele ficou “na linha de frente”, mas ainda segue “aprendendo”, ou seja, se atualizando sobre as transformações do mundo virtual.

A partir do discurso de Tereza (62 a), é possível pressupor que o avanço da tecnologia, resultando na construção e manutenção constante das ferramentas digitais, é de difícil compreensão para aqueles mais velhos, cuja comunicação se dava sem o intermeio de aparelhos e conexões. Por essa razão, que as intituladas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), trabalhadas pelo Porto Digital, ainda são um fator problema para os comerciantes que atuam no bairro do Recife.

Já em Ícaro (46 a) destacam-se os léxicos “conhecimento”, “facilita”, “atualizado”, “poderíamos”, “estar”, “mais”, “contexto”, “bairro”, “padrão financeiro”, “sobrevivendo”, “não”, “condições”, “investimento” e “tradição”. Em seu discurso, ele explicita que apesar de acreditar que certos avanços possam contribuir com seu negócio, a realidade no Bairro do Recife dificulta a inserção na tecnologia para os pequenos comerciantes.

Inicialmente, o comerciante recorre ao substantivo “conhecimento” e ao verbo “facilitar” para externar que considera importantes todas as atividades que são capazes de melhorar o funcionamento de seu negócio, demonstrando um certo interesse em acompanhar os avanços e desdobramentos da tecnologia. No entanto, alega ter

compreensão de que seu empreendimento poderia estar mais “atualizado”, adjetivo que remete a uma ideia de modificação, ou seja, correções, acréscimos e avanços.

Segundo Ícaro (46 a), o motivo desse suposto atraso está associado ao próprio “cenário” do Bairro do Recife, que não colabora para que seja viável a realização de investimentos no setor digital. Ele evidencia as adversidades de gerir seu negócio, relatando que o “contexto”, ou seja, as circunstâncias da região no qual está incluso, não permitem mais do que “sobreviver”.

O emprego de tal verbo nos permite uma interpretação com relação à supostas dificuldades econômicas para manter o seu estabelecimento de portas abertas. Ao falar que consegue apenas “sobreviver”, pode-se pressupor que não há um lucro efetivo que lhe permita investir em transformações, seja no setor digital, ou em demais áreas que exijam capital financeiro.

Ainda de acordo com Ícaro (46 a), para um empreendimento de “fora”, ou seja, que não está localizado no Bairro do Recife, mas tem um certo “padrão financeiro”, a aplicação de recursos na área de tecnologia é mais viável. Já para aqueles que “sempre atuou” nessa região, a permanência não tem sido “fácil”. Assim sendo, entende-se que há uma certa facilidade de expansão e ocupação empresarial por parte das empresas com um maior poder aquisitivo, o que, por sua vez, resulta em uma desigualdade com relação aos pequenos comerciantes que não possuem reserva monetária o suficiente para se igualarem ao nível dos demais estabelecimentos. Desse modo, há uma competitividade do setor comercial que tende a favorecer mais a uns do que a outros, fazendo com que os estabelecimentos menos desenvolvidos economicamente percam seus espaços.

O entrevistado enfatiza que, ainda diante de tais crises, permanece em nome de uma “tradição”. Quanto à aplicação do substantivo, é válido explicitar seu significado como uma herança cultural, legado passado de uma geração para outra, que não se consolida a partir da presença de ferramentas tecnológicas. Em vista disso, por meio do discurso de Ícaro (46 a), é possível pressupor que os comerciantes locais não conseguem acompanhar as transformações tecnológicas por não terem recursos financeiro o suficiente para investir nesse tipo de conhecimento. A verba adquirida por suas vendas é destinada para a manutenção e garantia de permanência no Bairro do Recife. O que implica dizer ainda que os pequenos empreendedores vivenciam dificuldades quanto à lucratividade.

No que diz respeito à prática discursiva, há a identificação de uma intertextualidade constitutiva, cuja ordem do discurso está atrelada ao conhecimento.

Ambos os entrevistados ressaltam acreditar que o aprendizado, para uso da tecnologia, deve agregar no desenvolvimento de seus negócios. Em vista disso, se faz válida a observação de tal percepção por meio dos processos de globalização, que estimulam a adoção de ferramentas digitais como um meio de garantir um suposto avanço e assim aumentar o capital. Castells (1999) caracteriza a ideia de globalização a partir da integração do mundo em redes globais de instrumentalidade.

Apesar de se tratar de estabelecimentos que não fornecem ou atuam no âmbito das TIC, assim como o Porto Digital, os comerciantes acreditam que há uma necessidade de obter conhecimento sobre o funcionamento desse novo modo de se comunicar. Assim sendo, pode-se perceber que eles estão reproduzindo a ordem discursiva do próprio parque tecnológico, no qual estimula o desenvolvimento econômico a partir da valorização do capital intelectual e da tecnologia. Os entrevistados passam a crer que a implementação de ferramentas digitais poderá melhorar o funcionamento de seus restaurantes, ainda que esse serviço não se integre as atividades desenvolvidas pelo Porto Digital.

Tal questão deve ser ainda observada ao nível das práticas sociais, tendo em vista que há um estímulo à reconfiguração no modo como os sujeitos se comunicam. No caso dos entrevistados, trata-se de um serviço baseado na venda de alimentos e bebidas. Todavia, a chegada de seus clientes, por exemplo, está atrelada a questões tecnológicas, uma vez que a sociedade moderna, cada vez mais, dialoga via aparelhos eletrônicos. Para a publicização e divulgação da marca, os estabelecimentos citados recorrem ao uso das redes sociais digitais, apresentadas por Recuero (2012) como uma ferramenta apropriada simbolicamente para construir o espaço social no cotidiano dos atores, gerando práticas que ressignificam seus usos.

Assim sendo, pode-se apontar a presença de uma relação hegemônica, de manipulação e controle social, que objetiva garantir a permanência contínua dos sujeitos em plataformas digitais. Essa prática estimula não só a dependência no âmbito virtual, como reconfigura os modos de trabalho, tendo em vista que os comerciantes passam a se integrar em determinadas ferramentas para assegurar a comunicação com seu público e consequentemente manter suas vendas. Por fim, é válida ainda a observação no que diz respeito à presença da ideologia neoliberal que, entre diversas questões, incita o uso das mídias sociais para reorganização do trabalho, formas de comunicação, socialização e organização. Além disso, podem resultar em diferentes modos de exploração, discriminação e desigualdades em torno do poder.

4.3.5 O projeto de reconfiguração do Bairro do Recife:

Então, acho que a gente tá bem, bem **por dentro** do, do, do que inclusive Porto Digital, tá? Nessa, nessa **empreitada**, né? Que eles não só, eh como se diz? **aglomerou** as **empresas**, eu acho que tem quase trezentos e cinquenta empresas aqui ligadas ao Porto Digital. Como ele tá também **fazendo** o **Plano Diretor** do, do bairro e do entorno, viu? **Trazendo moradias** pra cá, junto com a **Prefeitura**. Então, um megaprojeto. É, inclusive, **vindo hotéis** pra cá, também. Aqui na Rua da Guia mesmo, vamos **ganhar** um hotel, aqui na frente do meu restaurante. Tô muito feliz. O Porto Digital tá nesse **Comitê Gestor** também, bem mais **à frente** da **gente** e tal. Acho que ali a gente só dá uma **ajudazinha**, né? Mas o Porto Digital, **junto** com o Prefeito e as secretarias, é quem tomam as **maiores decisões**, tá? E **a gente** fica no **suporte** [...] **A gente** pode **não** fazer parte da **tomada da decisão**, mas a gente **leva** informações pra eles. Eles nos consultam, a gente tem essa, esse **vínculo** bem estreito. Inclusive temos um grupo no **Instagram**, onde qualquer coisa, tipo de segurança, a gente aciona, problema de iluminação, a gente aciona e isso tudo é resolvido em minutos, dependendo de, de cada situação, né? Mas a gente tem esse **reforço**, a gente tem essa **parceria**, sim. Então, tudo isso passa pela gente, a gente é **convocado**, a gente faz as **reuniões** (TEREZA, 62 a).

Olha eu, eu já, como eu disse, eu **não não tô** muito por **dentro** do **negócio**, mas se eu **não tô** por dentro efetivamente, **talvez** as **pessoas não** estejam muito **engajadas** nisso **não**. Eu não, não vejo. [...] **A gente** tem que **rediscutir** o bairro. Quando **a gente rediscute** um bairro, **a gente** tem que ter um, um conceito muito massa, eu acho que qualquer processo de discussão, ele tem que ser muito mais **amplo** e **coletivo**. A gente tem que chegar e chamar setores de de vários setores, a gente tem que chamar os comerciantes do bairro, a gente tem que chamar as pessoas vinculadas à à vida noturna, tem que chamar as pessoas vinculadas ao urbanismo. Porque essa discussão tem que ser em **conjunto** pra gente entender o que que a gente pode flexibilizar [...] Isso tem que ser um trabalho, um trabalho muito **coletivo**. Porque a gente não pode uma cidade, achar que vai fazer uma **reforma** de uma cidade, pra ela passar dois anos e dizer que ela tá **atrasada de novo**. Mal termina o projeto, já tá **atrasada de novo**. A gente tem que aprender a trabalhar com uma visão pra cidade pra cinquenta, setenta, oitenta anos. Isso sim é um projeto. Os demais só são **maquete**. É a minha impressão (NANDO, 60 a).

Em Tereza (62 a) destacam-se os léxicos “dentro”, “empreitada”, “aglomerou”, “empresas”, “fazendo”, “plano diretor”, “trazendo”, “moradias”, “prefeitura”, “vindo”, “hotéis”, “ganhar”, “comitê gestor”, “à frente”, “gente”, “ajudazinha”, “junto”, “maiores”, “decisões”, “suporte”, “não”, “tomada de decisões”, “vínculo”, “instagram”, “reforço”, “parceria”, “convocado” e “reuniões”.

Ao longo de seu discurso, a entrevistada afirma conhecer o projeto de revitalização do Bairro do Recife, alegando atuar como agente ativa por meio de diálogos

com o poder público e com o Porto Digital. Inicialmente, faz aplicação do advérbio “dentro” justamente para sinalizar o acompanhamento de tais atividades, adjetivadas por ela como uma “empreitada”, substantivo cujo significado está associado a uma espécie de tarefa ou trabalho realizado por terceiros, mediante a existência de um contrato com valor a ser custeado.

Tereza (62 a) ressalta a importância do parque tecnológico, enfatizando que mais do que aglomerar empresas, ele também está “fazendo” parte do Plano Diretor do Bairro do Recife. Quanto a isso, o uso do verbo “aglomerou” simboliza o movimento de fomento no setor de tecnologia. Como mencionado na sessão teórica deste trabalho, a partir da inauguração do Porto Digital, a região ao seu entorno passou a receber mais de 360 *startups*¹⁵ associadas à área de TIC.

No entanto, para além de sua função empreendedora, o parque tecnológico passa a ocupar um papel, enquanto instituição, na reconfiguração urbana da cidade do Recife. Como explicitado anteriormente, o “Plano Diretor” qual funciona como uma estratégia de planejamento urbano, atualmente utilizada pelo poder público para debater e reconfigurar determinadas regiões (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). Isso implica dizer que, conforme pontua Tereza (62 a), há uma parceria público/privada na execução do projeto em análise.

Adiante, a comerciante passa a citar as benfeitorias constituídas a partir da união do Porto Digital com a Prefeitura Municipal, como a construção de hotéis e moradias para o Bairro do Recife. Ela faz uso da locução pronominal “a gente”, para representar os demais comerciantes que, em sua percepção, estão ganhando com o replanejamento do espaço, de modo que seja possível pressupor que a iniciativa é positiva para o seu segmento.

Além disso, a aplicação do “a gente” ocorre para informar que há um diálogo entre os gestores do Porto Digital e da Prefeitura com o seu grupo, os comerciantes. De acordo com Tereza (62 a), os integrantes do Comitê Gestor estão mais à frente do projeto, ou seja, gerindo e coordenando suas decisões, porém ela e os demais parceiros de profissão atuam dando uma “ajudazinha” a partir do repasse de informações, como um “suporte”. Ela reforça ainda que os pequenos empreendedores locais não fazem parte da “tomada de

¹⁵ Termo inglês utilizado para nomear uma "empresa emergente", na qual tem como objetivo desenvolver ou aprimorar um determinado modelo de negócio, sendo esse preferencialmente escalável, disruptivo e repetível.

decisão”, mas colaboram como informantes, atualizando-os sobre assuntos relacionados à segurança, iluminação, entre outros.

Tereza (62 a) afirma que essa comunicação com o Porto Digital e Prefeitura acontece por meio de um “grupo de instagram”, o que nos permite questionar a formalidade e credibilidade de tal diálogo, tendo em vista que a ferramenta digital não se caracteriza como um meio institucional para resolução de questões político/sociais. Por fim, retoma suas colocações de que atua no “reforço”, tendo uma “parceria”, sim, com os gestores, sendo convocada para participar das reuniões.

A partir do discurso de Tereza (62 a) pressupõe-se que o Porto Digital, cada vez mais, ocupa um espaço enquanto instituição, mediante a sanção do poder público, representado pelo governo municipal e estadual. Isso significa dizer que a longo prazo, como mencionado pela entrevistada, deixará de atuar apenas no Bairro do Recife, interferindo em demais regiões da cidade de modo que possa expandir seu papel político e empresarial.

Por fim, é possível pressupor também que, com relação aos comerciantes, não há uma integração efetiva. Eles acompanham as decisões do processo de reconfiguração do Bairro do Recife, a partir do repasse de informações e, de modo geral, são postos como ouvintes dos atores políticos e econômicos.

Já em Nando (60 a), destacam-se os léxicos “não”, “tô”, “dentro”, “negócio”, “talvez”, “engajadas”, “a gente”, “rediscutir”, “amplo”, “coletivo”, “conjunto”, “achar”, “reforma”, “atrasada”, “de novo” e “maquete”. O entrevistado informa não ter muito conhecimento sobre o Projeto de Revitalização do Bairro do Recife, alegando que seu planejamento não conta com a participação de todos os setores alocados nessa região.

Inicialmente, faz uso do advérbio de negação “não” para afirmar que não está por “dentro”, ou seja, não estar inserido nos debates sobre a reconfiguração urbana, no qual ele intitula como um “negócio”, substantivo cuja conotação pode ser associada a uma espécie de empreendimento, atividade com fins lucrativos. Nando (60 a) alega que se não conhece o projeto, “talvez” as pessoas não estejam muito “engajadas” em sua execução. A aplicação do advérbio “talvez” indica uma tendência à incerteza quanto à participação dos sujeitos que, segundo ele, podem não estar atuando de maneira colaborativa.

Adiante, recorre a locução pronominal “a gente” para caracterizar os sujeitos que precisam “rediscutir”, ou seja, debater e reanalisar o funcionamento do Bairro do Recife. O entrevistado afirma que há uma prática de elaboração de projeto para essa região que não funciona a partir da integração de todos os setores que contribuem para a economia

local. Esse posicionamento é confirmado a partir do uso dos adjetivos “amplo” e “coletivo” e do substantivo “conjunto” para explicitar como deve acontecer o processo de discussão sobre possíveis mudanças.

O comerciante enfatiza ainda que é preciso construir uma cidade que funcione a longo prazo, sinalizando que as propostas elaboradas até o momento visam um resultado imediato. De acordo com ele, a “reforma”, ou seja, melhorias e adaptações, tem sido feita de modo que em um curto espaço de tempo já se caracterize como “atrasada”.

É válido ressaltar que o verbo “atrasar” pode ser associado a algo que ficou para trás. Em vista disso, é possível pressupor que as renovações do Bairro do Recife são uma prática constante que não apresenta medidas eficazes, uma vez em que há uma repetição contínua dessa necessidade de reconfiguração. Ao fim de seu enunciado, ele alega que o não planejamento de uma cidade para mais de cinquenta anos, deve ser visto como uma “maquete”, algo que não sai do papel e não é efetivado, reforçando a ideia de que não há um interesse real em garantir a melhoria dessa região para os comerciantes ou demais representantes da sociedade civil.

Com relação à prática discursiva, é possível identificar uma intertextualidade constitutiva, tendo em vista que em ambos os entrevistados há uma ordem do discurso envolta pela necessidade de reconfiguração do Bairro do Recife. Para Tereza (60 a), esse processo já vem acontecendo por meio da parceria do Porto Digital com o poder público. No entanto, em Nando (60 a) a proposta é vista como algo que superficial, sem um engajamento que de fato garanta mudanças que agradem a todos os setores e não apenas a um grupo específico.

Trata-se de uma ordem discursiva neoliberal que objetiva estimular a criação de uma nova urbanização brasileira, fundamentada exponencialmente pela quantidade de trabalho intelectual. Santos (2000) explica que esse fenômeno tem relação direta com os avanços científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão cada vez mais presentes nas atividades humanas. A produção intelectual, por sua vez, passou a ser supervalorizada, diminuindo os benefícios da produção não material, que conseqüentemente resulta na terceirização dos serviços e necessidade de uma reurbanização.

Dessa forma, quanto mais modernizado for o Bairro do Recife, maior a necessidade de readaptá-lo para que haja uma presença massiva de máquinas e demais insumos materiais e intelectuais que se tornam indispensáveis na produção do capital. A chegada e expansão do Porto Digital, consolidada por meio da validação da administração pública, que objetiva atender aos seus interesses políticos e econômicos, reverbera na

propagação de um discurso fundamentado na inovação, criando um senso comum que defende a necessidade contínua de reconfiguração dessa região.

Ao nível das práticas sociais, o discurso dos comerciantes sinaliza a presença de uma ideologia capitalista, na qual enxerga os espaços urbanos a partir dos interesses lucrativos. É válido ressaltar, mais uma vez, que o Bairro do Recife aporta os principais patrimônios culturais da cidade, como o Marco Zero, Museu do Frevo, entre outros. No entanto, seu suposto planejamento objetiva atender demandas específicas: o acúmulo de capital entre determinadas empresas e repartições públicas.

Além disso, assim como nos demais enunciados já analisados, novamente é possível identificar a institucionalização do Porto Digital. Sua inclusão no Plano Diretor, atuando ao lado dos agentes políticos, reforça o funcionamento de uma ideologia neoliberal onde o setor privado tem liberdade para interferir na vivência social visando garantir a expansão de seu domínio e consequentemente de sua lucratividade.

4.3.6 Comunidade do Pilar: a integração dos comunitários no dia a dia do Bairro do Recife

Eu tenho **funcionário** aqui comigo que é da Comunidade do Pilar. Conheço muita gente da Comunidade do Pilar. Nós temos um outro restaurante, onde acho que duas ou três pessoas é da comunidade também. Então, assim, **a gente precisa integrá-los**, porque é uma **economia de passagem [...] ajuda na pedestralização**, que é o que **a gente quer** com aqui pro bairro, né? Reduzir o número de veículos e facilitar esse ir e vir das pessoas (Tereza, 62 a).

[...] **E o pessoal que mora no Pilar, que a gente, inclusive, a gente, que proporciona prestação de serviços, né? como limpeza, como o concerto de alguma coisa, de algumas pessoas que moram por lá, faxina, né? A gente tenta dar um suporte** ao pessoal que mora no Pilar. **A gente** nota também muito a presença de **carrocinha**, de geladeira, um, **vendendo** bombom, com água de coco, com coco, tirar água pra vender, essas coisas. Eles **sobrevivem** dessa forma. Eu **não** vejo um **programa de qualificação**, de **capacitação** do pessoal da Comunidade do Pilar, pra que de alguma forma, em qualquer outra área, eles sejam **aproveitados e inseridos** num mercado de trabalho tão avançado, tão atualizado como é o **sistema de ciência e tecnologia**, né? (ÍCARO, 46 a).

Em Tereza (62 a), destacam-se os léxicos “funcionário”, “a gente”, “precisa”, “integrá-los”, “economia de passagem”, “ajuda”, “pedestralização” e “quer”. A comerciante explicita que sua relação com a Comunidade do Pilar acontece por questões trabalhistas, uma vez em que emprega alguns moradores em seus estabelecimentos.

Inicialmente, emprega o substantivo “funcionário” para caracterizar a contratação dos moradores do Pilar, que, de acordo com ela, atuam em mais de um de seus restaurantes. Adiante, o uso da locução pronominal “a gente”, tem como finalidade representar os empreendedores do Bairro do Recife que “precisa” “integrá-los”. Ou seja, Tereza (62 a) acredita que é papel desses empreendimentos fornecerem emprego para a população vulnerável. Ela manifesta uma certa preocupação quanto à permanência desse grupo sem que tenham uma função a cumprir.

Em sua percepção, os moradores do Pilar, atualmente, são essenciais para “ajudar” na pedestralização. Quanto a isso, é válido ressaltar que, como mencionado na sessão de análise do discurso dos comunitários, diversos sujeitos vão até ao Bairro do Recife para atuarem como flanelinhas, expressão popular que caracteriza o trabalho de frentista, pessoa na qual fica responsável por fiscalizar determinado espaço territorial onde há estacionamento de veículos.

No entanto, Tereza (62 a) admite que essa “economia de passagem” deve ser encerrada, tendo em vista que “a gente”, ou seja, os empreendedores locais, querem reduzir o número de veículos. Se tal interesse for implementado, significa que os moradores do Pilar perderão sua fonte de renda. Desse modo, por meio do discurso da entrevistada, é possível pressupor que há um movimento empresarial que pode segregar e excluir ainda mais esses atores sociais que se encontram em uma posição de vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, pressupõe-se que as relações estabelecidas com esse grupo buscam apenas o favorecimento e desenvolvimento dos negócios, sem um retorno efetivo que lhes garantam certa progressão social.

Já em Ícaro (46 a), destacam-se os léxicos “a gente”, “prestação de serviços”, “limpeza”, “concerto”, “faxina”, “tenta”, “suporte”, “carrocinha”, “vendendo”, “sobrevivem”, “não”, “qualificação”, “capacitação”, “aproveitados”, “inseridos” e “mercado de trabalho”. Em seu discurso, o comerciante explicita julgar ser necessária uma maior atenção para os moradores da Comunidade do Pilar, que atuam no Bairro do Recife para fins trabalhistas não valorizados.

O comerciante faz uso da locução pronominal “a gente” para se referir aos comerciantes que fornecem determinados trabalhos para os moradores do Pilar, mencionados por ele como uma “prestação de serviço”. Quando a isso, há uma conotação de um emprego temporário, ou seja, ocupações esporádicas sem vinculação burocrática que lhes garantam direitos trabalhistas e um salário mínimo. Essas atividades são

enunciadas pelo entrevistado como “limpeza”, “concerto” e “faxina”, de modo que seja possível pressupor que esse grupo atua como diarista.

Em vista disso, Ícaro (46 a) alega que é preciso dar “suporte” para os moradores do Pilar. A aplicação do substantivo, por sua vez, está associada à capacidade de auxiliar, fornecer ajuda, evitando uma queda ou regressão social. Em outros termos, por meio de seu discurso, é possível entender que há uma tentativa de garantir um valor mínimo para essa população carente, expressando uma certa preocupação com o grupo.

O comerciante explica ainda como esses sujeitos vivem para além do suporte fornecido pela sua categoria. De acordo com ele, há uma constante presença de “carrocinha”, substantivo que denota uma espécie de veículo ambulante utilizado para a venda informal de produtos, como água de coco, bombom, entre outros. Ícaro (46 a) reforça que é por meio de tais práticas que os comunitários do Pilar “sobrevivem”.

O uso do verbo sobreviver, por sua vez, nos permite uma interpretação relacionada ao ato de resistir e garantir permanência ainda que haja dificuldades. Ou seja, sem assistência e integração, os moradores do Pilar buscam seus próprios modos de manter-se nessa região.

Por fim, o entrevistado recorre ao advérbio de negação “não” para alegar que, em seu conhecimento, não há propostas que objetivem integrar esse grupo vulnerável nas atividades trabalhistas vivenciadas no Bairro do Recife. Ele questiona a existência de programas de “qualificação” e “capacitação”, ações de cunho educacional, que poderiam permitir que esses sujeitos fossem “aproveitados” e “inseridos” no “mercado de trabalho”. Ambos os adjetivos apontam uma possível inclusão social que, de acordo com o Ícaro (46 a), poderia ser feita através da educação, fator tão necessário para o funcionamento do “sistema de ciência e tecnologia” localizado naquela região.

No que diz respeito à prática discursiva, há a identificação de uma intertextualidade manifesta, expressa nos enunciados de A) Tereza (62 a): “Eu tenho funcionário aqui comigo que é da Comunidade do Pilar.” e B) Ícaro (46 a): “E o pessoal que mora no Pilar, que a gente, inclusive, a gente, que proporciona prestação de serviços, né? como limpeza, como o concerto de alguma coisa, de algumas pessoas que moram por lá, faxina, né?”. Ambos os entrevistados alegam fornecerem atividades empregatícias para os comunitários do Pilar, de modo que nos permitam pressupor que se trata de uma prática comum no Bairro do Recife.

Quanto há interdiscursividade constitutiva, é possível apontar uma ordem do discurso capitalista que estimula a segregação e exclusão dessas pessoas. Os dois

comerciantes sinalizam que os moradores do Pilar são um grupo atualmente abandonado, que precisa se integrar às atividades econômicas dessa região. No entanto, esse processo acontece de forma que mantenha a sensação de dependência, tendo em vista que não há nenhuma política pública social que garanta a evolução e ascensão desses sujeitos. Isto é, eles são constantemente subordinados a grupos com maior poder aquisitivo, sejam eles os comerciantes fornecendo trabalhos temporários, ou turistas e empresários que pagam pela venda informal de produtos ou serviço de flanelinhas.

Por fim, no que diz respeito à prática social, reforça-se a ideia de que a gerência do Bairro do Recife vem acontecendo por meio de uma ideologia neoliberal que objetiva manter relações de poder favorecendo ao empresariado. Diante de todos os apontamentos aqui levantados, se faz válida a observação da privatização do espaço público, uma vez em que o Porto Digital interfere diretamente na vivência dos moradores do Pilar e comerciantes locais, ainda que, atualmente e explicitamente, não tenha expulsado os sujeitos dessa região.

A adoção de suas políticas econômicas com foco na tecnologia, segrega e reduz cada vez mais a atuação de ambos os grupos analisados, que acreditam que, por falta de compreensão sobre os avanços digitais, não conseguem optar sobre a reconfiguração do Bairro do Recife, ainda que estejam nele antes mesmo da chegada do próprio parque tecnológico. Pode-se então observar uma apropriação desse espaço urbano, que se caracteriza através de uma ordem discursiva que legitima um novo senso comum, onde os sujeitos, em relações inferiores de poder, passam a desacreditar em seus direitos enquanto cidadãos e empreendedores. Na contrapartida, por sua vez, o Porto Digital reforça seu domínio, institucionalizando-se enquanto um agente ativo de transformação social.

O parque tecnológico atua a favor da cultura do lucro, em detrimento da cultura de bem-estar social. Para isso, alinha-se ao poder público, garantindo gradativas e, aparentemente, nocivas mudanças que, supostamente, beneficiarão todos os grupos e sujeitos sociais. Por meio de seu discurso, busca criar uma certa relação de igualdade, sem evidenciar seus interesses econômicos, de modo que legitime a expansão de seu poder e assim amplie o seu acúmulo monetário.

5 CONCLUSÕES

5.1 Considerações parciais

Diante de todos os apontamentos levantados ao longo do presente trabalho, este capítulo dedica-se às considerações parciais identificadas a partir da execução das análises. Tendo em vista à relevância econômica e social do Porto Digital para a cidade do Recife, levando em consideração sua implementação no modelo da hélice tríplice, observar da sua atuação no processo de reconfiguração do centro urbano torna-se algo imprescindível dentro da perspectiva acadêmica e social.

Compreender o funcionamento do Porto Digital, enquanto uma política pública, significa também entender a origem das constantes transformações urbanísticas e sociais

realizadas na região ao seu entorno e quais são os planejamentos com relação a economia da cidade do Recife. Trazendo essa observação para o campo linguístico, a análise de seu discurso nos permite identificar sua ordem discursiva, de modo que seja possível expor a ideologia que norteia seu funcionamento.

O estudo partiu do pressuposto de que há uma ocupação territorial no Bairro do Recife, para fins de empreendedorismo, que resulta na exclusão de parte da sociedade, reforçando a desigualdade social e econômica a partir de critérios intelectuais e tecnológicos para com aqueles que não estão inseridos nesse meio. Os atores sociais entrevistados, moradores da Comunidade do Pilar, relataram sentir-se excluídos, ao mesmo tempo em que temem serem expulsos de suas moradias diante da expansão das empresas atreladas ao parque tecnológico. A atual construção de shoppings, hotéis e novos *clusters* criativos nas ruas que norteiam a região periférica tem sido vista pelos comunitários como uma ameaça, dado que esses empreendimentos são destinados para sujeitos com um maior poder aquisitivo, os quais não têm interesse em dialogar com aqueles em situação de vulnerabilidade e miséria.

Já o segundo grupo entrevistado, composto pelos comerciantes, afirmaram estar cientes do interesse do poder público em transformar essa região, porém não possuem abertura para fazer parte das tomadas de decisão que irão afetar o funcionamento de seus negócios. Ainda que se enquadrem no nicho de empreendedorismo, suas atividades são vistas como uma antiga economia, estando desatualizada devido à falta de inserção no âmbito digital. A partir da análise das suas entrevistas, identifica-se uma renovação das práticas sociais no Bairro do Recife, sendo esta motivada pela chegada do Porto Digital que reformula o público alvo que circula em suas ruas. Esse novo grupo se caracteriza pelo capital intelectual, gerando uma sensação de incapacidade, por parte dos pequenos empreendedores, de dialogar com a atual realidade tecnocêntrica.

Ou seja, para ambos os grupos, constata-se a segregação entre os sujeitos que não fazem parte dos interesses políticos e econômicos do Porto Digital. Uma vez que os entrevistados não estão atrelados ao desenvolvimento mercadológico do setor de TIC, ainda que ocupem essa região há mais de vinte anos, estão cada vez mais perdendo a capacidade de atuar enquanto sociedade civil. Nota-se que há, de fato, um movimento de ocupação e expansão do parque tecnológico, tanto no que diz respeito ao espaço territorial, quanto nas suas ligações políticas, de modo que permita a institucionalização e naturalização do seu poder, reforçando seu papel de agente ativo na reconfiguração na cidade do Recife.

Visto que a pesquisa foi dividida em três análises aplicadas aos discursos de sujeitos em diferentes posições sociais, a apresentação destas considerações parciais será dividida em tópicos. Cada sessão buscou proporcionar uma maior compreensão sobre os resultados obtidos em cada grupo, atendo-se aos objetivos específicos que orientaram este trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: OS REAIS INTERESSES DO PORTO DIGITAL AO PROPAGAR UM DISCURSO COMUNITÁRIO

O primeiro objetivo específico da pesquisa propôs uma investigação do discurso do Porto Digital sobre sua atuação no Bairro do Recife, a partir de uma análise do seu Manual de Responsabilidade Social Empresarial. Ao fazer a leitura do texto, por meio da perspectiva da Análise Crítica do Discurso, foi possível identificar os modos de manifestação de uma ideologia neoliberal, caracterizados pela legitimação, racionalização, dissimulação e eufemização (THOMPSON, 1995).

Como visto, o então presidente, Francisco Saboya, recorre à um discurso otimista sobre a atuação do parque tecnológico no Bairro do Recife, criando a percepção de que ele deve ser visto como um agente responsável por propor melhorias econômicas e sociais para essa região. No entanto, em nenhum momento, explicita quais são os seus interesses econômicos, descaracterizando-se enquanto um empreendimento que é voltado para o setor privado.

Atrelado aos meios de manifestação da ideologia, identifica-se também a recorrência das estratégias de democratização e tecnologização do discurso, ambas apresentadas por Fairclough (2001) como uma forma passiva de validar relações hegemônicas entre distintos grupos. Conforme debatido na fundação teórica, as sociedades modernas se caracterizam por uma tendência relacionada ao controle e o discurso funciona como ferramenta que permite a construção de um novo senso comum, atingindo aos interesses daqueles que o elaboram.

Ao recorrer a essas práticas discursivas, o Porto Digital objetiva confundir os sujeitos sobre a sua real função. Ele se põe em um papel de agente transformador, inviabilizando a atuação do Estado, de modo que passe a ampliar sua atuação e, conseqüentemente, o seu lucro. A passividade de sua ordem discursiva cria justamente uma suposta identificação entre os atores que o acompanham, construindo assim uma aceitabilidade

com relação as medidas propostas que reconfiguram a vivência social no Bairro do Recife.

Por fim, no que diz respeito ao público alvo, para o qual o Porto Digital dialoga, são empresários, sujeitos que atuam no segmento das atividades caracterizadas pelo fomento à tecnologia. Por mais que mencione grupos sociais em posições diferentes, como a Comunidade do Pilar, seu discurso é restritamente voltado para o próprio setor privado, como uma espécie de convite para que passem a seguir as sugestões elaboradas por seu comitê gestor, ampliando assim seu controle a partir da construção de um novo senso comum entre esses grupos que legitimam sua institucionalização.

ASSISTENCIALISMO E ESQUECIMENTO: ONDE ESTÁ A COMUNIDADE DO PILAR NA RECONFIGURAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE?

Com relação ao segundo objetivo específico proposto, de interpretar o discurso de comunitários de uma área contígua (Comunidade do Pilar) ao Porto Digital sobre as práticas político-sociais desenvolvidas para este grupo, há a identificação de uma segregação e exclusão social. Durante as entrevistas, os moradores demonstraram não crer em uma nova vivência social que seria supostamente implementada a partir da reconfiguração do Bairro do Recife. Para eles, o empresariado e o poder público não têm interesse de integrá-los em atividades que lhes garantam melhor moradia, alimentação e educação. O sentimento compartilhado é de invisibilidade, alegando que apesar de residirem ali há mais de 20 anos, não são enxergados.

Com relação as ações sociais fornecidas pelo Porto Digital, foi possível identificar a presença de uma política assistencialista, mediante o fornecimento de cestas básicas. Os comunitários são mensalmente contemplados com um kit de alimentos, mas não têm conhecimento sobre demais projetos prometidos pelo parque tecnológico, como a construção do Centro Vocacional Tecnológico do Pilar, citado no Manual de Responsabilidade Social Empresarial.

Sobre isso, são válidas as seguintes observações, o discurso propagado pelo Porto Digital sobre suas práticas sociais não é destinado para os moradores do Pilar, ainda que eles sejam supostamente o público alvo de tais projetos. No entanto, para garantir o controle desse grupo, o parque tecnológico passa a sanar, temporariamente, sua fome. Trata-se de uma estratégia de silenciamento desses sujeitos que são diariamente excluídos

e penalizados pelo modo de funcionamento da sociedade capitalista que os mantém em posição subdesenvolvida para efetivar a permanência do poder.

Foi possível compreender ainda que os moradores do Pilar não compreendem a dimensão econômica e política do Porto Digital. O conhecimento que têm sobre o parque tecnológico é baseado no fornecimento de cestas básicas e realização de cursos voltados para a área de computação. Com relação as suas interferências na reconfiguração do Bairro do Recife, construção de shoppings e demais empreendimentos ao seu entorno e articulações com o poder público, eles não conseguem obter uma percepção crítica.

Por se tratar de um grupo sem capital intelectual, que possa gerar rendimentos financeiros para o ecossistema do Porto Digital, eles são sutilmente silenciados e inviabilizados. No entanto, mantém-se o compartilhamento de um discurso com foco na execução de ações sociais, sendo este destinado para outros atores da sociedade civil de modo que crie um senso comum de aceitação da expansão política do parque tecnológico, como se ele fosse propor benfeitorias para a cidade do Recife. Trata-se de uma estratégia de marketing que o permite se fincar ainda mais como um agente ativo de transformação urbana.

TURISMO, CULTURA E TECNOLOGIA: COMO A CHEGADA DO PORTO DIGITAL AFETA O FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO LOCAL?

O terceiro e último objetivo da pesquisa teve como finalidade estudar o discurso de comerciantes que atuam no Bairro do Recife sobre a ocupação territorial do Porto Digital naquela região. A partir das entrevistas com esse grupo, observou-se que o parque tecnológico está atuando diretamente no projeto de reconfiguração do Bairro do Recife, sendo sua participação legitimada a partir da vinculação no Plano Diretor, sancionado pelo poder público local.

Já os pequenos empreendedores, por sua vez, apesar de trabalharem na região antes mesmo do Porto Digital, não têm permissão para interferir nas tomadas de decisão sobre essas transformações urbanísticas. Eles demonstram ter consciência sobre a existência do projeto, mas não puderam se aprofundar em suas propostas.

Com relação ao diálogo para com o Porto Digital, afirmam que o empreendimento, de fato, mudou a vivência social no Bairro do Recife, que deixou de ter uma rotina noturna, voltada para atividades culturais e turísticas, sendo atualmente ocupado durante o dia pelos trabalhadores que estão vinculados ao ecossistema digital. Desse modo, pode-se afirmar que a chegada do parque tecnológico resultou na reconfiguração das práticas sociais desse espaço urbano.

Para os comerciantes, a presença do Porto Digital é vista como importante, devido ao desenvolvimento e investimento econômico proporcionado para a cidade do Recife. No entanto, não traz um retorno efetivo aos seus negócios, já que atuam no ramo alimentício, não estando conectados às atividades de TIC. Isso implica na percepção de uma ocupação, no qual alegam que há circulação nas ruas ao entorno dos estabelecimentos, mas ela não se converte em vendas para o segmento de bares e restaurantes.

Apesar da chegada do NGPD, a lucratividade dos comerciantes ainda é determinada pelo turismo e entretenimento, de modo que eles cobrem por incentivos destinados à realização de atividades culturais. Quanto a isso, é importante ainda evidenciar que o Bairro do Recife é um dos principais cartões postais da cidade, sendo a região onde se localiza grandes pontos turísticos, como o Marco Zero. No entanto, o que se percebe é que o fomento às atividades artísticas vem perdendo espaço para o empreendedorismo digital.

Por fim, com relação à assistência destinada para a Comunidade do Pilar, os pequenos empreendedores afirmam ter consciência de que há uma necessidade de integração desse grupo. No entanto, diante das dificuldades financeiras em seus estabelecimentos, não conseguem mais do que fornecer contratações temporárias, alegando que não visualizam projetos que possam proporcionar melhorias sociais para esse grupo vulnerável.

5.2 Considerações finais

Diante de tais apontamentos, se faz necessário retomar as perguntas problemáticas que nortearam a presente pesquisa. A primeira diz respeito ao público alvo do Porto Digital, sendo questionado para quem o parque tecnológico fala e qual a finalidade de seu discurso. Como mencionado anteriormente, apesar de reafirmar uma disponibilidade e interesse para práticas sociais, os discursos em torno do NGPD são formulados a partir

de uma ordem do discurso neoliberal, cuja finalidade é garantir o acúmulo de capital e expansão do poder.

Tendo em vista que os atores sociais que garantem o funcionamento do Porto Digital estão vinculados ao serviço público, amplia-se o escopo de atuação do parque tecnológico já que o mesmo tem sanção para delegar o andamento das transformações urbanísticas em torno do Bairro do Recife. De modo geral, o empreendimento atua não somente com TIC, como também obtém lucro a partir de uma especulação imobiliária. Parte significativa das construções dessa região, estão atualmente ocupadas pelas empresas vinculadas ao NGPD. Além disso, a construção de novos empreendimentos, como hotéis, shoppings e empresariais, são destinadas para o seu público alvo, ou seja, pessoas de classe média alta, com capital intelectual e poder aquisitivo que garanta a expansividade de sua riqueza.

A segunda pergunta problema objetiva identificar os interesses do NGPD ao abraçar um papel de responsabilidade social empresarial. Quanto a isso, fica evidente que o empreendimento busca se consolidar como um modelo de negócio a ser seguido na economia pernambucana. O manual analisado é destinado explicitamente para as empresas do seu ecossistema, sendo possível exercer influência e poder para com elas.

Já em relação as atividades de cunho social, evidenciadas através da presença da Comunidade do Pilar, o Porto Digital demonstra ter ciência de que não pode retirar esse grupo daquele espaço. No entanto, exerce um trabalho passivo agressivo, ao longo desses vinte e dois anos de atuação, ampliando a segregação, exclusão e invisibilidade desses sujeitos, silencia-os mediante o fornecimento de cestas básicas.

Contrapartida, publiciza, na imprensa local e em sua própria documentação, que vem sendo um agente de transformação para esse grupo. Seu discurso é dotado de estratégias de dissimulação, afirmando a realização de uma série de projetos educacionais e demais iniciativas que supostamente são uma prioridade e preocupação dentro de sua gestão. Essa prática de sustenta uma vez em que o NGPD é composto por atores políticos, que por sua vez determina a percepção do Porto Digital nos veículos de comunicação local e conseqüentemente na sociedade civil. Ou seja, há um uso do poder institucional para favorecimento econômico, criando assim um falso senso comum sobre o funcionamento do parque tecnológico como grande símbolo de desenvolvimento econômico e social para a cidade do Recife.

5.3 Limitações da pesquisa

No que diz respeito às limitações da pesquisa, é válido lembrar que se trata de um estudo inicial, orientado pelo paradigma interpretativista e por uma abordagem exploratória e qualitativa, executado a partir da interpretação social da pesquisadora. Em vista disso, não se pode atestar uma compreensão generalizada de todos os comerciantes do Bairro do Recife e moradores da Comunidade do Pilar sobre a atuação do Porto Digital nessa região.

É válido mencionar ainda que o estudo foi feito durante o período da pandemia do novo coronavírus, dificultando a realização das entrevistas tendo em vista os riscos de contaminação. No caso da Comunidade do Pilar, em se tratando de sujeitos em condições de vulnerabilidade social, não havia a possibilidade de gravações retomas, sendo necessário estar presente fisicamente para ouvi-los. Já com relação aos comerciantes, houveram impasses uma vez em que parte significativa estavam com seus estabelecimentos fechados, devido a necessidade do isolamento social.

5.4 Desdobramentos da pesquisa

É válido ressaltar que os frutos desse levantamento e sua leitura crítica possuem uma importante função: a de se constituir como uma base de dados sólida para investigações futuras. O presente trabalho pode ser utilizado como instrumento de estudo, tanto por pessoas interessadas em analisar criticamente os discursos em torno do funcionamento do Porto Digital e de demais parques tecnológicos, quanto por aquelas que desejam refletir a respeito dos processos de elitização, segregação e exclusão social, motivados pela ideologia neoliberal, a partir da hiper valorização dos serviços e práticas digitais.

Através de sua conclusão, a mídia, o governo, a academia e a população local ganham uma nova forma de enxergar o funcionamento do parque tecnológico, ressaltando a necessidade de uma efetiva integração dos moradores do Pilar e Comerciantes do Bairro do Recife dentro daquilo que intitulam como o novo Recife.

Já no que diz respeito ao retorno social, a partir de observações sobre a realidade vivenciada pela Comunidade do Pilar, a pesquisadora deseja propor um projeto de extensão, vinculado a Universidade Católica de Pernambuco, que tem como objetivo alfabetizar os moradores da Comunidade do Pilar com mais de 18 anos que não tiveram acesso à educação.

Além dos conteúdos básicos, ocorrerão aulas sobre direito e cidadania, comunicação e oficinas de formação de liderança, com a finalidade de estimulá-los a pensar criticamente sobre a posição social no qual estão inseridos de modo que passem a ter maior compreensão sobre os processos de segregação e exclusão estimulados pelos atores sociais ao seu entorno.

O projeto está em processo de formação, sendo realizadas reuniões com os moradores do Pilar e coordenadores de pesquisa da UNICAP para determinar seu funcionamento. Espera-se que ele passe a funcionar ainda no ano de 2022, a depender o andamento da agenda da universidade. Para sua execução, almeja-se integrar professores e alunos, além de convidar ONG's e demais organizações sociais da cidade do Recife.

Por fim, almeja-se também utilizar tais investigações para a produção de reportagens jornalísticas, em veículos independentes, que busquem fiscalizar as alianças entre o Porto Digital e o poder público local, de modo que seja possível cobrar a execução dos projetos publicizados que garantam a integração da Comunidade do Pilar.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, p. 26-56, 2021.

ABRAMO Pedro. Compro uma casa na favela: a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras. XIII ENAPUR, Florianópolis 2009 p.2).

BARROS, Solange Maria de. Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. **Campinas: Pontes**, 2015.

BELL, Daniel. The coming of the post-industrial society. In: **The Educational Forum**. Taylor & Francis Group, 1976. p. 574-579.

BENDASSOLLI, Pedro F. *et al.* **Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades**, Revista de Economia e Administração - ERA, jan./mar., n.1 v.49, São Paulo, 2009a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2021.

BHASKAR, R. **Scientific Realism and Human Emancipation**, London: Verso, 1986.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester: 1978.

BHASKAR, R. The possibility of naturalism. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R. **Dialectic: the pulse of freedom**, London: Verso, 1993. BHASKAR, R. & A.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à Cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização dos centros urbanos”**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

BITOUN, Jan, O que revelam os índices de desenvolvimento humano. Atlas de Desenvolvimento Artigo Humano prefeitura do Recife 2005.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BOSCHI, Caio Cesar. O assistencialismo na Capitania do Ouro. **Revista de História**, n. 116, p. 25-41, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Sergio Miceli (Intr. & Org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. **Ambrosi, A.; Peugeot, V.; Pimenta, D. Desafios das palavras.** Ed. VECAM, p. 01, 2005.

CALLINICOS. **Marxism and Critical Realism:** a debate. *Journal of Critical Realism*, 1(2): 89-114, 2003.

CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística – uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHOULIARAKI, Lilie et al. **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Discurso Inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Tradução de Heloisa Monteiro Rosário. **Cadernos de Tradução, Porto Alegre**, n. 6, p. 5-18, 1999.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações Gerenciais: Tecnologia da Informação e a Empresa do Século XXI.** 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DANERMARK, B. et al. Explaining society: Critical Realism in the social sciences. London; New York: Routledge, 2002.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo. 2016

DE BARROS, Solange Maria; VIEIRA, Viviane; DE MELO RESENDE, Viviane. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. **polifonia**, v. 23, n. 33, p. 11-28, 2016.

DE MELO RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane C. Vieira Seba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2010.

DE OLIVEIRA, Cláudio. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, 2015.

Sousa Filho, A. (2003). Cultura, ideologia e representações. In M. do R. Carvalho, M. da C. Passegi & M. D. Sobrinho, (Orgs.), Representações sociais: Teoria e pesquisa (pp. 71-82). Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado.

DRUCKER, P. F.; 1909 – O melhor de Peter Drucker: a sociedade / Peter Drucker; tradução de Edite Sciulli – São Paulo: Nobel, 2001. Título original: The essential Drucker on society.

DRUCKER, Peter. **The end of economic man: The origins of totalitarianism.** Routledge, 2017.

ETZKOWITZ, HENRY. **Hélice tríplice: universidade-indústria-governo inovação em ação.** Edipucrs, 2009.

FAIRCLOUGH, N. et al. Critical Realism and semiosis. **Journal of Critical Realism**, Alethia, 5(1): 2-10, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. Discourse and text: Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. **Discourse & society**, v. 3, n. 2, p. 193-217, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E R (org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'agua**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. **Methods of critical discourse analysis**, v. 5, n. 11, p. 121-138, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social Trad. **Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power.** London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. KRESS, G. **Critical discourse analysis.** Mimeo, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research.** Psychology Press, 2003.

FARIA, Daiana Oliveira; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Análise do Discurso Francesa: revisitação epistemológica e questões centrais. revista Linguasagem, v. 18, n. 1, 2012.

FERRARI FILHO, Fernando (Org.). (2006). Teoria Geral setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

FERNANDEZ, Ciro Francisco Burgos. Neoliberalismo e os Cursos Superiores de Tecnologias no Brasil. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUC/PR, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**, p. 179-206, 2006.

FLORIDA, Richard. (2000) **The rise of the creative class**, and how it is transforming work, leisure, community and everyday life Basic Books, Nova Iorque.

FIRJAN – Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2019). **Indústrias Criativas – Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Firjan. Disponível em: < <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRAMSCI, Antonio et al. **Selections from the prison notebooks**. London: Lawrence and Wishart, 1971.

GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. _____. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 494, 1999.

GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. Smart cities ranking: an effective instrument for the positioning of the cities? **ACE: Architecture, City and Environment**, v. 4, n. 12, p. 7–26, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity press, 1991.

HABERMAS, J. **Erkenntnis und interesse**. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1985.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 2014.

HARVEY, David. El neoliberalismo como destrucción creativa. **Apuntes del CENES**, v. 27, n. 45, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: O breve século XX – 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. Informed and interconnected: A manifest for smarter cities. **Harvard Business School General Management Unit Working Paper** 09-141, 2009, Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1420236>. Acesso em 14 de out. 2021.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. A teoria do capital humano: revisitando conceitos. **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, 2013.

KEYNES, John Maynard. **Keynes and the Modern World**. CUP Archive, 1983.

LABOV, W. Language in the inner city. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Oxford: Orford UP, 1983.

MARQUES, Juliana; LEITE, Carlos. **Clusters como novas possibilidades de regeneração urbana e reestruturação produtiva: O caso do Porto Digital**, Recife. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 5, n. 1, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTHIESSEN, Christian. 2009. Ideas and new directions. In: Michael A.K. Halliday & Jonathan Webster. Orgs. Continuum companion to systemic functional linguistics. London/New York: Continuum, p. 12-58.

MORROW, Raymond A.; BROWN, David D. **Critical theory and methodology**. Sage, 1994.

NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, LÍZIA. Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos. **Textos para discussão CEDEPLAR UFMG**, n. 267, 2005.

NAY, Olivier. (2007). História das Idéias Políticas. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes.

NERY, Nancy Siqueira; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife Possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **REVISTA HUM@NAE**, v. 3, n. 1, 2009.

ORLANDI, E.P. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Campinas, SP: PontesEditores, 2012.

ORLANDI, E. P.. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

O QUE é o Porto Digital? 2021. Disponível em: <http://www.recnplay.pe/parque/o-que-e-o-porto-digital>. Acesso em: 24 maio 2021.

O QUE é o Porto Digital? 2021. Disponível em: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>. Acesso em: 03 nov. 2021.

PORTO DIGITAL. **Manual de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <https://www.portodigital.org/arqSite/Manual_de_Responsabilidade_Social_Empresarial.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas SP: Pontes Editores, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. O Discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. 68 p.

RECIFE (Município). Lei nº 18.770, de 30 de dezembro de 2020. **Plano Diretor do Recife**. Recife, Disponível em: <https://licenciamento.recife.pe.gov.br/plano-diretor-do-recife>. Acesso em: 03 nov. 2021.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Revista Linguagem, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi [et al.].

PÊCHEUX, Michel. [1981]. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político—o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2009. p. 21-26.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Alfragide: Caminho, 1998.

Prefeitura do Recife (org.). **Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar**. 2002. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/arquivo-PDF210912.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

Prefeitura do Recife (org.). **Projeto de Requalificação Urbana e Social**. 2019. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/arquivo-PDF210912.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

RAMALHO, V. C. V. S. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 8, p. 78-104, 2007.

RAMALHO, V. C. V. S. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, 17: 275-298, 2005. RESENDE, V. M. & V. C. V. S.

RAMALHO. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre as práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5: 185-207, 2004.

RECUERO, Raquel. O CAPITAL SOCIAL EM REDE: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social//SOCIAL CAPITAL IN NETWORK: HOW

INTERNET SOCIAL NETWORKS ARE GENERATING NEW FORMS OF SOCIAL CAPITAL. **Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 597-617, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. **Análise de Discurso Crítica**, v. 2, 2004.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 255-271, 2007.

ROSA, Rafael Rocha da. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. *Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 154-165, jan./jul. 2019.

SANTOS, Clodogil Fabiano Ribeiro dos. *Tecnologias de informação e comunicação*. 2014.

SMART CITY GOVERNMENTS. **Top 50 smart city government rankings**. 2021. Disponível em: <https://www.smartcitygovt.com/202021-publication>. Acesso em: 10 out. 2021.

SASSEN, Sáskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, p. 230-273, 2004.

SAYER, Andrew. Características chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 6, p. 7-32, 2000.

SCHULTZ, T. W.. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVEIRA, Ramais de Castro. *Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil de Sarney a FHC*. 2009.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, p. 400-417, 1985.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*/John B. Thompson-Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun A. et al. Racism at the top. Parliamentary discourses on ethnic issues in six European States. 2000.

- VAN DIJK, Teun A. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition. **Macrostructures** Erlbaum, Hillsdale, NJ, 1980.
- VAN DIJK, Teun A. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.
- VERASZTO, Estéfano Vizconde et al. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma. com**, n. 8, p. 19-46, 2009.
- VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape. br**, v. 10, p. 569-583, 2012.
- WEISS, Marcos Cesar; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flavia Luciane. Cidades inteligentes: a aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a gestão de centros urbanos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 18, 2013.
- WEISS, Marcos Cesar; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flavia Luciane. Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v.5, n.1, p.1-13, mar./set.2017. Disponível em: http://www.fatec.edu.br/revista_ojs/index.php/RTecFatecAM/article/view/137/115. Acesso em: 27 de junho de 2021
- WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/254/222>. Acesso em: 06 out. 2021.
- WODAK, Ruth. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 4, p. 223-243, 2010.
- WODAK, Ruth (Ed.). **Language, power and ideology: Studies in political discourse**. John Benjamins Publishing Company, 1989.